

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 2 agosto 1981

*A formação dos
profissionais de arquivo*

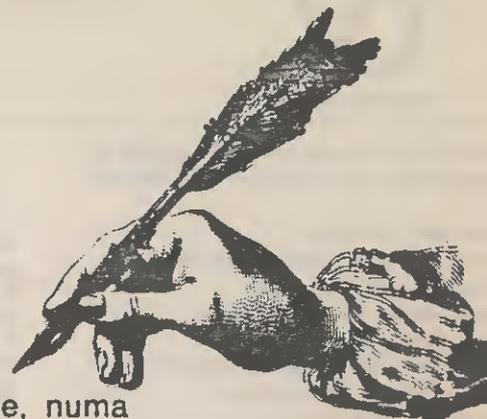
*Construção de prédios
de arquivo*



s. 70369 Clas. PER
quivo & Administração
n.2
o/ago.1981



Prédios a serem demolidos para o
alargamento da Rua Uruguaiana.
Foto Augusto Malta, 11 abr. 1907.



Na noite de 27 de maio de 1981, recebemos oficialmente, numa cerimônia repleta de carinho e emoção, o encargo de dirigir os destinos da AAB ao longo do biênio 1981-83. Foi com grande alegria que ouvimos as palavras da arquivista Regina Alves Vieira, em seu discurso de despedida, e recebemos as manifestações de apoio dos colegas que lá compareceram, em especial do prof. José Pedro Esposel que presidiu a solenidade.

Diante das várias manifestações recebidas, não apenas de companheiros da área arquivística, mas também de profissionais de diversos campos afins, e de personalidades de diferentes níveis da administração pública e privada, cumpre-nos expressar nossa confiança em que não estaremos sozinhos nesta missão.

A AAB, este ano, comemora 10 anos de sua fundação. É tempo de amadurecer e solidificar todas as vitórias até aqui alcançadas. Nesse sentido estamos preparando uma programação condigna para as comemorações desta 1.^a década de realizações. Trata-se de comemorar, não apenas o Dia do Arquivista, mas uma Semana do Arquivista, onde teremos a oportunidade de realizar um ciclo de palestras e debates sobre as grandes questões da Arquivologia contemporânea o qual deverá se constituir numa prévia do 5.^o Congresso Brasileiro de Arquivologia. Para marcar a data, os alunos do Curso de Artes e Comunicação Visual, da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação do prof. Carlos Duarte, elaboraram um cartaz alusivo ao evento. Estamos organizando também um leilão de obras de arte, cuja realização terá como objetivo o levantamento de recursos para a aquisição de uma sede própria para a nossa Associação. Vários artistas plásticos de renome já nos enviaram trabalhos, acorrendo à primeira solicitação, sensibilizados pela nossa causa em defesa da Arquivística no Brasil e, conseqüentemente, da preservação da memória social da nação.

Acreditamos que as atividades do 10.^o aniversário deverão dar ensejo à ampliação da AAB, com a inclusão de novos sócios em seu quadro, além de desencadear um processo de maior intercomunicação, já que pretendemos enfatizar as atividades culturais e sociais da nossa entidade.

Esse tempo de festividades deverá ser também momento de luta no sentido de ativar a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, passo fundamental para a profissionalização do arquivista brasileiro.

Lia Temporal Malcher

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Santos
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes

Redatora-Chefe

Maria Amélia Gomes Leite

Secretária

Maria Odila Kahl Fonseca

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linolivre S/C Composições Gráficas

Impressão

Portinho Cavalcanti Editora Ltda.

Editorial 1**Estudos**

A Formação dos Profissionais
de Arquivo 3
A Memória Atual: Instrumento
de Ação Social 5
Pequeno Ensaio sobre as
Possibilidades de Aplicação
do Planejamento Estratégico à
Administração Pública Brasileira 9
Resenha Bibliográfica
Construção de Prédios de Arquivos:
Bibliografia 12
Entrevista 14
Informe 18
Desburocratização
A Burocracia e o Ombudsman 34
Desconcentrar, Descentralizar
e Desburocratizar 35
Os Caminhos da Desburocratização 36
Várias
Coisa de Gente Ignorante? 39
Catalogada e Abandonada Memória
de uma Cidade 40
Nas Moedas, a História do Homem 42
O CIA e o Arquivista 44
Religião, Arte e História
na Cidade-Monumento 46
Crônica
Patrimônio Órfão 48

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS****Diretoria 1981-83****Presidente:**

Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente:

Afonso Carlos Marques
dos Santos

1º Secretário:

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário:

Jaime Antunes da Silva

1º Tesoureiro:

Junia Gomes da Costa
Guimarães e Silva

2º Tesoureiro:

Lúcia Maria de Oliveira

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
Janine Resnikoff Diamante
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

Conselho Fiscal

Fernando Salinas
Maria de Lourdes da Costa
e Souza
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira
de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para**Arquivo & Administração**

Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo
subvencionada pelo Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico — CNPq.

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-Sócios Cr\$ 200,00

Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 80,00

Distribuição: AAB

Deseamos permuta

Nous désirons échange

We are interest in exchange

R. 70369

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 2	p. 1-48	maio/ago. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUIVO*

Marilena Leite Paes**

Resumo

Análise crítica sobre o ensino da Arquivologia no Brasil a nível de 2.º e 3.º graus.

Já há algum tempo os meios de comunicação, especialmente os jornais, a televisão e até mesmo alguns periódicos de grande circulação, vêm dedicando apreciável parcela de seu espaço aos assuntos relacionados com a *memória nacional*, expressão pomposa que obteve a aceitação não apenas de pesquisadores, estudiosos e intelectuais, como também da população em geral.

Logo surgiram adjetivações tais como memória musical, memória do teatro, memória do cinema, etc. para designar os mais variados gêneros documentais, incluindo-se desde papéis, livros, partituras musicais, peças literárias, fotografias, filmes, discos, fitas magnéticas e objetos, até monumentos e lugares históricos.

Em decorrência desse interesse, vêm sendo criados programas especiais (Promemus, Projeto Memória), assinados convênios, promovidos seminários e atividades similares, fazendo-se crer num súbito despertar de nacionalidade, de valorização do passado e de busca de nossas raízes. Entretanto, se examinarmos em profundidade o fenômeno *memória nacional*, verificaremos, sem surpresa,

que apesar de uma maior conscientização quanto as nossas tradições e bens culturais, não só por parte das autoridades e pesquisadores, como também de toda a comunidade, muito pouco se tem feito para salvar e preservar, de fato e de direito, os repositórios dessa memória.

Nossos arquivos, bibliotecas e museus sobrevivem graças à dedicação de seus poucos colaboradores.

Face às peculiaridades de seus acervos, são os arquivos, entretanto, os que mais carecem da atenção de todos. Mais que atenção, carecem de recursos financeiros suficientes para dotá-los de instalações e equipamentos que garantam a salvaguarda dos documentos e, acima de tudo, de recursos humanos, em quantidade e qualidade suficientes para dar à documentação acumulada nos ricos acervos brasileiros tratamento adequado, a fim de que possam ser devidamente utilizados como fonte primária da informação.

Nesse ponto, entramos no âmago da problemática arquivística de nosso país: a formação de profissionais de arquivo.

As falhas da educação no Brasil, sobejamente conhecidas de todos, tais como ineficiência dos cursos de graduação, proliferação de cursos de pós-graduação em algumas áreas e carência em outras, ausência de cursos profissionalizantes condizentes com as necessidades do mercado de trabalho, qualidade de ensino discutível, gratuidade do ensino universitário, etc., juntam-se aquelas que atingem dire-

tamente os profissionais de arquivo.

A história dos cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal de arquivo tem início com a criação, pelo Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922, dos cursos técnicos, destinados a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, bem como ao de terceiro oficial do Museu Histórico Nacional, muito embora datem de 1911 as primeiras referências conhecidas sobre cursos especializados do Arquivo Nacional, quando, pelo Decreto n.º 9.197, de 9 de fevereiro, se instituiu o Curso de Diplomática.

Em 1930, Alcides Bezerra, erudito de extraordinária visão histórica, Diretor do Arquivo Nacional e responsável pela assinatura do Decreto n.º 15.596, visando dotar o órgão de um corpo de competentes arquivistas, propôs que os cursos fossem incorporados à Universidade do Rio de Janeiro, então em face de projeto.

Em 1932, sugeriu a criação autônoma do curso técnico de arquivo, uma vez que a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico haviam criado cursos próprios e independentes. Alcides Bezerra entendia que jamais se devia perder de vista "o caráter superior do curso técnico, que pressupõe nos candidatos conhecimentos de várias matérias do curso de humanidades".

A despeito das inúmeras lutas que travou para alcançar tais objetivos, seus esforços restaram inúteis, embora o Arquivo Nacional

* Extraído de Arquivo: B. Hist. e Inf., São Paulo, 2(1):5-11, jan./abr. 1981.

** Chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas.

mantivesse cursos episódicos de especialização.

Após longo período de estagnação, por ocasião da reforma regimental de 1958, passam os cursos de especialização do Arquivo Nacional a funcionar em caráter regular.

Porém, somente a partir de 1960, os cursos começam a ser realizados sob a denominação de Curso Permanente de Arquivo, com duração de dois anos.

Por intermédio do Parecer n.º 212, de 7 de março de 1972, do Conselho Federal de Educação, que autorizou a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior, e consoante acordo firmado, em 25 de outubro de 1973, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Curso Permanente de Arquivo passou a funcionar, a partir de 1974, com mandato universitário.

Em março de 1977, o curso foi absorvido pela Fefierj, hoje denominada Uni-Rio, obedecendo ao currículo mínimo aprovado em Resolução de 7 de março de 1974, pelo Conselho Federal de Educação.

Atualmente, além da Uni-Rio, a Universidade Federal de Santa Maria, RS, e a Universidade Federal Fluminense vêm ministrando regularmente cursos de Arquivologia.

Paralelamente, outros estabelecimentos de ensino estudam a inclusão desses cursos em sua programação.

Pelo exposto, podemos concluir que, quanto ao aspecto quantitativo, parece não haver motivo para maiores preocupações, pelo menos no tocante aos cursos de nível superior, o mesmo não ocorrendo, porém, em relação aos cursos de 2.º grau, igualmente previstos na legislação que regulamentou as profissões de arquivista e de técnico de arquivo (Lei n.º 6.546, de 4-7-78 e Decreto n.º 82.590, de 6-11-78).

Embora o Conselho Federal de Educação tenha aprovado, em 8-3-72, o Parecer n.º 249/72, da Câmara de Ensino de 1.º e 2.º graus, que inclui a Arquivística como habilitação profissional de ensino de 2.º grau, fixando inclusive, currículo e carga horária dos cursos para formar Técnicos de Arquivo, lamentavelmente, até o presente nenhuma providência efetiva foi tomada para a implantação desses cursos em nosso sistema de ensino.

Cabe aqui reforçar o óbvio, alertando mais uma vez a tantos quantos, de uma forma ou de outra, se encontram envolvidos no sistema educacional, da importância e da urgência de se formar pessoal qualificado de nível médio para executar tarefas de arquivo, sejam eles públicos ou empresariais, sob o risco de mais uma vez assistirmos a uma inversão de valores, isto é, ver Arquivistas (nível superior) desempenhando funções de Técnicos de Arquivo (nível de 2.º grau).

Com referência à qualidade de ensino dos cursos superiores de Arquivologia, alguns pontos merecem séria reflexão.

O sistema de créditos, importado e introduzido no Brasil sem as devidas adaptações à nossa realidade, é exercido sem levar em conta a especificidade de cada curso. Assim, por exemplo, exige-se dos alunos de Arquivologia os mesmos conhecimentos de matemática necessários ao aluno de Engenharia, pelo simples fato de a Estatística e a Automação constarem do currículo do curso.

Por outro lado, há que se considerar a falta de objetividade por parte dos professores na adequação de seus programas às necessidades do futuro profissional, fazendo com que os alunos passem alguns anos de sua vida universitária absorvendo conhecimentos sem qualquer aplicação futura, em detrimento de informações indispensáveis ao exercício da profissão.

Como exemplo podemos mencionar o que ocorre em relação ao ensino de Contabilidade. Para o arquivista o que importa é saber quais são, qual a sua importância e o que significam os documentos contábeis, sendo totalmente irrelevante aprender como fazer lançamentos, balanços, etc.

Outro ponto digno de atenção mais cuidadosa e prioridade de providências diz respeito à melhoria do nível cultural dos arquivistas, que segundo entendemos, deve ser basicamente promovida pelas universidades, mediante a inclusão de disciplinas complementares ao currículo mínimo, bem como pelo enriquecimento do conteúdo programático de seus cursos. Para tanto, seria indispensável aumentar a duração dos cursos, de três para, no mínimo, quatro anos.

Tendo em vista o universo do trabalho arquivístico e, conseqüentemente, dos conhecimentos técnicos e de cultura geral, indispensáveis ao exercício da profissão, julgamos de fundamental importância que as universidades, cumprindo seu papel de abrir novos caminhos, promovam cursos de pós-graduação *lato sensu*, isto é, de atualização, aperfeiçoamento e especialização na área da Arquivologia e matérias afins, visando preparar Arquivistas altamente qualificados, deixando os cursos de mestrado e doutorado voltados principalmente para a formação de professores e pesquisadores.

Concluindo, creio que podemos resumir aqui os principais problemas detectados na formação dos profissionais de arquivo, e que estão a exigir providências imediatas das autoridades competentes:

- a) inexistência, no ensino de 2.º grau, de cursos de técnico de arquivo como habilitação profissional;
- b) inadequação do sistema de créditos às especificidades do curso superior de Arquivologia;
- c) inadequação do conteúdo programático dos cursos superiores de

arquivo às reais necessidades do exercício profissional, por falta de informação do corpo docente;

d) displicência por parte das universidades quanto à melhoria do nível cultural dos arquivistas;

e) carga horária insuficiente à formação de bons profissionais;

f) inexistência de cursos de pós-graduação, sejam eles de atualização, aperfeiçoamento e especialização, ou de mestrado e doutorado.

Finalizando, não poderíamos deixar de registrar o papel excepcional que a Associação dos Arquivistas Brasileiros vem desenvolvendo

do no cenário nacional, desde sua criação em 1971, em tudo o que diz respeito não só à profissão como à valorização do trabalho de arquivo.

Destaca-se sua participação na criação do curso superior de Arquivologia, a iniciativa da regulamentação da profissão, a realização de congressos e cursos, o debate e a colaboração permanente no sentido de aperfeiçoar o ensino da Arquivologia no Brasil, a divulgação de estudos e artigos técnicos em sua revista especializada *Arquivo & Administração*.

Entendemos que, somente usando as armas da educação e do ensino para formar profissionais competentes, poderemos realmente salvar a memória nacional como um todo, ordenando a documentação do passado, preparando a do presente e planejando a do futuro.

Tudo o mais são palavras e vaidades!

Abstract

A critical analysis of Archivology teaching in Brazil at 2nd and third degrees, schools.

A MEMÓRIA ATUANTE: INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Rose Marie Inojosa*

Resumo

Análise e tratamento da problemática arquivística como meio de comunicação, com ênfase para o papel dos arquivos municipais no contexto da comunidade em que se inserem. O exemplo do Arquivo Municipal de São Paulo. O direito de acesso do cidadão aos documentos públicos.

"Até agora repousávamos tranquilamente na noção do tempo regida pelo império do passado. Todo o esforço de memória e a própria palavra memória remetiam irremediavelmente para um acervo, ou um armazém de coisas placidamente colecionadas. Agora, se nos permitirem, vamos até desejar e imaginar uma memória do futuro."¹

* Arquivista do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (SP) e Mestre em Comunicação pela USP.

¹ Trecho do discurso pronunciado por Eduardo Portella quando Ministro da Educação e Cultura, na posse de Aloysio Magalhães na presidência da Fundação Nacional Pró-Memória (8).

Essa manifestação de Eduardo Portella, quando Ministro da Educação e Cultura, refletiu o início da conscientização dos organismos responsáveis pelo patrimônio cultural da comunidade no que se refere ao conceito da relatividade do tempo. Anteriormente só recebiam alguma atenção os vestígios de períodos históricos bastante afastados da atualidade e nem se cogitava da memória futura.

Parece-nos que essa consciência, finalmente alcançada, torna oportuna a análise e o tratamento da problemática arquivística como meio de comunicação, na medida em que os arquivos, parte da memória cultural, deixam de ser considerados apenas como "templos do passado".²

A comunicação é um processo. Um processo contínuo, que não se esgota numa fase histórica, antes

² José Honório Rodrigues conta que ao assumir a direção do Arquivo Nacional, lá encontrou uma placa com os dizeres: "Esse é o Templo do Passado: silêncio e meditação".

constitui a própria base do fazer cultural, moldando o entrelaçamento das experiências de uma comunidade durante o que se convencionou chamar passado, presente e futuro.

"Assim, na sociedade o processo de comunicação teria como funções: a atuação sobre o meio (ambiente), no sentido de preservar os valores e a posição da comunidade, bem como as posições relativas das partes que a compõem; a correlação entre os componentes da sociedade; a transmissão da herança social, é também uma função reformuladora desses valores e alteradora das posições e papéis na sociedade" (2).

Quando uma comunidade cria e/ou utiliza um código (uma linguagem) comum entre seus membros, como o alfabético, por exemplo, ela o está utilizando como um canal para o seu processo de comunicação. O documento é o registro da aplicação de um código, sobre um material-suporte, registro que pode ser escrito, iconográ-

fico, sonoro ou outro, manipulado de modo a conter uma mensagem, isto é, a exprimir uma idéia que se pretenda comunicar. Se a mensagem circula entre emissores e receptores e provoca resposta, então é estabelecida a comunicação entre esses interlocutores. O meio é, pois, o suporte das mensagens que circulam entre os interlocutores no processo da comunicação.

Nesse sentido o documento é um meio de comunicação.

Existem múltiplos canais e múltiplos meios utilizáveis entre os membros de uma comunidade para o seu processo de comunicação. O documento de arquivo é um meio com características bastante singulares, que provocam diversos níveis de comunicação, envolvendo, em momentos diferentes, interlocutores diversos.

É importante lembrar que a natureza do meio exerce, necessariamente, sua influência sobre o conteúdo veiculado, pois os meios nunca são neutros, eles participam da mensagem de uma forma ativa.³

Considerando que documento de arquivo é aquele gerado, recebido ou reunido por uma pessoa ou instituição no cumprimento de uma tarefa ou atribuição, inerente a sua natureza, objetivos ou finalidade para as quais foi criada, interessamo-nos particularmente pelo acervo arquivístico das instituições públicas. E, dentre essas instituições, os órgãos do poder municipal, já que o município constitui a célula-mãe da administração pública, nascido da necessidade da satisfação de carências e de soluções de problemas comuns a grupos de pessoas que conviviam em espaços contíguos, e que não podiam ser obtidos isoladamente, fenômeno que ocorreu em toda a parte, embora com nomes e estruturas diversas.⁴

³ Além da famosa frase "O Meio é a Mensagem", Marshall McLuhan explica que "é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas" (6).

⁴ J. C. Ataliba Nogueira define município como a "associação natural e le-

Sendo o município o agrupamento básico da administração dos interesses públicos, os arquivos municipais, particularmente os do poder executivo,⁵ assumem um significado cultural muito amplo para a comunidade a que se reportam.

Assim, ao detalharmos as relações de comunicação mediáveis pelos arquivos, estaremos, aqui, pensando particularmente nos arquivos públicos municipais, embora, a nosso ver, qualquer outro acervo arquivístico possua também em maior ou menor amplitude as mesmas potencialidades.

Das características próprias do meio arquivístico temos a destacar em primeiro lugar, a unicidade, que se refere à qualidade original das informações contidas na documentação. Como os documentos são gerados para a solução de problemas específicos e durante a sua ocorrência, eles se constituem em peças únicas e reúnem informações que não estão multiplicadas em outros instrumentos. É de se salientar que os registros arquivísticos são, usualmente, contemporâneos aos fatos a que se referem.

Há ainda que considerar as qualidades de continuidade e de organicidade dos acervos arquivísticos, que dizem respeito à forma contínua e orgânica com que são reunidas, recebidas e consumidas as informações. Isto significa que constituem parte do acervo arquivístico todos os documentos reunidos durante a existência da pessoa ou instituição a que se referem, desde a sua criação até a sua extinção. Esses documentos refletem, igualmente e pelo mesmo motivo, a evolução desse organismo. Inclusive, do ponto de vista dos arqui-

gal dos vizinhos para a obtenção, no respectivo termo, dos serviços comuns" (7).

⁵ "Hoje, o Poder Executivo, pela sua hipertrofia corrente em quase todos os países, vem ampliando sua área de ação em detrimento, principalmente, do Poder Legislativo" (1).

vos municipais, ilustram com muita propriedade a ampliação da parcela dos interesses públicos geridos pelos órgãos do poder executivo e sua crescente influência na vida dos cidadãos.

O acervo arquivístico da Prefeitura do Município de São Paulo parece-nos um bom exemplo. Atualmente a Divisão de Arquivo Histórico reúne em seu acervo documentação datada de 1562 até os primeiros anos do séc. XX.

No Brasil, com a primeira Constituição (1824) é que se definiram em termos de configuração legal, os poderes governamentais. Antes os interesses públicos locais eram geridos, em quase sua totalidade, pelas Câmaras Municipais, que se constituíam em verdadeiras "repúblicas".⁶

Em São Paulo, no final do séc. XX, o poder executivo organiza-se em separado do legislativo, embora o prefeito ainda fosse um vereador eleito entre seus pares. Anteriormente cabia à Câmara Municipal não só legislar como fazer executar diretamente as leis. Essa atividade da Câmara gerou um arquivo municipal. A organização da Prefeitura implicou na produção de um outro arquivo, que resultaria de sua própria atuação. Em 1907, a Câmara transferiu sua documentação para a Prefeitura, de modo que foi possível manter, naquela época, a unidade do acervo municipal.

Assim, o acervo hoje depositado no Arquivo Histórico Municipal, além da característica da unicidade, própria do documento de arquivo, reúne também a de continuidade, já que os documentos foram sendo reunidos desde os primórdios da administração de São Paulo, e a da organicidade, uma vez que, através deles, é possível

⁶ O conceito das Câmaras como "Repúblicas Municipais" é largamente defendido por Manoel Rodrigues Ferreira. As Repúblicas Municipais no Brasil. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1980, 94 p.

acompanhar a evolução da organização municipal. Infelizmente o fluxo dos documentos foi interrompido neste século, com a criação de arquivos paralelos e de um arquivo intermediário, nos quais o acervo não tem recebido, nem quantitativa nem qualitativamente, o tratamento arquivístico adequado, deixando de ser incorporados periodicamente ao Arquivo Histórico.⁷

Quais seriam, pois, as relações de comunicação mediáveis por um arquivo municipal?

O arquivo serve, naturalmente e em primeiro lugar, à própria organização, ao seu funcionamento. Os documentos são o registro das relações entre as partes que compõem a instituição.

No plano interno, trata-se da comunicação administrativa, que se consubstancia na produção e/ou disseminação de dados por um setor da organização, visando a sua aquisição e consumo por outros setores, na circulação das normas reguladoras do cumprimento das funções-tarefa e no próprio relacionamento entre os órgãos do sistema.

Entretanto, qualquer organização para sustentar-se deve adquirir informações além de seus limites internos, no meio-ambiente, para serem consumidas na identificação de problemas e na tomada de decisões, além da importação de recursos, ou matérias-primas, para serem convertidos nos produtos ou serviços que constituem o seu objetivo (10).

As relações entre uma organização como a Prefeitura e o meio-ambiente onde ela atua caracterizam-se por intensa troca de informações entre os membros da organização e os membros da comunidade, que, na maior parte das ve-

zes, se consubstancia na produção de registros, documentos que, nessa fase, representam, além da manifestação sobre o que cada parte deseja da outra, a garantia dos direitos e deveres mútuos. Assim, por exemplo, um município solicita licença para construir. A Prefeitura cabe verificar a viabilidade da autorização e informar ao município da decisão. O documento que registra esse processo e essa decisão constitui-se numa garantia para ambas as partes quanto ao seu cumprimento ou num instrumento para a sua contestação, se for o caso.

Portanto, a primeira relação de comunicação mediada pelos documentos de arquivo tem, sobretudo, essa característica de servir como suporte da ação administrativa e de garantir o cumprimento dos direitos e deveres mútuos.

Esse tipo de relação de comunicação corresponde à primeira fase dos documentos, a sua fase corrente, quando eles são gerados e estão em curso, tramitando pela instituição, até receberem o despacho final e depois disso, ainda por determinado tempo, breve ou longo, conforme o assunto de que tratar, enquanto perdure seu valor probatório administrativo ou legal. Assim, mesmo perdendo a utilização corrente, os documentos devem ser mantidos sob custódia durante um período para a eventualidade de ser necessário recuperar a informação que contêm, ainda para a continuidade das relações de comunicação primárias.

É oportuno lembrar que essa relação de comunicação quase sempre se processa entre a organização e os membros da comunidade isoladamente. É possível que uma decisão do poder executivo receba em sua gênese, influências até mesmo decisivas, de opiniões recolhidas da comunidade. Dificilmente porém essas opiniões estarão registradas e identificadas na documentação do acervo. Uma vez tornada pública a decisão, as relações que

se seguem são entre a organização, que se empenha em fazer cumpri-la, e cada membro ou, no máximo, grupo de membros da comunidade, que devem cumpri-la.

Quando se considera esgotada a potencialidade do documento para a ação administrativa corrente, tendo em vista os fins para os quais ele foi produzido, ele poderá passar a integrar o acervo arquivístico de guarda permanente. No momento de decidir sobre a guarda permanente ou a eliminação de um documento é preciso examiná-lo sob outros pontos de vista.

Para a própria organização o acervo arquivístico permanente representa sua memória. Potencialmente ele é o mais completo instrumento para o replanejamento do curso da ação administrativa. E qualquer organização deve replanear continuamente seu curso, de modo a adequá-lo às modificações ambientais. Um arquivo permanente, adequadamente gerido, representa a possibilidade de auto-avaliação da organização numa perspectiva de tempo, a possibilidade da orientação de seu desenvolvimento harmônico, particularmente importante quando se trata de um órgão público, e a possibilidade de uma significativa economia de tempo e de recursos. Muitos levantamentos preliminares de áreas que devem sofrer modificações poderiam ser economizados, simplesmente utilizando-se as informações armazenadas nos arquivos.

Mas, do ponto de vista da comunicação entre a organização e a comunidade, o acervo arquivístico de guarda permanente torna possíveis dois tipos de relações.

A primeira é a que usualmente utiliza o arquivo como fonte primária para a pesquisa histórica. Desse ponto de vista a organização produtora passa a fornecedora do meio, para que se processe uma comunicação na qual os interlocutores são a comunidade como um todo e alguns de seus usuários, notadamente o pesquisador acadêmico.

⁷ Sobre o assunto: Comunicação em Arquivologia: Análise do Arquivo da Prefeitura Paulistana como Meio de Comunicação, Rose Marie Inojosa, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da USP, 1980, 226 p.

A pesquisa que utiliza os arquivos como fonte pode ou não interessar diretamente à organização. As informações pesquisadas nos documentos de arquivo não precisam, necessariamente, ser utilizadas para a recuperação de aspectos da história da própria organização, mas de qualquer outro assunto em que tenha havido a sua participação, ainda que indireta.

É possível, por exemplo, que na documentação de um arquivo municipal o pesquisador se empenhe na coleta de informações que envolvam uma personalidade pública, assim como é possível que ele queira recuperar a evolução de um problema urbano.

Um mesmo arquivo é fonte para a reconstituição da evolução econômica, social, política, religiosa, etc. da comunidade e também pode oferecer subsídios para biografias. Desse ponto de vista, o pesquisador, escolhido o seu tema ou objetivo de pesquisa, geralmente fará uso de diversas fontes primárias e secundárias, utilizará arquivos e material bibliográfico, além de realizar, provavelmente, pesquisas de campo.

Como a documentação de arquivo acessível ao público é geralmente de data bastante distanciada no tempo, os pesquisadores da história contemporânea poucas chances têm de utilizá-la em seus trabalhos, embora como fonte primária e "reflexo da história à medida em que esta se faz" (3) sejam de interesse inestimável.

Sobre a importância dos documentos de arquivo como fonte para a pesquisa histórica, do ponto de vista acadêmico, já se escreveu exhaustivamente.

Há ainda, um segundo tipo de relação de comunicação mediável pelo arquivo permanente, envolvendo diretamente a organização como interlocutora. Essa relação não tem recebido a mesma ênfase que as anteriores.

O fato de por longo tempo se ter considerado os arquivos per-

manentes como "templos do passado", os dispositivos de recolhimento de documentos, que usualmente fixam prazos bastante amplos para a transferência da documentação aos arquivos permanentes, e conseqüentemente para o acesso público, e ainda o tratamento inadequado da documentação em sua fase corrente, têm dificultado a abordagem desse aspecto.

Freqüentemente não se tem levado em consideração que, sendo os documentos públicos propriedade do Estado, "todos os cidadãos que coletivamente o constituem têm o direito de usá-los" (9).

No momento em que um acervo arquivístico é aberto à consulta pública, desde que corretamente administrado, isto é, desde que contenha todas as informações relevantes, esteja adequadamente arranjado e disponha dos instrumentos de pesquisa que tornem possível a recuperação das informações, possibilitará a análise, pela comunidade, como sujeito coletivo, do curso da ação administrativa. Essa possibilidade implica, naturalmente, numa forma de julgamento e de controle da gestão dos interesses públicos delegados à organização.

Se a população de uma cidade, por meio de seus grupos de liderança (representantes eleitos, imprensa, associações de classe, etc.) pudesse utilizar a documentação produzida durante a gestão de cada prefeito tão logo ela se encerrassem ou até mesmo durante o seu curso, teria condições de analisá-la com base nos testemunhos decorrentes da própria ação administrativa, e não de depoimentos e opiniões sobre ela.

É evidente que seria apenas mais um meio disponível. O primeiro instrumento de análise é, sem dúvida, o próprio resultado da ação administrativa, sentida diretamente pelos membros da comunidade. Entretanto, sendo o arquivo o mediador, terá a virtude de revelar a gênese de cada decisão tomada,

podendo explicá-la, esclarecê-la com um grau maior de isenção do que qualquer comentário tecida sobre ela, conduzindo a um juízo mais próximo da realidade.

Tal fato, além de permitir o exercício de um aspecto do direito de estar informado, inerente à condição de cidadão, possibilitaria o próprio controle das gestões administrativas, da atuação dos homens públicos e de suas equipes, instruindo o replanejamento a partir das respostas da própria comunidade e caracterizando uma situação de participação do administrado na administração.

O compartilhamento das informações diretamente provenientes da ação de administrar e sua análise crítica pela comunidade, se recebida e absorvida pela organização, poderia gerar uma mais rápida e mais completa metodização da experiência urbana comum. Através dessa relação de comunicação, finalmente, os arquivos públicos se somariam aos outros meios, que fornecem a necessária realimentação do sistema, como instrumentos da ação social.

Xifra-Heras define a vida política como "a expressão do intercâmbio de mensagens e de controles, como das ações e reações que se produzem entre todos e cada um dos grupos e instituições que operam na sociedade" (11, p. 303). E lembra que "segundo predomine o controle do meio social sobre o quadro institucional do Estado, ou deste sobre aquele (...) um regime será aberto ou democrático, e fechado ou autoritário respectivamente (11, p. 308).

Portanto, os regimes democráticos tenderiam a abrir suas fronteiras a todos os meios de informação disponíveis. Inclusive à comunicação por intermédio do arquivo.

A estruturação dos sistemas de arquivos das organizações públicas, as políticas de seleção de documentos, o desenvolvimento das técnicas de preservação dos materiais-suporte, a aplicação do trata-

mento arquivístico adequado, o estabelecimento dos prazos e condições para o acesso público aos documentos, são elementos indispensáveis para que o uso dos arquivos como meio nesse tipo de relação de comunicação seja possível. Portanto, a definição desses problemas pode refletir o grau de disponibilidade do Estado para com essa comunicação e, também, o grau de conscientização da comunidade para com as potencialidades do arquivo como meio.

Portanto, a expressão "memória do futuro" não deve ser tomada apenas no sentido da necessidade de preservação, para as gerações vindouras, do acervo arquivístico hoje produzido, mas, na verdade, "isto significa que o tempo deixou de ser um corte sincrônico apenas, onde o passado possa imperar, mas ele vem a existir como uma estrutura unitária onde se dão por igual o presente, o passado e o futuro".⁸

⁸ Trecho do discurso pronunciado por Eduardo Portella quando Ministro da

Referências Bibliográficas

1. ANDRADE, T. de Souza. *Relações públicas governamentais*. São Paulo, Reitoria da USP, Divisão de Difusão Cultural, 1968. 2. aula, § 4.
2. CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, São Paulo, USP, 1(1):153.
3. FAVIER, Jean. Arquivo, memória da humanidade. *Arquivo e Administração*. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979, 7(1):5.
4. FERREIRA, Manoel Rodrigues. As repúblicas municipais no Brasil. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1980.
5. INOJOSA, Rose Marie. *Comunicação em Arquivologia: análise do arquivo da prefeitura paulistana como meio de comunicação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da USP, 1980.
6. MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 1969.
7. NOGUEIRA, J. C. Ataliba. *Lições de teoria geral do Estado*. 3. ed. São Paulo, Faculdade de Direito da USP, 1969. p. 159.
8. PORTELLA, Eduardo. Discurso. *Boletim IPHAN*, Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória (5):7, mar./abr. 1980.
9. SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974. p. 317.
10. THAYER, Lee. *Princípios de comunicação administrativa*. São Paulo, Atlas, 1972. p. 120-1.
11. XIFRA-HERAS, Jorge. *A informação — análise de uma liberdade frustrada*. Rio de Janeiro, Lux, USP, 1975.

Educação e Cultura, na posse de Aloysio Magalhães na presidência da Fundação Nacional Pró-Memória (8).

Abstract

An analysis and treatment of the problems of archivism seen as a means of communication, with an emphasis on the role of local archives in the context of their communities. The Municipal Archive of São Paulo is taken as an example. The citizen's right to consult public documents is discussed.

PEQUENO ENSAIO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Maria do Carmo Seabra Melo Fernandes*

Resumo

Pequeno ensaio sobre as possibilidades de aplicação de um planejamento estratégico à administração pública brasileira. Conceituação. Limitações. Vantagens e desvantagens.

Introdução

Modernamente, em decorrência da concepção da organização como sistema aberto, tem sido enfatizada a necessidade de desenvolver sen-

sibilidade para a percepção de sua ambiência externa.

A nova premissa é que a utilização de formas tradicionais de planejamento, voltadas para a eficiência e a eficácia, já não seriam satisfatórias. Um componente novo, a efetividade, isto é, "o alcance de objetivos sociais desejáveis que justifiquem a existência da organização" (6), está sendo incluído nas preocupações dos dirigentes de organizações.

Assim é, que houve a necessidade de se desenvolver nova idéia de planejamento, o planejamento estratégico, que "... se volta para o alcance de resultados, através de um processo contínuo e sistemá-

co de antecipar mudanças futuras, tirando vantagens das oportunidades que surgem, examinando os pontos fortes e fracos da organização, estabelecendo e corrigindo cursos de ação a longo prazo" (6).

O planejamento estratégico se iniciou e vem se desenvolvendo nas empresas privadas, em virtude de suas peculiaridades.

Considerando que, em princípio, as organizações públicas não visam ao lucro, poucas apresentam o desejo de crescer e se desenvolver física e economicamente, no sentido de uma evolução positiva para o futuro. Percebe-se, ao contrário, uma tendência à estabilidade e à sobrevivência da estrutura de po-

* Técnico de Planejamento e Coordenadora de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Planejamento do Ministério da Justiça.

der, de autoridade e de *status*, que são ameaçadas pelas mudanças.

Limitações à Aplicação do Planejamento Estratégico

Seria bem interessante para a administração pública brasileira o uso do planejamento estratégico como instrumento de mudança programada. Contudo, algumas limitações se impõem à utilização dessa nova concepção de planejamento por organizações públicas federais, estaduais e municipais, muito especialmente aquelas da administração direta.

Sem pessimismo, tentaremos enumerar, senão todas, pelo menos algumas dessas limitações que se apresentam com relação à administração pública federal e que, também, são válidas para a estadual e a municipal.

Em grande parte, os obstáculos ao emprego do planejamento estratégico decorrem da utilização do modelo burocrático. "A expressão estrutural da organização — a forma burocrática — é uma técnica que depende basicamente de dois elementos: a especialização de tarefas e um sistema de autoridade ao qual os participantes estão ligados pela expectativa de obediência" (7).

O comprometimento com as normas em lugar do comprometimento social — que pode, inclusive, ter sido a origem da administração pública — está, evidentemente, relaxando a percepção dos valores da sociedade e fazendo com que a administração pública se transforme num fim em si mesma.

Os valores internos da organização parecem sobrepor-se aos valores sociais, e a ênfase que se dá à racionalidade interna — a eficiência —, com a conseqüente prevalência do controle dos meios, desvirtua os objetivos maiores a que se deveria propor a administração pública.

Historicamente, verifica-se que as mudanças na administração pú-

blica brasileira — seja reforma administrativa, seja modernização administrativa — têm dado ênfase a aspectos de eficiência e de eficácia sem questionar a validade social dos objetivos. Na verdade, a preocupação com os clientes do serviço público tem sido pouco considerada pela maioria das organizações.

Outro aspecto da burocracia, a especialização de tarefas e, conseqüentemente, a departamentalização são responsáveis, em grande parte, pela alienação dos burocratas quanto aos objetivos da organização como um todo.

A estrutura hierárquica das organizações públicas, definida por dispositivos legais (decretos, portarias etc.) e somente revista de tempos em tempos, permite pouca flexibilidade para respostas imediatas às demandas da sociedade cambiante. Por outro lado, o formalismo processual, aliado à idéia da competência neutra dos burocratas e ao quadro de valores que permeia sua conduta, faz com que também se desenvolva certa insensibilidade às demandas sociais emergentes. Daí que a administração pública sempre reage a reboque das mudanças sociais, criando ou redefinindo e, em seguida, incorporando novas normas, que muitas vezes já nascem caducas.

É comum observar que os esforços dos dirigentes de unidades administrativas são, predominantemente, voltados para a conquista de maior fatia do orçamento, melhor qualidade e maior quantidade de pessoal, melhores instalações físicas etc., o que reflete grande preocupação na obtenção dos meios e não dos fins.

O atual Plano de Classificação de Cargos também pode ser considerado um instrumento pouco flexível para permitir o desenvolvimento do planejamento estratégico pela administração pública direta, na medida em que define as modalidades de profissionais de que o serviço público poderá dis-

por. Acontece que as exigências da sociedade em mutação muitas vezes implicam o surgimento da demanda de novas categorias profissionais ou a supressão de algumas existentes. Assim, a atualização do referido Plano pode despende mais tempo e mais recursos do que o requerido para que se possa antecipar a uma necessidade ou mesmo tirar partido de alguma oportunidade.

Por outro lado, a sistemática de recrutamento, seleção e admissão de pessoal, se de um lado atenua os danos causados pelo nepotismo, por outro limita o atendimento de exigências eventuais.

O orçamento anual, aprovado por lei que estima a receita e *fixa* a despesa é somente possível de alteração mediante créditos adicionais (suplementar, especial, extraordinário), autorizados por decreto executivo. O processo de alteração orçamentária também é pouco ágil para satisfazer ao planejamento estratégico. Ainda, é conveniente que se mencione o fato de que, embora o orçamento seja "por programas", a ênfase de seu controle não incide sobre os programas, subprogramas ou mesmo projetos e atividades, e sim sobre os elementos de despesa, o que mais uma vez caracteriza a prevalência do controle dos meios em detrimento do controle dos fins.

Em pronunciamento na reunião ministerial de 10 de setembro de 1974, o então Presidente da República, Ernesto Geisel, apresentando o II Plano Nacional de Desenvolvimento, disse: "Cumpra, pois, aos responsáveis, em todos os escalões de chefia ao longo do multifórmio processo de desenvolvimento nacional, compensar os pecados iminentes a um planejamento tal, inserido como se vê num clima todo de incertezas, pela ação pronta e ágil, sábia no aproveitamento de oportunidades novas que se ofereçam, e capaz de atingir, a despeito de obstáculos imprevistos que não deixarão de ocorrer, os

objetivos prefixados para a marcha ininterrupta do país aos destinos que lhe almejamos" (2). Percebe-se, nesse pronunciamento, algumas idéias que, consciente ou inconscientemente, se assemelham às do planejamento estratégico.

Sendo os Planos Nacionais de Desenvolvimento documentos amplos e que mais retratam intenções, de um lado dão maior flexibilidade de ação e, de outro, são pouco compreendidos pelos escalões médio e baixo de chefia, visto que seu detalhamento, contido no documento "Ação Coordenada de Governo", é de circulação limitada.

Há, ainda, o problema da tempestividade e fidedignidade das informações necessárias à análise das tendências futuras, próprias do planejamento estratégico. Embora existam hoje computadores para a apuração de dados, o processo de coleta fica muito a desejar.

Por outro lado, é baixo o investimento em pesquisa, principalmente aquela voltada para captar os anseios da sociedade, de sorte que se possa garantir a efetividade das ações dos órgãos públicos. Isso, possivelmente, decorre da utilização do modelo político elitista, admitido por países em desenvolvimento e nos quais, em virtude do baixo grau de educação, as massas são consideradas profundamente indiferentes, apáticas e mal-informadas quanto às políticas públicas.

Tanto parece ser assim que, em geral, os órgãos da administração pública brasileira dispõem de unidades administrativa ou pessoas para divulgação de suas ações (assessorias ou assessores de Relações Públicas ou Comunicação Social), mas não se tem notícia de que exista atividade ordenada e efetiva de sondagem dos anseios da sociedade tendo em vista orientar aquelas ações. Em outras palavras, para demonstrar eficácia, preocupam-se muito mais em divulgar o que se faz do que em saber sobre o que é desejado que se faça.

Outro aspecto que dificulta a utilização do planejamento estratégico pela administração pública federal brasileira se origina nas disparidades regionais de um país de dimensões continentais. Os valores sociais, as aspirações, as necessidades são tantas e tão diversificadas que dificultam a fixação de diretrizes políticas de efetividade e oportunidade indiscutíveis para todo o país. Entretanto, o princípio da descentralização, já preconizado pelo Decreto-Lei n.º 200/67, surge como um ponto favorável à minimização desse inconveniente.

Conclusões

Entendemos que a utilização do planejamento estratégico seja mais acessível a organizações da administração indireta, que, a despeito de pautarem seu comportamento pelo exemplo da administração direta, contam indiscutivelmente com maior flexibilidade de ação.

A menos que sobrevenha profunda mudança na filosofia e na prática gerenciais, achamos pouco provável que se consiga viabilizar o planejamento estratégico nas organizações públicas brasileiras.

As principais desvantagens da introdução de tal planejamento derivam do apego à filosofia e à prática gerenciais tradicionalmente aceitas. Lidar com o risco e com a incerteza, assumir novos valores, conceber outros modelos organizacionais que não o burocrático, introduzir novas ênfases de controle e avaliação, pesquisar a ambiência, abolir certas práticas que até hoje são tidas como corretas, entre outros, são aspectos de mudança que constituem grande desafio e que inevitavelmente acarretarão muita resistência, passiva ou ativa. E isto certamente provocaria um desgaste considerável na credibilidade da administração, sobretudo na fase de transição.

A despeito das limitações e desvantagens mencionadas, entusiasma-nos a idéia de uma futura utilização do planejamento estratégi-

co em nosso país. Pois ousamos supor que os objetivos e valores sociais acabarão prevalecendo sobre os organizacionais; as oportunidades serão aproveitadas; as crises, previstas; a administração será mais ágil e flexível. Uma coisa é certa: quando houver essa mudança de mentalidade, estarão claramente identificadas as razões legítimas para as quais a administração pública, afinal de contas, foi criada.

Referências Bibliográficas

1. BENNIS, Warren G. Além da Burocracia. In: MOTTA, Paulo Roberto. *Textos da disciplina: planejamento organizacional integrado*. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1978.
2. BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).
3. O CONCEITO DO SISTEMA. In: MOTTA, Paulo Roberto. *Textos da disciplina: planejamento organizacional integrado*. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1978.
4. DYE, Tomas R. Modelos de políticas: algumas contribuições à compreensão da política pública. In: MOTTA, Paulo Roberto. *Textos da disciplina: planejamento organizacional integrado*. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1978.
5. ———. Administração para o desenvolvimento. A Disciplina em Busca da Relevância. In: ———. *Textos da disciplina: planejamento organizacional integrado*. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1978.
6. MOTTA, Paulo Roberto. As dimensões gerenciais do planejamento organizacional estratégico. In: ———. *Textos da disciplina: planejamento organizacional integrado*. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1978.
7. SAVAGE, Peter. Administração pública contemporânea: o ambiente em mudança e programa de governo. In: MOTTA, Paulo Roberto. *Textos da disciplina: planejamento organizacional integrado*. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1978.

Abstract

Essay on the possibility of the application of strategic planning at Brazilian public administration. Concepts. Limitations. Advantages and disadvantages.

CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS DE ARQUIVOS: BIBLIOGRAFIA

Iara Ferreira de Souza*
Margarete Rosa Tavares*

Introdução

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, prosseguindo o trabalho de compilação de bibliografias voltadas para o seu campo de interesse e áreas afins, coloca à disposição de pesquisadores e interessados no trabalho de reflexão em documentação esta bibliografia sobre construção de prédios para arquivos.

Este trabalho não pode ser classificado como completo, pois trata-se apenas de um levantamento preparatório, visando à realização posterior de uma pesquisa mais ampla. Mas cremos que poderá ser mais uma contribuição para o estímulo à produção de uma literatura nacional, refletindo as nossas necessidades, referentes à construção de depósitos para documentos.

Poderá parecer uma tarefa irrelevante, mas a construção de um futuro depósito de documentos requer um planejamento minucioso com relação a sua localização, equipamentos, iluminação, temperatura e umidade, requisitos básicos para a conservação adequada de um patrimônio documental. Infelizmente, sabemos que a observação desses princípios é, geralmente, negligenciada devido à constante falta de recursos financeiros destinados à área de documentação, ou pela falta de pessoal qualificado para orientar o arquiteto nessa fase.

Esta bibliografia contém 86 referências de monografias e artigos de periódicos, organizadas em ordem alfabética de autor e título, segundo os procedimentos técnicos da ABNT para referências bibliográficas (NB-66).

Bibliotecárias do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

Pesquisamos os acervos das Instituições mencionadas a seguir, cujas obras aparecem seguidas da sigla de sua localização. Resolvemos, também, arrolar as obras que não foram localizadas, assinalando-as com asteriscos: Arquivo Nacional — AN; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC; Fundação Getúlio Vargas — FGV.

Foram consultadas obras consideradas de relevância na área de Arquivologia e Biblioteconomia, sendo dada especial atenção, pela quantidade de artigos de interesse arrolados, os seguintes periódicos: *The American Archivist*, *Archivum*, *Arquivo & Administração*, *La Gazette des Archives*.

Bibliografia

ANDERSON, Ingvar. New installations of archives. *Archivum*, Paris, 6:11-24, 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia, Florença, 25-29 set. 1956. AN

ARCHIVES départementales de la Haute-Garonne. *Techniques et Architecture*, Paris, 15:94-5, jan. 1956. *

BARTKOWSKY, Patricia & SAFFADY, William. Shelving and office furniture for archives buildings. *The American Archivist*, Washington, 37 (1):55-66, jan. 1974. FGV

BAUDOT, Marcel. Les Bâtiments d'archives, techniques de construction: les enseignements de l'expérience. *La Gazette des Archives*, Paris, (23):16-29, jan. 1958. AN

BELL, L. & FAYE, B. *La conception des bâtiments d'archives en pays tropical*, Paris, Unesco, 1979. 190 p. *

BETGÉ-BREZETZ, André. Dépenses d'installation et de fonctionnement d'un atelier de microfilm des archives départementales. *La Gazette des Archives*, Paris, (15):19-33, 1954. *

BLAQUIERE, Henri. Les bâtiments d'archives, emplacement et conception générale: les enseignements de l'expérience. *La Gazette des Archives*, Paris, (23):6-15, jan. 1958. AN

BRYAN, Mary Givens. The Georgia Archives buildings — a case study in promotion. *The American Archivist*, Washington, 27(4):495-7, Oct. 1964.

FGV

CAMPBELL, E. G. Buildings and equipment of federal records centers in the United States. *Archivum*, Paris, 7:21-5, 1957. AN

CARACTERÍSTICAS arquitectónicas y técnicas de un edificio de archivos. *Revista del Archivo Nacional*, Bogotá, (77):89-104, 1978. AN

CARBONE, Salvatore. Esperienze italiane sulle nuove installazioni d'archivi; gli impianti di desinfestazione. *Rassegna degli Archivi di Stato*, Genova, 16(3):282-7, 1956. *

— La moderna edilizia degli archivi; l'Archivio di Stato di Udine. *Rassegna degli Archivi di Stato*, Genova, 15(3):251-79, 1955. *

CARSTENSEN, Vernon. A building is achieved. *Wisconsin Magazine of History*, Madison, 39:68-72, 1955-56. *

CHENOUDARD, J. G. Matériels de classement. *La Revue Administrative*, Paris, 9(52):435-6, 1956. *

CHRISTIAN, John F. & FINNEGAN, Shonnie. On planning an archives. *The American Archivist*, Washington, 37(4):573-8, Oct. 1974. FGV

COLLIS, Ivor P. The ideal lay-out of a local record repository. *Archives*, London, (6):31-5. 1951; (7):52-9, 1952. *

— On modern archive buildings in England, Wales and Northern Ireland. *Archivum*, Paris, 6:100-5, 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia. Florença, 25-29, set. 1956. AN

- X CONSTRUÇÃO e equipamentos de depósitos intermediários. In: DUBOSCQ, M. Guy & MABBS, M. A. W. *Organização do pré-arquivo*. Trad. Wilma Schaefer Corrêa. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, s.d. p. 19-28.
- CPDOC
- DANIELS, Maygene. District of Columbia buildings permits. *The American Archivist*, Washington, 38(1): 23-30, jan. 1975. FGV
- DELMAS, B. Archives. In: OLIER, J. H. d' & DELMAS, B. *Le planification des infrastructures nationales de documentation de bibliothèques et d'archives; esquisse d'une politique générale*. Paris, Unesco, 1974. p. 233-322. CPDOC
- DUBOSCQ, Guy & DOUSSET, François. Nouvelles installations d'archives. *La Gazette des Archives*, Paris, (20):4-14, juil. 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia, Florença, 25-29, set. 1956. AN
- DUCHEIN, Michel. *Archives, building and equipment*. München, Verlag Dokumentation, 1977. 201 p. *
- Les bâtiments d'archives départementales en France. *Archivum*, Paris, 6:108-76, 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia, Florença, 25-29, set. 1956. AN
- *Les bâtiments et équipements d'archives*. Paris, Conseil International des Archives, Unesco, 1966. 312p. AN
- Les bâtiments et installations des archives. In: FRANÇA. Direction des Archives de France. *Manuel d'Archivistique*. Paris, Imprimerie Nationale, 1970. p. 565-620. CPDOC
- Le nouveau bâtiment des archives départementales de l'Isère à Grenoble. *Rassegna degli Archivi di Stato*, Genova, 19:85-102, apr. 1959. *
- Le nouveau bâtiment des archives départementales au Nord à Lille. *Rassegna degli Archivi di Stato*, Genova, 23:262-70, mag./ago. 1963. *
- La protection des archives contre la lumière solaire. *Bulletin d'Information sur la pathologie des documents et leur protection aux Archives de France*, Paris, 1(1):47-56, 1961. AN
- DUCHEIN, Michel. *Les rayonnages d'archives*. Paris, s.ed., 1967. 44 p. *
- Relatório Duchein sobre os arquivos no Brasil. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, 7(1):28-30, jan./abr. 1979. FGV
- & DURYE, Pierre. *Les bâtiments d'archives en France*. Paris, Direction des Archives de France, 1958. p. irreg. Separata de *Archivum*, v. 6, 1956; v. 7, 1957. CPDOC
- DUMAS, George. Les nouvelles installations des archives départementales de l'Aisne. *La Gazette des Archives*, Paris, (24):34-51, juil. 1958. AN
- DURYE, Pierre. Aménagements et constructions de bâtiments aux Archives Nationales de France de 1948 a 1958. *Archivum*, Paris, 7:29-34, 1958. AN
- Les rayonnages d'archives: les enseignements de l'expérience. *La Gazette des Archives*, Paris, (23):30-40, jan. 1958. AN
- EDDY, Henry Howard. Surveying for archives buildings. *The American Archivist*, Washington, 24:75, jan. 1961. *
- ESCHER-DESRIVIERES, J. & PÉTERI, R. Vitrages spéciaux pour bâtiments d'archives nouvelles recherches et conclusion; rappel des essais effectués a beauvais en 1958. *La Gazette des Archives*, Paris, (32):19-24, 1. trim. 1961. AN
- FAVREAU, Robert. Ministère de la Construction et Archives. *La Gazette des Archives*, Paris, (37):67-77, 2. trim. 1962. AN
- FRANCE. Direction des Archives. *Actes des huitième et neuvième conférences internationales de la table ronde des archives*, Budapest, 1963; Londres, 1965. Paris, Imprimerie Nationale, 1965. 231 p. *
- GANDILHON, René. Les matériels d'archives en France. *Archivalische Zeitschrift*, W. Germany, 59:168-76, 1963. *
- GONDOS, Victor, Jr. *American archival architecture*. s.l., The American Institute of Architects, 1947. 5 p. Separata The Bulletin of American Institute of Architects, sep. 1947. AN
- Archival buildings programing and planning. *The American Archivist*, Washington, 27(4):467-83, Oct. 1964. FGV
- Collaboration between archivists and architects in planning archives buildings. *Bulletins of the National Archives*, Washington, (6):157-69, June 1944. CPDOC
- GRAHAM, Ivor M. A new archives building in Central Africa. *Journal of the Society of Archivists* (3):25-9, 1965. *
- GRINGMUTH-DALLMER, Hanns. Archivbauten in der Deutschen Demokratischen Republik. *Archivum*, Paris, 7:10-7, 1957. AN
- GWAM, Lloyd C. The first permanent building of the Nigerian National Archives. *The American Archivist*, Washington, (26):67-74, jan. 1963. *
- HEDAR, Sam. On building archives. *Archivum*, Paris, 6:83-7, 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia, Florença, 25-29, set. 1956. AN
- HELLUY, Hâmda Rodrigues. Construção e instalação de arquivos de empresa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3, Rio de Janeiro, 1976. *Anais...* Brasília, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. p. 433-8. CPDOC
- ILA, Bálint. La filmothèque des Archives Nationales de Hongrie. *Archivum*, Paris, 7:56-8, 1957. AN
- KOLARZ, L. & PARCZEWSKI, W. Le nouveau bâtiment central des archives d'état a Varsovie. *Archivum*, Paris, 7:45-55, 1957. AN
- LANNELUC, Henry. Une réalisation modèle: le nouveau bâtiment des Archives de la Haut-Garonne. *Les Cahiers Français, Documents d'Actualité*, Toulouse, (6):33-4, 1956. *
- LATHROP, Alan K. The provenance and preservation of architectural records. *The American Archivist*, Washington, 43(3):325-38, Summer, 1980. FGV
- LE GRAND, Yves & BAUMGART, Ernest. Nouvelles recherches sur l'éclairage par fluorescence. La fatigue visuelle... *Travail et Sécurité*, (5): 162-4, 1956. *
- LODOLINI, Elio. Gli edifici degli archivi nell' America Latina. *Rassegna degli Archivi di Stato*, Genova, 16 (3):288-90, 1956. *
- LORD, Clifford L. The remodeling. What has been accomplished. *Magazine of History*, Wisconsin (39):89-91, 1955-56. *
- MIKANDER, Kaj. Finland riksarkivs nuvarande byggnad. *Nordisk Arkivnyt*, (8):13-4, mar. 1963. *
- MONNIER, L. Les aménagements des nouvelles Archives du Loiret. *La Gazette des Archives*, Paris, (27):21-31, 3-4. trim. 1959. *
- Bilan de l'utilisation d'une 2 CV citroen affectée au service des Archives du Loiret. *La Gazette des Archives*, Paris, (20):44-9, juil. 1956. AN
- NURMIO, Yrjö. Recent construction work on archives buildings in Finland. *Archivum*, 7:18-20, 1957. AN
- PAPRITZ, Johannes. Das gebäude des staatsarchivs marburg. *Archivum*, Paris, 7:35-40, 1957. il. AN
- PASSERI, V. Gli edifici per gli archivi; aspetti urbanistici del problema. *Archivio Storico Italiano*, Florence, (114):290-303, 1956. *
- PETIT, Roger. Les nouveaux bâtiments d'archives dans le midi de la France.

- Archives, Bibliothèques et Musées de Belgique*, Brussels, 25(2):230-5, 1954. *
- PLANNING a determining factor in effective records center. *Texas Libraries*, Austin, (32):195-7, 1970. *
- POOLE, Frazer G. Princípios e problemas de planejamento de edifícios de arquivos e bibliotecas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3. Rio de Janeiro, 1976. *Anais...* Brasília, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979, p. 387-406. CPDOC
- POULLE, Emmanuel. Les revêtements de sols dans les salles de dépôt. *La Gazette des Archives*, Paris, (21):14-9, jan. 1957. AN
- et alli. La protection des archives contre la lumière solaire; recherches expérimentales. *La Gazette des Archives*, Paris, (26):33-45, 2. trim. 1955. AN
- UN PROCÉDÉ d'extinction des incendies expérimenté aux archives nationales. *La Gazette des Archives*, Paris, (94):185-8, 3. trim. 1976. FGV
- QUÉTIN, Michel. A propos de la prévention et de la protection contre l'incendie. *La Gazette des Archives*, Paris, (92):3-47, 1. trim. 1976. FGV
- READER for archives and records center buildings. Ed. Victor Gondos Jr. Washington, The Society of American Archivists, 1970. 127 p. AN
- RIBIER, Jean de. Le dépôt des Affaires Étrangères: nouvelles installations techniques. *La Gazette des Archives*, Paris, (19):5-9, jan. 1956.
- RICHARDS, Kenneth W. New Jersey's new archival facilities. *The American Archivist*, Washington, 27(4):485-90, Oct. 1964. FGV
- ROBISON, Dan M. Planning the Tennessee State Library and Archives building. *The American Archivist*, Washington, 19(2):139-50, 1956. *
- RONÉO, Compagnie du. Rayonnages d'archives types P. R. M. *Cahiers Haut-Marnais*, Chaumont (42):142-3; (43):200-1, 1955. *
- SANCHEZ BELDA, Luis. Edifícios de arquivos construídos en el último decenio. *Boletín de la Unesco para las bibliotecas*, Paris, 18(1):22-9, ene./feb. 1964. FGV
- SANTOVENIA, Emeterio S. El Archivo Nacional de Cuba. *Archivum*, Paris, 7:59-60, 1957. AN
- SHELLENBERG, T. R. Modern archival buildings. *Archivum*, Paris, 6:88-92, 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia, Florença, 25-29, set. 1956. AN
- SCHMIDT, Aloys. Der des staatsarchivs kohlenz. *Archivum*, Paris, 7:41-4, 1957. AN
- SCHOENBERNER, Robert A. What the architect needs to know about archives. *The American Archivist*, Washington, 27(4):491-3, Oct. 1964. FGV
- SCHREEVEN, William J. van. Equipment needs to be considered in construction post-war archival depositories. *Bulletins of the National Archives*, Washington, (6):170-80, June 1974. CPDOC
- SIMON, Louis A. Some observations on planning archives buildings. *Bulletins of the National Archives*, Washington, (6):151-6, June 1944. CPDOC
- SURGEN, Olive R. The records section: space, location and lay-out. *The American Archivist*, Washington, 18(3):231-40, 1955. *
- VIEIRA, Regina Alves. A construção do arquivo: uma experiência trazida da Europa. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 4(1):23-5, abr. 1976.
- VILLARD, André. Utilisation de bâtiments anciens pour um dépôt: les archives départementales des Bouches-du-Rhône. *La Gazette des Archives*, Paris, (49):49-52, 2. trim. 1965. AN
- VORONIN, I. La construction de bâtiments d'archives en U.R.S.S. *Archivum*, Paris, 7:3-9, 1957. AN
- WARDLE, D. B. Public record office: the repository. *Archivum*, Paris, 7:26-8, 1957. AN
- WINTER, Georg. Gedanken über einen archiv — neubau. *Archivum*, Paris, 6:93-9, 1956. Trabalho apresentado no 3. Congresso Internacional de Arquivologia, Florença, 25-29, set. 1956. AN
- WRIGHT, N. O. What the construction company needs to know about archives. *The American Archivist*, Washington, 27(4):495-7, Oct. 1964. FGV

ENTREVISTA

Arq. & Adm. entrevistou a coordenadora do Subsetor de Audiovisual do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, Anita Brandão Murakami, para nos falar de sua experiência.

Como você vê a importância das fontes audiovisuais para o estudo da história contemporânea do Brasil?

No fim do século passado, devido ao acelerado ritmo de desenvolvimento tecnológico, novas formas de registro foram surgindo. São elas: a fotografia, os discos, o cinema e mais recentemente as fitas, videoteipes e videodiscos que vêm gradativamente neste século se impondo cada vez mais como suportes de registro dominantes.

A grande quantidade desses documentos, sua originalidade como fonte, as substâncias com que foram elaborados, as técnicas que envolvem sua reprodução, a natureza dos testemunhos que apresentam e as dificuldades suscitadas por sua conservação compõem o quadro de razões que nos levam a colocar, como questão primordial, a necessidade de um tratamento adequado a esse material, visando sua plena utilização para a pesquisa. Vivemos numa época em que os estímulos visuais nos atingem a todo instante, através dos meios de comunicação de massa. A publicidade e a propaganda têm-se aproveitado amplamente do interesse demonstrado pelos cientistas sociais que tendiam a fazer uso desses registros como ilustração da linguagem escrita, ou então como técnica de ins-

trumento de pesquisa, como é o caso dos antropólogos, que as empregam desde o início do século.

A partir das primeiras décadas do século XX a história do Brasil foi registrada, não mais apenas de forma escrita, mas também visual, sendo que grande parte desses registros perderam-se pelas mais variadas razões, desde destruição proposital — por não serem encarados como documentos — até por terem sofrido influências negativas do clima, do meio ambiente e de agentes químicos diversos. A preservação da memória visual de um país é um encargo que extrapola os limites de qualquer instituição específica, constituindo-se numa responsabilidade coletiva. Cabe às instituições preocupadas em promover a conservação e a organização dessa memória um papel fundamental

nesse processo, sem o que continuarão a se perder valiosos documentos de nossa história.

De que maneira se formou o acervo fotográfico custodiado pelo CPDOC?

O CPDOC foi criado em junho de 1973 com objetivo de reunir, organizar, preservar e divulgar a documentação histórica contemporânea proveniente de arquivos privados.

De um modo geral esses arquivos estão relacionados à história das elites políticas brasileiras, a partir de 1930, na medida em que seus titulares ocuparam altos cargos governamentais ou apresentaram significativa atuação político-administrativa.

O Setor de Documentação, núcleo primeiro do CPDOC, iniciou seu trabalho com a organização dos arquivos de Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.

No decorrer das tarefas de organização foi constatada a ausência de documentos visuais, como fotografias e filmes, sobre os quais encontramos referências na documentação manuscrita e também nos recortes de jornais. Isto nos levou a insistir junto às famílias dos titulares desses arquivos chamando sua atenção para a necessidade de que nos doassem esses documentos que, para elas, revestiam-se do significado de álbuns de família, não constituindo documentação de caráter histórico.

No final de 1976 recebemos as primeiras fotografias por intermédio da família de Osvaldo Aranha.

Quais os critérios adotados para a aquisição, seleção e reprodução do material fotográfico do Centro?

O acervo fotográfico é constituído basicamente por fotografias dos titulares dos arquivos doados juntamente com outros tipos de documentos. Essas fotografias retratam principalmente a elite política brasileira, a partir de 1922, sem, no entanto, deixar de mostrar mobilizações populares, campanhas políticas, etc.

Em muitos casos as fotografias de um determinado arquivo transcendem a atuação de seu titular, permitindo a percepção de aspectos variados do período, tais como condições de vida, relações sociais, aspectos arquitetônicos, urbanísticos, meios de transporte, população, vestuário, mobiliário, etc., possibilitando uma visualização global da época. Em outros arquivos ou coleções fotográficas, geralmente de menos porte, as fotografias estão mais centradas no desempenho do titular, tendo, por assim dizer, um caráter biográfico.

É grande a concentração de material nos anos de 1930 a 1945, o que se explica em função de estarmos trabalhando, essencialmente, com arquivos da era de Vargas, ou seja, de pessoas que atuaram em seus ministérios. Outro fator que julgamos colaborar para a incidência desse material é o fato de que o período coincide com uma grande divulgação da técnica fotográfica no país. Após 1945 e até os dias atuais o acervo visual do Centro vem sendo composto também por filmes e vídeo-teipes, reflexo das outras formas de retenção da imagem.

Tendo em vista o período coberto pelo acervo fotográfico as fotos que o compõem são, na maioria, em preto e branco, não havendo *slides* e sendo muito baixa a incidência de fotos a cores.

As fotos que não pertencem ao conjunto documental dos titulares de arquivos são as que foram coletadas em função de projetos especiais, como, por exemplo, o álbum fotográfico *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*.

Quando se torna necessário coletar material, vários são os procedimentos adotados. Primeiramente recorremos a órgãos de imprensa, instituições de pesquisa ou agências de notícias possuidoras de material de nosso interesse, solicitando doação ou permuta; numa segunda fase apelamos para particulares por meio de cartas, chamadas na imprensa e na televisão.

A aquisição de fotografias através de doação torna difícil uma seleção rigorosa do material.

Tratando-se ainda de projetos especiais, procedemos, após a aquisição de fotos sobre o tema de nosso interesse, a uma seleção criteriosa levando sempre em consideração o caráter histórico e a qualidade técnica das fotografias, uma vez que visamos sua publicação. Cabe lembrar que o conteúdo é o fator determinante nesta seleção.

Em síntese, o acervo é composto por fotografias dos titulares de arquivos e fotos adquiridas em órgãos de imprensa ou pesquisa, coletadas para projetos especiais.

O acervo fotográfico que no final de 1976 possuía cerca de 600 unidades, após um ano de prospecção e recebimento já havia sido acrescido de cerca de 2.000 fotos.

Ao iniciarmos o tratamento das fotografias consultamos vários fotógrafos no sentido de avaliar a possibilidade de tratamento do original, discutirmos a questão das reproduções, o sistema de arquivamento dos negativos e outros temas correlatos.

Muitas das fotografias encontravam-se em avançado estado de deterioração por haverem sido guardadas inadequadamente. Os fotógrafos consultados sugeriram que fossem reproduzidas imediatamente já que a possibilidade de restaurá-las era muito remota. Outras mostravam imagens apagadas devido ao mau tratamento nas fases de fixação e lavagem. Cabia providenciar novos banhos visando deter o processo e reproduzi-las com filmes e filtros especiais.

As informações obtidas visando a preservação do material determinaram a política de reprodução adotada pelo Centro. Tendo-se em conta que o acervo era pequeno, resolvemos reproduzir todas as fotos em papel fosco de 30 x 22 cm, visando não apenas a padronização do tamanho, de modo a facilitar o arquivamento, como sua utilização imediata em exposições. Tal procedimento gerou três tipos de arquivos: os de originais, vedado ao manuseio; o de reproduções, aberto a consulta; e o de negativos que permite a obtenção de cópias a baixo custo. A reprodução das fotos foi feita em filmes de 35 mm, com 36 exposições, embora, em alguns casos, talvez tivesse sido mais indicado a reprodução com negativos de maiores dimensões, a fim de se obter melhor qualidade. A opção pelo filme de 35mm visou a padronização do arquivo de negativos, barateamento dos custos e economia de espaço.

Em 1979 fomos obrigados a abandonar a política de reprodução que vínhamos adotando, pois o rápido crescimento do acervo, que conta no momento com cerca de 12.000 unidades, tornou insuficientes os recursos de que dispúnhamos para este trabalho. A partir desta data optamos por reproduzir as fotos que estivessem em estado precário de conservação e aquelas que, devido ao seu conteúdo, seriam mais solicitadas, quer por pesquisadores internos, quer por externos.

Os negativos, dentro das tiras plásticas, são inseridos em folhas especiais de papel manteiga, de acordo com os números do filme e das tiras. Estas folhas são arquivadas seqüencialmente, em colecionadores.

E quanto à organização do acervo, quais as etapas executadas?

Para definir a estratégia de organização a ser adotada, foram realizadas diversas visitas a arquivos fotográficos de órgãos de imprensa e instituições várias. Ao mesmo tempo se realizavam consultas a técnicos de diferentes áreas como bibliotecários, arquivistas e fotógrafos, sendo também feita pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

De imediato, duas questões se colocaram: a inexistência de bibliografia específica sobre organização de arquivos fotográficos e a diversidade de sistemas de organização desses arquivos nas instituições contatadas; tal constatação refletia bem a especificidade das instituições, assim como o descompasso entre a produção fotográfica e o sistema de tratamento, conservação e divulgação deste material.

Com relação à organização das fotografias, vários problemas se apresentaram, como, por exemplo, a identificação de pessoas, datas e locais. A busca de solução destas questões deixou bem claro que a organização de um acervo de fotos históricas é um trabalho-síntese de pesquisa, na medida em que se recorre a fontes escritas e orais para se atingir o objetivo proposto, que é o de extrair todos os dados possíveis para a utilização plena da fotografia como fonte de informação.

A identificação de pessoas, lugares e datas implica uma grande quantidade de pesquisas bibliográficas e consultas a personalidades que atuaram politicamente no período relativo àquela foto, pois o distanciamento temporal e as próprias modificações efetuadas nos locais onde as fotografias foram tiradas dificultam a identificação precisa. A identificação de pessoas mostra-se bastante problemática havendo casos, por exemplo, em que seus contemporâneos, embora reconheçam os rostos, não conseguem lembrar seus nomes, ou ainda ocasiões em que, através de uma indicação bibliográfica, obtemos os nomes de todas as pessoas retratadas, não conseguindo, porém, ligá-los às fisionomias. Há ainda situações em que as pessoas identificadas por companheiros do dia-a-dia não se reconhecem na pessoa retratada. Quando não obtemos uma identificação positiva, atribuímos uma provisória, devidamente anotada e sujeita a novas pesquisas.

Outro problema refere-se às datas. As dificuldades aumentam na medida em que não se pode precisar, com exatidão, todas as pessoas e lugares retratados. Em vários casos atribuímos uma data aproximada à fotografia, pois ela reflete uma situação que poderia ter tido lugar ao longo de um período de vários meses ou mesmo anos. Como exemplo podemos citar as fotografias relativas ao levante de Princesa, ocorrido na Paraíba, entre março e julho de 1929.

As formas de organização a serem fixadas para um arquivo fotográfico estão condicionadas à origem e especificidade do material, ao tipo de usuário e aos objetivos de cada instituição. Em

função dessas variáveis, o CPDOC adotou procedimentos técnicos visando recuperar temas, pessoas, datas e lugares.

As fotos são organizadas dentro dos fundos (arquivos ou coleções) a que pertencem, de acordo com as atividades de seus titulares, mantendo-se na ordenação final a seqüência cronológica.

As etapas do processo de tratamento das fotografias são: recepção e identificação, organização e arquivamento, resumo e inventário.

Na recepção, anota-se no verso de cada foto a sigla alfabética do arquivo ao qual pertence, assim como a data e o local do evento retratado, procedendo à identificação das pessoas que nela aparecem.

A descrição das fotografias é feita em ficha e nela estará anotada, junto ao código, o assunto a que se refere, devidamente sublinhado. A descrição deverá ser sucinta e objetiva, mantendo, sempre que possível, a terminologia da época, como por exemplo: intendente em vez de prefeito, presidente do Estado de... em lugar de governador, etc. Após a legenda deverão ser colocados os dados relativos ao local e data em que a foto foi batida. Deverão ser anotados também os dados técnicos relativos à foto original, dimensões e se colorida ou em preto e branco. Observações que esclareçam questões importantes, como propriedade da foto (direitos legais), dedicatórias, localização do original (quando ele não estiver no CPDOC) etc., serão colocadas em notas especiais. Quando a fotografia houver sido reproduzida, a referência do número do filme, tira e número de bordo do negativo deverá constar na ficha de maneira a permitir sua rápida localização.

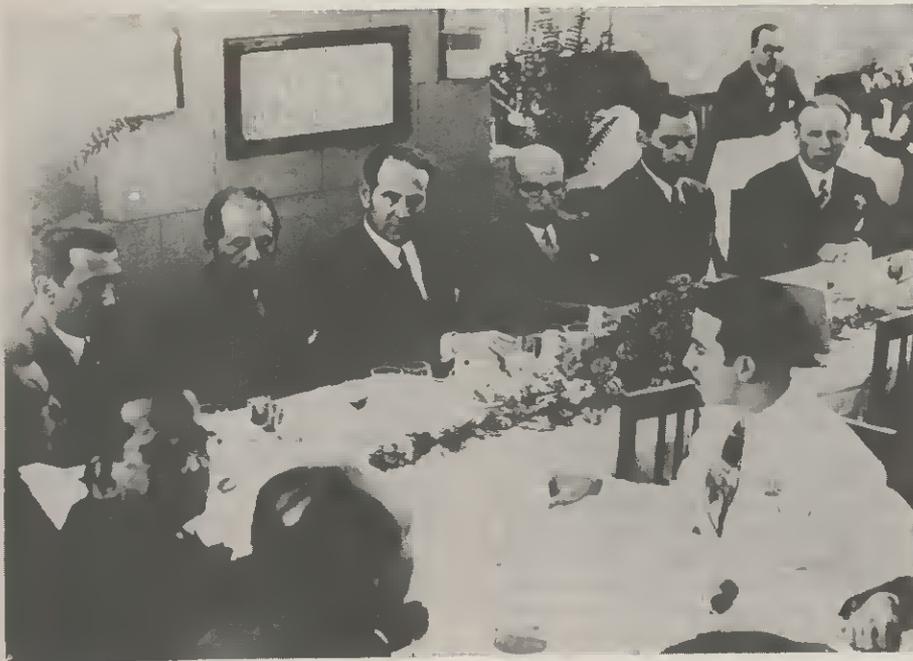
Exemplo de ficha catalográfica de foto:

AM 0062 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. Bancada de Pernambuco
foto Almoço oferecido pela bancada pernambucana do Partido
Social Democrata ao Interventor Lima Cavalcanti. Rio de Janeiro, 1933.

1 foto b/p 18x24cm

Nota: Fotógrafo desconhecido. Original devolvido ao doador.
1. BATISTA, Pedro Ernesto. 2. CAVALCANTI, Carlos de Lima. 3. ARANHA, Osvaldo Euclides de Souza. 4. MACIEL JR., Francisco Antunes. 5. TÁVORA, Juarez do Nascimento. 6. CUNHA, José Antônio Flores da Cunha. 7. Rio de Janeiro 7.00/00/33.

Filme 9/3/36A-37



nas 2,4% da totalidade de seu acervo documental, mas o tempo despendido na leitura e indexação de uma fotografia é grande, sendo preparadas, em média, por pessoa, 40 fotografias por semana. Devido à insuficiência de pessoal para dar andamento aos trabalhos de pesquisa e indexação das fotos, estamos dando prioridade à identificação das pessoas retratadas, de modo a aproveitar ao máximo a colaboração dos contemporâneos dos titulares dos arquivos e coleções doadas, em detrimento do trabalho de indexação.

Dentre os problemas com que nos deparamos podemos mencionar ainda que as fotos de um arquivo nem sempre são entregues de uma única vez. Frequentemente, após a coleção estar totalmente organizada cronologicamente, recebemos um número substancial de fotos que implicam uma reformulação da organização, devido a nova numeração seqüencial.

Em síntese, os pontos que se colocam dizem respeito basicamente à necessidade de se conjugar esforços no sentido de criar, em algumas instituições infra-estruturas técnicas que permitam a realização de convênios que venham a di-

minuir os custos dos trabalhos; o estudo da legislação e a possibilidade de se criar um depósito legal sobre fotos

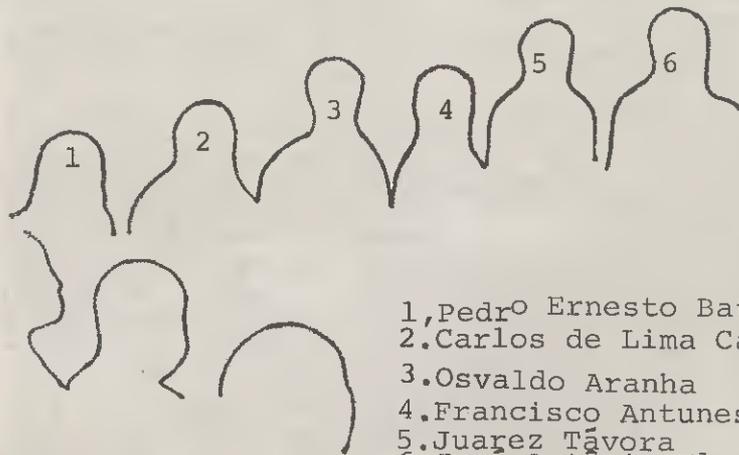
feitas profissionalmente, o que garantiria um controle sobre a produção, servindo ainda como garantia dos direitos dos fotógrafos sobre seu material; a necessidade de se fazer um guia das coleções fotográficas existentes no país e de estudos mais aprofundados sobre a história da fotografia no Brasil.

Durante a organização propriamente dita, deve-se, sempre que possível, formar dossiês, grupando as fotos que refletem um mesmo acontecimento, mantendo a ordem cronológica e elaborando resumo ou legenda, seguidos do local e data. Atribui-se um código que consiste nas iniciais do titular do arquivo, seguido da numeração seqüencial tendo embaixo a palavra foto. Cada fundo terá uma numeração seqüencial específica.

Exemplos: a primeira fotografia da Coleção Rosalina Coelho Lisboa será, RCL 0001
foto

— a sexagésima segunda fotografia do Arquivo Agamenon Magalhães será: AM 0062
foto

As fotografias são arquivadas em envelopes de papel cristal, possibilitando delinear a silhueta das pessoas retratadas (com caneta hidrocor preta) e, conseqüentemente, sua perfeita identificação. Exemplo:



- 1, Pedro Ernesto Batista
2. Carlos de Lima Cavalcanti
3. Osvaldo Aranha
4. Francisco Antunes Maciel
5. Juarez Távora
6. José Antônio Flores da Cunha

Estes envelopes são arquivados diretamente nas pastas suspensas, sendo que as fotos que integram um dossiê ficam reunidas dentro de uma folha de papel almaço sem pauta.

Associação dos Arquivistas Brasileiros

Cursos

● De 6 a 10 de abril a AAB realizou, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, seu já tradicional curso destinado ao *Aperfeiçoamento em Organização de Arquivos de Empresa*. Paralelamente às aulas teóricas foram feitos estudos de casos e debates objetivando oferecer a dirigentes e profissionais de administração e documentação informações sobre gestão de documentos, atualizando-lhes os conhecimentos sobre os princípios e técnicas da organização de arquivos.

Contando com uma frequência de participantes de entidades as mais diversas, o curso teve o seguinte desenvolvimento: Conceituação, classificação e princípios de arquivo. Terminologia arquivista. O papel do arquivo nas empresas modernas. Fundamentos de O & M. Administração de documentos. Organização de arquivos: levantamento e estudos preliminares sobre a estrutura organizacional à qual o arquivo irá servir; levantamento e análise da documentação; elaboração de projetos: centralização *versus* descentralização; coordenação; o arquivo como sistema; escolha do método adequado de arquivamento e elaboração de manuais de arquivo. Recursos humanos, financeiros e equipamentos. Implantação e funcionamento dos arquivos correntes e protocolos, arquivos intermediários e arquivos permanentes. O valor jurídico dos documentos e a aplicação da microfilmagem aos arquivos. No corpo docente, a equipe técnica da AAB formada pelos profs. Marilena Leite Paes, Maria de Lourdes da Costa e Souza, Helena Corrêa Machado, Regina Alves Vieira e José Lázaro de Souza Rosa.

● O *Microfilme e o Arquivo Moderno* foi o curso ministrado de 11 a 15 de maio para 21 participantes interessados em aumentar seus conhecimentos

sobre a adequada aplicação das técnicas de microfilmagem aos arquivos. A cargo dos profs. Marilena Leite Paes, Lourdes da Costa e Souza, Maria de Lourdes Claro de Oliveira e José Lázaro de Souza Rosa, o curso obedeceu à seguinte programação: Conceito, planejamento e organização de arquivos. Arquivos correntes e intermediários. Arquivos permanentes: arranjo e descrição; análise, avaliação, seleção e eliminação de documentos. Microfilme: histórico, uso, vantagens e aplicações. Técnicas de microfilmagem e microformas. Técnicas das microfichas e sistema de arquivamento. Legislação: o microfilme e a legislação vigente; interpretação do texto da lei; atualizações e modificações propostas. Recuperação da informação microfilmada. Indexação. Ainda no programa uma visita a um centro de microfilmagem e um debate de que participaram todos os professores e alunos. O curso realizou-se nas dependências do Arquivo Geral da Cidade.

● Ainda no AGCRJ realizou-se nos dias 25, 27 e 29 de maio, 1.º e 3 de junho, uma série de palestras sobre o tema *Arquivos: Organização, Funções e Importância*, proferidas pelo prof. Salvatore Carbone, titular de Arquivística da Universidade de Cosenza, Itália. As conferências contaram com a presença de profissionais da área, em número de 32. No programa O panorama arquivístico internacional: teoria e realidade e o caso italiano. A legislação arquivística: o que é a Lei de Arquivos. O ensino da Arquivística na Itália: a Escola de Turim. Triagem e eliminação: o problema do descarte em arquivo. A administração de documentos: o arquivo intermediário e o permanente. Os arquivos permanentes e suas relações com a pesquisa histórica. Os edifícios para os arquivos: a segurança, a preservação e o restauro. Os arquivos econômicos, sociais e familiares: problemas de acessibilidade. Os arquivos e os processos de automação

e microfilmagem. Os arquivos estatais: função e importância.

Carbone esteve no Brasil a convite do Arquivo Público de São Paulo, tendo permanecido na capital paulista por um mês, ocasião em que realizou conferências que contaram com uma assistência de 120 pessoas: profissionais da área de documentação e outros interessados. No Rio, onde permaneceu por 15 dias, além do curso promovido pela AAB, prestou também sua colaboração ao Arquivo Nacional, realizando visitas às suas dependências e às da Casa da Moeda — para onde se pretende transferir o AN — e participando de reuniões com a diretora daquela instituição, membros do corpo de funcionários e demais assessores, com vistas a fornecer subsídios necessários à viabilização da mudança. Do Rio foi ainda a Belo Horizonte e Brasília, onde ministrou novas aulas programadas pelo Núcleo Regional da AAB na Capital Federal.

● A prof.ª Maria Luiza Reis Lima foi a encarregada do *Curso sobre Resumo e Indexação* realizado pela AAB com a finalidade de colaborar com os profissionais da área de documentação, orientando-os nos processos de comunicação, na técnica e na prática de elaboração de resumos e índices visando a obtenção de melhores resultados na recuperação e disseminação seletiva da informação. O curso teve o conteúdo programático que se segue: Resumos: definições e tipos; Indexação: origens, definições e evolução; Indexação manual, mecanizada e controlada; Tesouros: definições, normas para elaboração de um vocabulário controlado. Realizou-se de 20 de junho a 10 de julho nas dependências do AGCRJ.

● Dando prosseguimento a sua programação para 1981 a AAB realizará, em novembro, seu 1.º *Seminário sobre Elaboração de Códigos de Assuntos*. Num total de 48 horas-aula práticas e teóricas, as prof.ªs Marilena Leite Paes

e Maria de Lourdes da Costa e Souza — idealizadoras do curso — ensinarão aos arquivistas presentes como estudar e aplicar as técnicas e processos para a estruturação e elaboração de códigos de classificação por assunto em arquivos. O programa constará de: Introdução ao estudo dos arquivos; organização de arquivos; filosofia da classificação e elaboração de códigos de assuntos por áreas específicas do conhecimento, com a participação direta dos presentes.

Núcleos Regionais

O Núcleo da AAB em Brasília vem realizando uma intensa programação, especialmente na área de cursos. De 16 a 27 de março promoveu o *Curso de Organização de Arquivos para Secretárias e Técnicos de Arquivos*, visando dar àqueles profissionais uma visão mais profunda das técnicas arquivísticas, com vistas ao melhor desempenho de suas funções. Em 30 horas de atividades divididas entre aulas teóricas, estudos de casos e debates foram abordados os temas: Documentação, informação, arquivo, biblioteca, museu e centros de documentação. A ciência e a técnica de arquivo: sua importância, conceituação e finalidades. As três idades do Arquivo: correntes — equipamentos de arquivo, terminologia arquivística e métodos de arquivamento (geográfico, numéricos: simples e cronológico, alfabético: dicionário e enciclopédico, decimal, duplex e alfanumérico); tramitação de correspondência — central de informações; noções de avaliação — tabelas de temporalidade. Arquivos Intermediários: noções. Arquivos permanentes. A posição da secretária dentro de um sistema de arquivo e a desburocratização em arquivos.

Planejamento e Organização de Arquivos, realizado de 11 a 29 de maio, totalizando 45 horas-aula, destinado a dirigentes e/ou chefes de órgãos públicos ou privados e a todos que tenham sob sua responsabilidade o planejamento e a orientação da implantação de um sistema.

Arquivo e Administração, em andamento, teve início em 6 de julho, devendo prolongar-se até 27 de novembro num total de 306 horas-aula. Destinado aos profissionais que desempenham suas atividades na área de arquivo, o curso está se desenvolvendo de maneira a propiciar um maior embasamento técnico-cultural visando ampliar a capacidade diagnóstica do gerente ou chefe para a utilização produtiva do tempo no desempenho da administração documental nas três fases de vida

de um arquivo e ainda ensiná-los a discernir os pontos de estrangulamento e as possibilidades de eliminá-los mediante a adoção de soluções alternativas.

Ainda na programação do Núcleo de Brasília um Seminário sob a responsabilidade do prof. Rolf Nagel, Arquivista pelo Instituto Superior de Arquivologia de Marburg. Sua vinda ao Brasil está programada para outubro-novembro próximos.

Sede Própria

A Coluna de Carlos Swann, em *O Globo*, de 3 de junho de 1981, publicou a seguinte nota: "A Associação dos Arquivistas Brasileiros completa 10 anos este ano, ainda em luta para ter sua sede própria. Como os cofres públicos pouco podem ajudar, os próprios membros da entidade tratam de levantar fundos. E para isso realizarão em outubro um leilão com a renda em benefício da futura sede. José Paulo Moreira da Fonseca, Edith Behring, Augusto Rodrigues já ofereceram obras para o leilão, e a AAB espera que outros artistas o façam. Afinal, ela se ocupa da preservação da memória nacional, da qual os artistas plásticos vivos um dia farão parte".

Será patronesse do leilão Celina Moreira Franco, diretora do Arquivo Nacional, esposa do prefeito de Niterói e por isso responsável por inúmeras obras sociais às quais a AAB destinará parte dos recursos arrecadados.

Adiantamos ainda que, além dos artistas plásticos mencionados por Swann,

também já fizeram suas doações Ione Saldanha, Maria Tereza Vieira, Esterilda Menicucci, Xavier O Santo, Eleutheriades, Lucio Cardoso (doação de sua irmã, a escritora Maria Helena Cardoso) e diversos particulares que desfalcaram seus acervos para prestar-nos sua colaboração.

A AAB agradece a todos os que aderirem a nossa campanha.

Nova Diretoria

Eleita para o biênio 1981-83, tomou posse no dia 27 de maio a nova diretoria da AAB, assim constituída: presidente: Lia Temporal Malcher; vice-presidente: Afonso Carlos Marques dos Santos; Primeiro secretário: Maria Amélia Gomes Leite; Segundo secretário: Jaime Antunes da Silva; Primeiro tesoureiro: Júnia Gomes da Costa Guimarães e Silva; Segundo tesoureiro: Lúcia Maria de Oliveira. A cerimônia teve lugar no auditório da Fundação Getúlio Vargas e contou entre outros com as presenças de Luiz Simões Lopes, presidente da FGV; Celina Moreira Franco, diretora do Arquivo Nacional; e Salvatore Carbone, titular de Arquivística da Universidade da Calábria, Itália. Além dos já citados, a mesa foi composta pelos profs. Regina Alves Vieira, José Pedro Pinto Esposel, Marilena Leite Paes, Ismênia de Lima Martins, conferencista convidada e Maria Amélia Gomes Leite, que secretariou os trabalhos.



Marilena Paes fez a entrega dos diplomas aos novos Sócios Honorários Manoel Adolpho Wanderley, pelos trabalhos de tradução de obras na área de Arquivologia; comandante Martinho Cardoso de Carvalho, pela coordenação do projeto de construção do prédio do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e permanente apoio à classe arquivística; Eloísa Helena Riani Marques, pelos trabalhos editoriais de *Arquivo & Administração* e *Anais do 4.º Congresso Brasileiro de Arquivologia*; Maria de la Encarnación de España Santos, pela colaboração a *Arq. & Adm.*; Norma Viégas Barros, pela colaboração e dedicação como Primeiro tesoureiro; Maria Amélia Gomes Leite, pela dedicação à AAB, trabalhos editoriais de *Arquivo & Administração* e *Anais dos 3.º e 4.º CBA*; Arquivo Nacional e Fundação Getúlio Vargas, pela colaboração à Arquivologia nacional e acolhida à AAB.

Regina Vieira assim se pronunciou em seu discurso de despedida:

É época de renovação. Com o mandato terminado, nova diretoria assume a Associação dos Arquivistas Brasileiros. Novo período se inicia para dar continuidade à nobre e, por vezes, áspera caminhada iniciada por nossos antecessores.

Procuramos manter sempre os rumos traçados em favor dos profissionais dos Arquivos e da Arquivologia. Tivemos conquistas, desejos não-realizados e também dificuldades. Esperávamos mais, entretanto, os tempos tornaram-se difíceis, exigindo esforços cada vez maiores, mas o ideal nos deu sempre força e entusiasmo para que pudessemos prosseguir na jornada.

Nossos companheiros de lutas, sempre solícitos e entusiasmados, foram a viga-mestra de nossos trabalhos. Sem eles, sem sua constante dedicação e esforços, não teríamos o êxito do 4.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1979.

Foram publicados o folheto Arquivologia, textos e legislação, coletânea dos atos referentes à formação do profissional, à regulamentação da profissão e aos sistemas de Arquivo; Anais dos 1.º e 3.º Congressos Brasileiros de Arquivologia e concluída a composição dos Anais do 4.º Congresso.

Em outubro, será lançado o Índice de Arquivo & Administração, como parte das comemorações dos 10 anos da AAB.

O anteprojeto de lei criando os Conselhos Nacional e Regionais de Arquivologia foi elaborado por uma comissão, restando apenas o pronunciamento

do Ministério do Trabalho para em seguida ser remetido ao Congresso.

Para a criação dos cargos de arquivista e técnico de arquivo no Serviço Público Federal, obtivemos do diretor-geral do Dasp, José Carlos Freire, a promessa de enquadramento do profissional dos Arquivos em níveis compatíveis com seu preparo superior, no próximo Plano de Classificação de Cargos, em estudos na Fundação Getúlio Vargas.

Com referência ao ensino profissionalizante, incluindo cursos para a formação de técnicos de arquivo, motivamos o Conselho Estadual de Educação que, por intermédio da Câmara de Ensino de 2.º Grau e por solicitação da AAB, incluiu nos programas dos colégios oficiais a habilitação de técnico de arquivo, a ser implantada proxima-mente.

Dando cumprimento aos preceitos regimentais de pugnar sempre pelo aperfeiçoamento do profissional da área de Arquivo, vários cursos foram programados, tais como Aperfeiçoamento em Organização de Arquivos de Empresa, O Microfilme e o Arquivo Moderno, Elaboração de Códigos de Assuntos, Editoração, Resumo e Indexação, Automação aplicada aos Arquivos, ministrado pelo técnico francês Ivan Clou-las, e Arquivos: Organização, Funções e Importância, por Salvatore Carbone, professor titular de Arquivística da Universidade de Cosenza, Itália.

O quadro social foi acrescido de bom número de associados. Foi criado o Núcleo Regional de Alagoas e os já existentes, na medida de suas possibilidades, cumpriram sua programação.

De outubro a dezembro de 1979, a AAB e seus Núcleos atenderam, com a realização de vários eventos, à convocação do Conselho Internacional de Arquivos, no sentido de comemorar as Semanas Internacionais de Arquivo.

A AAB se fez presente em diversos conclaves, inclusive no IX Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Londres, em 1980.

Graças aos recursos obtidos com os trabalhos de assistência técnica, cursos ministrados e mensalidades de associados, conseguimos a circulação em dia de Arquivo & Administração, apesar do brutal aumento nos preços do papel e custos de impressão, além de manter uma secretaria executiva para atender às atividades administrativas crescentes.

Esta foi a missão que recebemos e à qual demos continuidade. Pretendíamos mais, mas foi o que pudemos executar.

A AAB no dia 20 de outubro completará 10 anos de existência. Portanto, arquivistas e arquivos, de Norte a Sul do país, estão convocados.

Diversas comemorações já estão sendo programadas. Um seminário sobre o ensino da Arquivologia está sendo cogitado e preparado.

Um leilão de obras de arte está sendo montado com a finalidade de angariar fundos para a concretização do sonho de todos nós, que é a aquisição da sede própria.

Os primeiros contatos já estão sendo feitos para a realização do 5.º Congresso, em 1982, na semana de 18 a 22 de outubro, tendo como tema central "Os Arquivos na Realidade Brasileira".

Por fim, meus agradecimentos aos membros da diretoria, sempre atentos às suas funções, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, companheiros fiéis, ao pessoal da Secretaria pelo seu trabalho diário, aos competentes responsáveis pela assistência técnica, redação e editoração da revista, aos dirigentes dos Núcleos Regionais e aos amigos que, felizmente, não são poucos.

Ao Arquivo Nacional e à Fundação Getúlio Vargas, que nos atendem sempre e nos acolhem em suas dependências, a nossa gratidão.

Muitos são os amigos. A todos o nosso abraço de reconhecimento.

Aos membros da nova diretoria que hoje dá início a sua gestão sob o comando da dinâmica arquivista Lia Temporal Malcher, os nossos votos sinceros de sucesso e a promessa de nossa colaboração para que possamos alcançar, sempre unidos, as metas traçadas.

Após a diretoria ser empossada, Lia Temporal Malcher se dirigiu aos presentes:

Assumir a direção da Associação dos Arquivistas Brasileiros, no transcurso do 10.º aniversário de sua fundação, é, para nós, membros eleitos da nova diretoria da AAB, uma grande honra. Sentimos, no entanto, que é ainda maior a nossa responsabilidade, face à tradição de trabalho e luta cuidadosamente construída e solidificada durante esses 10 anos de sua existência.

Neste sentido, estamos conscientes do significado e da abrangência da tarefa que nos aguarda neste biênio de 1981-83.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, que em 1971 foi criada por um grupo de profissionais idealistas, emergiu da experiência destes pioneiros para tentar resolver a situação caótica de nossos arquivos e congregar todos aqueles que atuavam no meio arquivístico. Desta forma, a AAB surgiu com a fina-

lidade de promover, por todos os meios, a realização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, cooperar com o governo e organizações nacionais, em tudo que se relacionasse com arquivos e documentos e, ainda, pugnar por uma legislação nacional sobre arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural.

Em seu 10.º ano de fundação, podemos afirmar que a AAB já possui um significativo elenco de realizações em prol da Arquivologia brasileira e da categoria profissional dos arquivistas, graças à tenacidade e competência dos seus fundadores. Destaque-se a atuação ímpar de seu primeiro presidente e grande idealizador prof. José Pedro Espôsel e das brilhantes gestões que lhe sucederam nas pessoas de Helena Corrêa Machado, Marilena Leite Paes e Regina Alves Vieira.

Cumprindo ainda, nesta oportunidade, ressaltar o pioneirismo dos fundadores da AAB que, ao darem forma à entidade representativa da categoria, em 1971, iniciaram uma nova era na Arquivística brasileira. Lembremo-nos também do relevante papel do 1.º Congresso Brasileiro de Arquivologia que, em 1972, realizou importante balanço da situação na qual se encontravam os nossos arquivos e elaborou proposições para o currículo mínimo dos cursos de formação de arquivistas, chamando atenção para a necessidade de se reconhecer como estudos de nível superior o Curso de Arquivo, do Arquivo Nacional.

De grande realce foram os resultados dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Congressos, frutos de primorosa organização.

A criação dos cursos regulares de graduação em Arquivologia, como o da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o do Arquivo Nacional — absorvido pela Fefierj (atualmente Uni-Rio), o da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e o da Universidade da Bahia (em processo de formação), em Salvador, representam a materialização dos esforços iniciais dos pioneiros da AAB, podendo servir de modelo para os mesmos fins em outros países.

Ainda no âmbito das vitórias da AAB, cabe recordar os esforços empreendidos no sentido de se conseguir o reconhecimento da profissão, encetados desde 1975, e que resultaram na Lei n.º 6.545 de 4 de julho de 1978, que dispôs sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de Arquivo, e no Decreto n.º 82.590 de 6 de novembro do mesmo ano, regulamentando a referida lei. Estas conquistas,

no plano da legislação, colocaram o Brasil como o primeiro país da América Latina a criar o estatuto profissional para os arquivistas, regulamentando o exercício da profissão.

Outro passo, de grande significação, foi a instituição do Sistema Nacional de Arquivo, através do Decreto n.º 82.308 de 25 de setembro de 1978, que visa assegurar a preservação dos documentos produzidos pelo poder público, encontrando-se em fase de implantação.

Entre os muitos méritos da AAB é necessário destacar a regularidade com que tem sido publicada a Revista Arquivo & Administração, órgão oficial da AAB. Lançada por ocasião do 1.º Congresso de Arquivologia, Arq. & Adm. constituiu-se, hoje, em periódico único no gênero no Brasil, considerada a melhor publicação do mesmo setor na América Latina. Foram realizações desta ordem, numa conquista quotidiana, que firmaram o respeito e a credibilidade pública da AAB.

Ao lado disto, a AAB tem realizado, além de seminários e painéis de estudos paralelos aos Congressos, cursos técnicos visando à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais da área, contando para esse fim com a participação de nomes de alto valor, tanto no plano nacional como no internacional.

Apesar de todas essas grandes conquistas, muito há por fazer. A AAB deverá acompanhar atentamente junto ao Ministério do Trabalho a tramitação do processo do Anteprojeto de Lei que cria o Conselho Federal de Arquivologia, ao qual caberá estimular, nortear e fiscalizar o exercício da profissão em todo o território nacional, registrando os profissionais da área e resolvendo os problemas relativos à Ética Profissional.

No Plano de Classificação de Cargos, a inclusão do cargo de arquivista deverá ser arduamente pleiteada, não só junto ao Dasp, em âmbito federal, como nos Estados e Municípios, a exemplo do Estado do Rio Grande do Sul e do Município do Rio de Janeiro, que já o obtiveram.

Por outro lado, a expansão dos núcleos regionais da AAB apresenta-se como uma das metas de nossa gestão, necessária para a implementação de nosso programa de trabalho ao longo deste biênio. A expansão e a solidificação dos já existentes deverão indicar a vitalidade e a abrangência da ação da AAB em tudo o que se refere à Arquivística no plano nacional.

É intenção também desta nova diretoria intensificar as comunicações entre a AAB e seus associados, estreitando laços e compromissos, através da ampliação de sua programação cultural e social. É necessário multiplicar as atividades de cursos, seminários, conferências e debates de âmbito interdisciplinar, não apenas em termos estritamente técnicos, mas também no sentido de reforçar o caráter humanístico de nossa área de atuação.

Por outro lado, acreditamos que é de grande importância um permanente intercâmbio da AAB com outras áreas de atividade ligadas à Documentação, tais como a de Restauração de documentos e a de Microfilmagem, e, da mesma forma, o entrosamento com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciência da Administração e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). É necessário que o arquivista marque a sua presença no campo de ação, não apenas dos administradores, mas no dos cientistas e demais produtores intelectuais do Brasil, ocupando o seu justo lugar junto àqueles profissionais.

No 2.º semestre deste ano caber-nos-á, ainda, a responsabilidade de organizar e gerir as comemorações do 10.º aniversário da AAB. Para tanto, desejamos a colaboração entusiástica de todos, para que possamos aproveitar esta ocasião para dar ao público a dimensão justa do papel da Arquivologia na sociedade de nossos dias. De nossa parte, todos os esforços serão encaminhados para o sucesso desse evento.

No próximo ano, teremos ainda a honra de organizar e presidir o 5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que se realizará no Rio de Janeiro.

Esta nova Diretoria compromete-se, portanto, em assumi-lo, como uma das grandes oportunidades para que o mundo dos Arquivos tenha um momento para pensar na solução dos problemas que o afligem, debater o andamento da questão arquivística, propondo soluções e ousando interferir no próprio processo do desenvolvimento social brasileiro. Assim é que o tema do 5.º Congresso, já escolhido por nossos antecessores, parece-nos extremamente oportuno: "Os Arquivos na Realidade Brasileira".

Temos a pretensão de vir a desenvolver, ao longo de nossa gestão, um trabalho que leve o arquivista brasileiro a compreender, cada vez mais, e a assumir o importante papel que lhe está reservado no espaço social da nação, tanto como guardião das fontes primárias da História Pátria e da sociedade bra-

sileira, como na decisiva participação na gestão documental contemporânea, interferindo na trajetória da vida do documento, em suas três idades: corrente, intermediária e permanente, em qualquer nível da administração pública ou privada. Neste sentido, acreditamos ser fundamental ampliar não apenas a formação técnica do arquivista, mas também a dimensão humanística de sua ação.

O arquivista atual, na medida em que ultrapasse as limitações iniciais, deve se projetar como um profissional de nível superior que, ao lado dos profissionais das outras áreas, atue eficazmente nas decisões que envolvam a gestão documental.

Assim é que, à AAB, enquanto órgão representativo dos arquivistas brasileiros e responsável por tantas vitórias para a Arquivologia brasileira, cabe congrega e unificar as nossas fileiras para a dignificação de nossa profissão e para a ampliação das nossas responsabilidades face ao desenvolvimento sócio-cultural de nosso país, em relação ao qual não devemos nem podemos ficar omissos.

A nova Diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros, neste momento empossada, com o seu trabalho tentará retribuir a confiança que nela foi depositada, com a certeza inabalável de que envidará o melhor de seus esforços, com lealdade, dedicação e perseverança, para a concretização das metas propugnadas, firmando uma desejável continuidade no decorrer do processo de sua atuação.

Aos ilustres participantes desta solenidade, aos presidentes da Associação dos Arquivistas Brasileiros que nos antecederam, aos nossos colegas, a todos os que aqui vieram nos prestar seu apoio com sua presença amigável e solidária, nosso agradecimento comovido e sincero.

Dando prosseguimento ao encontro, a conferencista Ismênia de Lima Martins abordou *A importância da organização das categorias profissionais na sociedade contemporânea: o exemplo da Associação dos Arquivistas Brasileiros*.

Inicialmente, demonstrou surpresa e emoção por ter sido ela, uma historiadora, escolhida pelos arquivistas para ser a oradora no dia da posse da nova diretoria da AAB. Fez algumas considerações sobre a causa provável, concluindo que esta se deveu ao fato de serem a Arquivologia e a História ciências interdisciplinares e irmãs. Discorreu, ainda, sobre a história da Associação, baseando suas conclusões nas pesquisas que levou a efeito nos 26 números de *Arq. & Adm.* Acompanhando

passo a passo a trajetória de lutas e reivindicações da instituição, não deixou sequer de detectar a mudança na linha editorial a partir de 1978, quando se deu, na sua opinião, a maior vitória da AAB: a regulamentação da profissão. Da criação, com os Estatutos, até as matérias mais amenas, com ampla abertura para outras áreas das ciências sociais, Ismênia traçou, com riqueza de detalhes, o perfil histórico da AAB. Corroborando suas palavras, leu vários trechos de editoriais e estudos publicados, os quais deixaram patentes a coesão e o idealismo da classe na busca dos ideais comuns. Ao terminar, deixou à nova diretoria uma mensagem de otimismo e de incentivo, dizendo: "Apenas mantenham o ritmo, pois, até aqui, ele foi bastante acelerado".

Encerrando a reunião, o prof. Espinel desejou sucesso ao grupo que ora dirige os destinos da AAB.

Ressuscitando a Memória Paulista

A simples menção do nome da cidade de São Paulo faz pensar em progresso, crescimento, futuro. Mas, como tudo isso começou? Para que a resposta a essa pergunta não se torne impossível dentro de pouco tempo, a Prefeitura de São Paulo lançou um concurso de planejamento urbanístico, visando à restauração do Vale do Anhangabaú, ao qual se seguirá outro, para a restauração do Parque Dom Pedro.

A iniciativa da Prefeitura de São Paulo é tanto mais importante se pensarmos que a cidade vive problemas urbanos bastante graves — poluição, superpopulação, violência, desemprego, etc., que sempre mereceram atenção prioritária das autoridades. Será que começamos a entrar num tempo em que a preocupação com a preservação da história da luta e do esforço do povo brasileiro por seu desenvolvimento vai entrar na pauta das prioridades de seus governantes? Tudo leva a crer que sim, haja vista a Exposição *São Paulo — onde está sua história?*, inaugurada a 14 de maio no Museu de Arte de São Paulo (MASP), na qual mais de 200 documentos e 165 painéis mostram as diversas fases da história de São Paulo. A exposição, patrocinada pelas Secretarias Estadual e Municipal de Cultura, inclui material do Arquivo do Estado de São Paulo, dirigido pelo historiador José Sebastião Witter; do Arquivo Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo, sob a direção de Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento; do Arquivo da Cúria Metropolitana, diri-

gido pelo cônego Paschoal Amato; do Museu Paulista, dirigido por Setembrino Petri e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cujo atual diretor é José Pedro Leite Cordeiro. Da mostra também fazem parte documentos de arquivos particulares, tais como os de José Mindlin e Aureo de Almeida Camargo.

A documentação pertencente aos arquivos públicos foi, toda ela, fotografada e processada com a colaboração do laboratório fotográfico da Fundação Padre Anchieta e da Seção de Iconografia da Secretaria Municipal de Cultura.

Segundo o prof. Witter "esta é a mais ampla exibição do conteúdo dos arquivos paulistas" e foi a forma encontrada para chamar a atenção do público para sua importância cultural. Diz ainda o professor: "As pessoas, em geral, não sabem o que é um arquivo, como funciona, quais as suas finalidades e muita gente pensa que se trata apenas de um depósito de papel velho. O material exposto, tão variado quanto atraente, e que provém, em sua maior parte, dos Arquivos do Estado e do Município, ajudará a desfazer essa impressão".

A exposição permaneceu aberta à visitação pública de meados de maio a 14 de junho, tendo sido editado um catálogo com reproduções dos principais itens expostos. Além dos artigos explicativos, a publicação traz ainda um texto de autoria de Carlos Drummond de Andrade intitulado *Viva o documento*. O poeta faz suas as palavras do historiador americano, Charles M. Andrews, que afirmou: "O cuidado que uma nação devota à preservação dos monumentos de seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu." De acordo com o prof. Pietro Maria Bardi, Diretor do MASP, onde se realiza a exposição: "fala-se muito em memória, mas poucas são as iniciativas efetivas para recuperá-la mostrando-a não como uma coisa morta, mas como patrimônio de uma história viva."

O tema escolhido para a Exposição foi o dos *Caminhos de São Paulo*, isto é, as cinco principais vias de comunicação que uniam a capital ao resto da província e ao resto do país desde o tempo dos bandeirantes. Essas grandes vias são o Vale do Paraíba, o Vale da Ribeira, o caminho de Fernão Dias, o caminho de Anhangüera e a Estrada de Ferro Noroeste. Quanto à cidade, ponto de encontro de todos esses caminhos, também esteve representada na mostra, principalmente sob os aspectos político-administrativo e arquitetônico-urbanístico.

O Arquivo Nacional e suas Realizações

● Obedecendo ao seu programa de capacitação de recursos humanos, o Arquivo Nacional realizou de 10 de março a 28 de maio um *Curso de Cartografia*, ministrado pela prof.^a Isa Adonias, chefe da Mapoteca do Itamaraty. O curso teve como principal objetivo a reciclagem dos funcionários do AN nas técnicas e métodos de Iconografia e Cartografia necessários à análise, estudos de preservação e arquivamento de documentos cartográficos, bem como ao processamento e à recuperação das informações neles contidas.

O curso teve o seguinte conteúdo programático: 1.^a Parte — Noções Básicas de Cartografia: as técnicas de levantamento da superfície terrestre; a representação da Terra sobre um plano; tipos e classes de mapas e cartas; uso do mapa, leitura, interpretação e cartometria; terminologia técnica de cartografia; a cartografia no Brasil e a situação atual da cartografia no mundo. 2.^a Parte — Mapoteca: Organização, Conservação e Administração: o desenvolvimento da mapoteconomia; planejamento e formação do acervo de uma mapoteca; organização e administração de uma mapoteca; aquisição do material cartográfico; catalogação de mapas, cartas, atlas e de representação para-cartográficas; organização do catálogo; classificação; automação aplicada a uma coleção de mapas; outras opções para a recuperação de informações cartográficas; arranjo do material cartográfico; o trabalho de referência e uma mapoteca; divulgação; preservação do material cartográfico; principais mapotecas brasileiras e estrangeiras e bibliografia.

Foram aplicadas provas de avaliação sobre conhecimentos básicos de cartografia — aproveitamento teórico; leitura e interpretação de mapas, cartas topográficas, globos, imagens de satélite e mosaicos de radar e catalogação de mapas, segundo as regras para descrição de materiais cartográficos, tendo como base o capítulo 3 do *Anglo-American Cataloguing Rules*.

As aulas teóricas foram complementadas por visitas realizadas ao Serviço Cartográfico do Exército, à Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais e à Mapoteca do Itamaraty.

● Para reciclagem de seu corpo de funcionários, o AN, em colaboração com o Consulado Geral da França, realizou um *Curso de Francês Instrumental* visando, principalmente, possibilitar o acompanhamento do desenvolvimento

arquivístico internacional pela leitura de literatura especializada.

As aulas, ministradas pelas prof.^{as} Lissete Mansur e Maria Helena Nagib Jardim, constaram, especialmente, da leitura e compreensão global de textos grafados em idioma francês sobre Arquivística e outros assuntos técnico-culturais de interesse das diversas áreas de atuação funcional.

● A convite do Arquivo Nacional esteve no Rio de Janeiro o secretário executivo do Conselho Internacional de Arquivos, M. Charles Kecskeméti. O objetivo principal da visita foi a avaliação dos projetos de modernização e reorganização do Arquivo Nacional, especialmente no que diz respeito a sua provável transferência para o conjunto arquitetônico atualmente ocupado pela Casa da Moeda.

Um debate com representantes da comunidade arquivística nacional e uma conferência sobre *O papel de um Arquivo Nacional em um país em desenvolvimento* permitiram que todos se beneficiassem e deram oportunidade a uma reflexão de alto nível sobre os problemas da Arquivologia em nosso país.

● O Arquivo Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas promoveram a exposição *A influência do Positivismo e a Organização do Brasil Republicano*, participando, desta forma, das comemorações do Centenário da Igreja Positivista do Brasil. A exposição foi inaugurada em 11 de maio e mostrou documentos pertencentes ao acervo do AN e da Igreja Positivista.

Além da exposição, o CPDOC organizou uma ampla bibliografia comentada sobre o assunto.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e suas Realizações

● Cumprindo um compromisso tácito assumido com a população carioca desde sua inauguração, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) deu continuidade à série de promoções de caráter cultural que vêm se tornando a tônica da gestão da prof.^a Lia Temporal Malcher à frente daquela instituição. Nos meses de março e abril, foi aberta ao público mostra dos trabalhos do artista plástico Aderson Medeiros. Vicente de Percia assim o define: “é um gravador popular, cuja produção deve ser assimilada de imediato. Envolto nas ilustrações que o cercam, na literatura de cordel, na paisagem de pouco verde,

nos brinquedos improvisados do menino cearense, no morador do Rio de Janeiro, na magia que unifica o natural e o sobrenatural, no magnetismo da religião, Aderson sabe articular ou modular estruturas com a forma dos ex-votos e atinge uma linguagem apropriada para as diversas abordagens, não se limitando às suas origens”.

Paralelamente o AGCRJ realizou um Ciclo de Palestras sobre *Arte no Espaço Urbano*, que reuniu os profs. Frederico de Moraes, Vicente de Percia, Lélia Coelho Frota e Mário Barata, que abordaram, respectivamente, os temas Arte de Rua: questões; Arte e Educação: experimentações; Arte de Rua e Posicionamentos da Arte Urbana Contemporânea e Retrospecto do Espaço Carioca desde o Século XIX.

● Ainda no campo das artes plásticas, o público que visitou o AGCRJ de 24 de abril a 13 de maio teve oportunidade de apreciar a exposição de desenhos da artista Angela Landim Cortese. A mostra teve como tema principal a *Evocação da Infância*, desenvolvida sobre a técnica de desenho a guache e caneta esferográfica.

● O Rio de Janeiro de Lima Barreto foi a temática escolhida para a exposição fotográfica como parte das comemorações do centenário de Lima Barreto, um dos mais importantes autores de nossa literatura.



A inauguração da Exposição em 13 de maio, seguiu-se a Sessão Solene de Abertura das comemorações do Centenário de Nascimento de Lima Barreto, tendo como orador o acadêmico Francisco de Assis Barbosa, um dos mais importantes biógrafos do autor.

Um ciclo de palestras, *Lima Barreto: o autor e a obra em questão*, organizado pelo prof. Afonso Carlos Marques dos Santos, acompanhou a exposição, obedecendo ao temário: *Lima Barreto e a literatura oficial*, pelo prof. Ailton Benedito de Souza; *Lima Barreto e a questão social*, pelo prof. Joel Rufino dos Santos; e *As contradições do espaço urbano na obra e na vida de Lima Barreto*, pelo prof. Mário Barata; *Lima Barreto e as contradições sociais de seu tempo*, pelo prof. Afonso Carlos Marques dos Santos. O ciclo foi encerrado com uma sessão de debates sobre *A obra viva de Lima Barreto e sua contemporaneidade*.

O Acervo do AGCRJ

O Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro possui valioso acervo documental constituído não apenas de documentos escritos, mas de farta documentação bibliográfica, hemerográfica, iconográfica e audiovisual.

Tal diversificação permite aos estudiosos, às autoridades e à comunidade, em geral, estudar o Rio de Janeiro sob os mais variados aspectos de sua vida social, econômica, política, cultural e administrativa.

Com relação à atividade econômica da cidade, encontram-se à disposição do público livros de lançamento e cobrança do Imposto de Alvarás de Licenças, desde a organização do Distrito Federal, em setembro de 1892; guias de imposto de transmissão de propriedade, expedidas pelos cartórios e varas cíveis, abrangendo o período de 1912 a 1929; livros de lançamento e cobrança da antiga décima urbana, criada por D. João em 1808; guias do imposto territorial, relativas aos anos de 1919 e 1928; livros e papéis relativos a aforamentos, sesmarias, marinhas e mangues, livros e documentos referentes à receita e despesa da municipalidade, desde o período colonial até o advento da República.

De especial significação são as vereanças, de 1805 a 1829, as atas das sessões da Câmara Municipal, de 1796 a 1831, e documentos sobre vereadores, de 1796 a 1831.

O saneamento da cidade encontra-se registrado em diversos relatórios e pareceres sobre a salubridade do Rio de Ja-

neiro, estudos sobre vacinas, endemias e epidemias, como a febre amarela e varíola.

A feição física do município e do Distrito Federal pode ser levantada pela documentação referente a limites de freguesias e distritos municipais, divisão territorial e limites do Distrito Federal com o antigo Estado do Rio de Janeiro.

A modernização do Rio de Janeiro pode ser acompanhada através dos documentos sobre iluminação pública a azeite, a gás e a eletricidade. Há documentos sobre jardins públicos, licenças para obras, construções, reconstruções e reparos sobre logradouros públicos, numeração, construção e reconstrução de prédios, abastecimento de água, carnes verdes, matadouros, imposto de gado, carris, transporte coletivo por meio de bonde de tração animal ou mecânica. Podem ainda ser encontrados documentos sobre transporte ferroviário e marítimo.

As condições de vida da cidade podem, ainda, ser estudadas através de variada documentação sobre óbitos e cemitérios, comércio de pão, leite, aguardente e gêneros alimentícios, fumos e inflamáveis, mercados, pesca e peixe, e registros comerciais diversos.

A história do ensino no Rio de Janeiro conta com riquíssimo acervo constituído de documentos oriundos dos diversos ministérios do Governo Imperial e Republicano, referentes, inclusive ao ensino nas antigas províncias e às atividades do pessoal do magistério.

A vida administrativa da cidade está amplamente registrada nos relatórios de diversas repartições municipais ou através de documentação sobre comissões de compras, contas correntes, escrituras, orçamentos municipais, pedidos de emprego, portarias e precatórias, sobre poses e juramentos de serventuários administrativos, da Justiça, sobre reclamações, sobre os próprios municipais, projetos de reforma da municipalidade, recenseamentos, sobre a Biblioteca Municipal, processos judiciais em geral, inventários. Além destes, podemos encontrar uma série de documentos relacionados com a lavoura do município, loterias, marceneiros, carpinteiros e materiais para obras do Paço Municipal, médicos, dentistas, parteiras, naturalizações, teatros, diversões, festividades e exposições, a Guarda Nacional, a Guerra do Paraguai e a Independência Nacional.

Mas o acervo não se restringe apenas a documentação de importância local. Há documentos originais de valor inestimável para o estudo da história geral do Brasil, como decretos e leis dos poderes de âmbito nacional, legislativo e

executivo; projeto de Constituição monárquica e as adesões à carta política referendada por D. Pedro I, em 1824; registros sobre escravos e sobre a escravidão em geral; o Auto de Juramento prestado pelos Procuradores Gerais das Províncias, Senado da Câmara da Cidade, Procuradores das Câmaras a D. Pedro I no dia de sua coroação (1-12-1822), e muitos outros.

De significação tanto local quanto nacional, encontram-se custodiados a Ata de transladação da imagem de São Sebastião, padroeiro da cidade, por ocasião do desmonte do Castelo; as relíquias de Anchieta; os papéis sobre a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

A documentação bibliográfica e hemerográfica é constituída de livros, periódicos, jornais, Anais da Câmara, do Senado, do Conselho Municipal, dos Boletins da Prefeitura, dos Relatórios do Império, sendo a maior parte da documentação existente relativa à municipalidade carioca.

O acervo cartográfico, iconográfico e audiovisual vem sendo cuidadosamente restaurado, e se constitui de plantas históricas, do período de 1823 a 1921, e de negativos e fotografias de Augusto César Malta, de reproduções de gravuras de Debret e Rugendas, de estudos e esboços de Lucílio de Albuquerque, além de uma coleção numismática.

O acervo documental do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, além de produzir provas para a administração pública e partilhadas, constitui-se em fonte primária de informações sobre a história da cidade.

Cursos

● A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) promoveu de 5 de maio a 30 de junho o curso *Índices e Indexação nas Áreas de Ciências Humanas e Sociais*, tendo como objetivo o aperfeiçoamento de indexadores no campo das Ciências Sociais. O curso incluiu aulas práticas de elaboração de índices para livros e revistas, bem como debates e discussões dirigidas.

A programação — a cargo dos professores Antonio Houaiss, Hagar Espanha Gomes, Helena Dodd Ferrez, Jerusa Gonçalves de Araújo, Lena Vânia Pinheiro, Regina Helena Tavares e Violeta Maria Monteiro — esteve assim estruturada: Filosofia da Indexação; Construção Manual de Índices; Tipos de Índices; Índices de Periódicos e de Livros; Análise de Conteúdo; Requisitos para um bom Índice; Vocabulário: Linguagens Naturais e Artificiais; pré e pós coordenação; linguagem controlada e *thesauri*, e indexação por computador.

● Ainda numa promoção da FCRB foi ministrado em março e abril o *Curso de Conservação e Restauração de Livros e Documentos* destinado principalmente aos profissionais de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Dividido em 32 horas de aulas teóricas e 28 horas de aulas práticas, o curso ficou a cargo das professoras Maria Luiza Ramos de Oliveira Soares, Deise da Silva Domingues e Maria Cristina Joly Beck Saad, da Casa de Rui Barbosa.

● A Fundação Escola do Serviço Público (FESP) programou para o primeiro semestre de 81 os seguintes cursos na área de Documentação e Informação:

● *Curso de Referência Legislativa*, ministrado em dois módulos pela prof.^a Ada Maria Coaracy, de 11 a 29 de maio. O primeiro módulo, com uma carga horária de 20 horas, versou sobre *Registro e Controle de Atos Públicos* e o segundo, com igual número de horas-aula, abordou as *Fontes de Informação Legislativa*. No programa: conceituação; atos e disposições legais e suas características; os poderes do Estado moderno; níveis da administração pública brasileira; estrutura e nomenclatura dos atos oficiais; análise e estrutura dos diários oficiais; controles da informação legislativa; catalogação de atos oficiais; classificação ou indexação de atos oficiais; repertório de informação legislativa; fontes de legislação federal; fontes de legislação de interesse do atual Estado do Rio de Janeiro e outras fontes e recursos de informação legislativa.

● No período de 18 a 22 de maio o prof. Milton Nocetti encarregou-se das aulas do *Curso sobre Sistemas de Informação*. Com carga horária de 20 horas, desenvolveu-se na abordagem de conceituação de sistemas de informação; estrutura de sistemas de informação; serviços de informação; usuários da informação técnico-científica; sistemas de informação documentária e avaliação e perspectivas de sistemas de informação.

● A Escola de Arquivistas da Universidade de Córdoba, Argentina, iniciou em 4 de maio seu já tradicional *Curso de Capacitação de Arquivistas*, especialmente dirigido àqueles que trabalham nos arquivos da administração pública dos países latino-americanos. Maiores informações sobre o curso e sobre obtenção de bolsas de estudo podem ser obtidas nos escritórios da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em cada país.

● Numa tentativa de solucionar, a curto prazo, o grave problema da capacitação profissional de arquivistas vivido pelos países latino-americanos, o Arquivo Nacional do Chile está promo-

vendo um *Curso de Arquivologia à Distância*. Dirigido aos funcionários da administração pública direta e indireta, tem uma duração de três semestres — 2 de março de 1981 a 28 de junho de 1982. O objetivo principal é facultar àqueles que trabalham nos arquivos a capacitação profissional, sem se afastar do exercício de suas funções. Todo o material didático é enviado às diversas regiões do país, inclusive as provas parciais, e somente ao final de cada semestre os alunos terão que se reunir em Santiago para uma estada de 20 dias, quando receberão aulas intensivas de especialistas estrangeiros e prestarão exames finais.

● O Grupo de Bibliotecários Biomédicos (APB/RJ) promoveu, de 9 a 12 de junho, o curso *Multimeios em Serviços de Informação*. As aulas foram dadas pelas prof.^{as} Nisicler Moreira Figueira, bibliotecária-chefe do Centro de Documentação da Rede Globo de Televisão e Edna Terezinha Rother, bibliotecária encarregada da Biblioteca do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo. O programa constou de Materiais audiovisuais: objetivos; características (fotos, diapositivos, filmes, vídeo-cassetes, discos e fitas); escolha do sistema adequado; classificação; caracterização do usuário; preparação, armazenamento e conservação; indexação coordenada — controle de vocabulário; recuperação da informação e empréstimo. 2 — Diapositivos: organização; processos técnicos; conservação e equipamentos.

Publicações sobre Arquivo

● O Arquivo do Estado de São Paulo retoma, com a edição de *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, uma publicação iniciada em 1976 sob o título: *Arquivo: Boletim Informativo*, da qual foram divulgados os números 1 e 2, correspondentes aos bimestres maio/junho e julho/agosto daquele ano.

Razões diversas impediram a manutenção da periodicidade desejada. Agora, com nova roupagem e denominação, a publicação será editada quadrimestralmente, mantendo, entretanto, sua finalidade precípua de difundir as atividades do Arquivo do Estado e divulgar o que acontece na área arquivística.

A estruturação editorial foi feita em seções: *Arquivo & História*, a qual propiciará mobilidade no tratamento dos dois assuntos, naturalmente interligados; *Documento* dará divulgação a manuscritos ou impressos integrantes do acervo; *Bibliografia: notas e comentários* cuidará da produção editorial espe-

cialmente no que se refira aos Arquivos; *Pesquisadores e Pesquisas* pretende enumerar e divulgar o que se está pesquisando na Instituição e, finalmente, *Notícias* tornará público o que se passa no Arquivo do Estado, guardando para a posteridade o dia-a-dia da entidade.

● A nova comissão editorial de *Archivum* reuniu-se, pela primeira vez, em fevereiro último, a convite dos Arquivos Nacionais da França, com vistas à fixação do programa a ser cumprido nos próximos quatro anos pela publicação.

Archivum apresentará Volume 28 — consagrado à legislação e à regulamentação de arquivos promulgados depois de 1970 — a ser publicado no final do corrente ano. Volume 29 — contendo os *Anais do 9.º Congresso Internacional de Arquivos*, realizado em Londres em 1980 — programado para agosto de 1982. Volume 30 — conterá um índice geral dos volumes 1 a 29 — deverá ser lançado no final de 1982, início de 1983. Volume 31 — terá como tema central *Os Arquivos e a Identidade Cultural das Nações* — previsto para 1983. Volume 32 — dedicado aos *Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação* — 1984. Volume 33 — voltado para os *Arquivos das Migrações Populacionais* — com publicação programada para 1984/85. Volume 34 — contendo os *Anais do 10.º Congresso Internacional de Arquivos*, a realizar-se em Bonn, Alemanha, em 1984.

Arquivos Particulares

● *Tom Jobim*

Uma parte importante da memória da música popular brasileira vem merecendo atenção especial: trata-se do arquivo de Antonio Carlos Jobim, que está sendo organizado, por iniciativa do próprio Tom, assessorado pela museóloga Vera de Alencar. Tom Jobim conta como começou a pensar na organização de seus papéis:



Vera de Alencar, a museóloga que organiza o arquivo de Tom Jobim.

"Um dia, Pixinguinha me levou até sua casa onde, nos fundos, tinha um quartinho com algumas prateleiras. Com um copo de uísque na mão, apontou para o material depositado e disse: 'Está tudo aí'. Virou as costas e saiu. A obra de Pixinguinha estava ali, amontoada, de qualquer jeito, e isso me impressionou, pois vivemos num país sem memória e tudo aquilo poderia se perder. Eu ainda sou do tempo em que a música era tocada por músicos. E, na verdade, hoje em dia, não se conseguem partituras de muitas músicas de Pixinguinha. Há sempre uma tendência do artista em não fazer testamento, mas é importante não só o testamento dos possíveis bens, como também de sua obra."

Dizendo ter ainda uma "memória prodigiosa", Tom admite que hoje ela não é tão apurada:

"Sei que não vou ter boa memória a vida inteira e, se não organizar a minha vida agora, com a morte corporal tudo desaparece. A vida do disco é efêmera, mas o papel permanece. Por isso ainda estão vivos Chopin, Debussy, Villa-Lobos. Os meios fonográficos se modificam. É fácil se constatar isso: as matrizes de muitos discos gravados em 78 rotações foram desfeitas, até as prensas se desgastaram. A única coisa que eterniza a música é o papel."

Há mais de um ano, Tom e Vera vêm se dedicando à organização do acervo do compositor, reunindo partituras e buscando, em baús, manuscritos de seus parceiros. Simultaneamente, ordenam a documentação relativa a sua vida pessoal: fotografias, cartas, troféus, etc.

Entre as raridades encontradas e já catalogadas está a primeira letra de Garota de Ipanema, manuscrita pelo Poetinha Vinícius de Moraes, praticamente desconhecida do grande público:

*Vinha cansado de tudo
De tantos caminhos
Tão sem poesia, tão sem passarinho
Com medo da vida, com medo de amar.
Quando na noite vazia
Tão linda no espaço eu vi a menina
Que vinha num passo
Cheia de balanço, caminho do mar.
Vem, depressa, agora
Que ela vem vindo
E ela vem sorrindo
O mundo está rindo por causa do amor.*

A partir daí, continuava a segunda parte da música, da mesma forma como se eternizou: "Ah! porque estou tão sozinho. Ah! porque tudo é tão triste..."

Outra reliquia descoberta foi o *Album do bebê*, feito pela mãe de Tom, con-

tendo dados sobre seu nascimento: "dia 25 de janeiro de 1927, Rua Conde de Bonfim, 23h15min., signo de *aguadeiro*."

Tom está orgulhoso com o trabalho e garante que, quando ficar pronto, seu arquivo irá *matar de inveja* outros compositores, os quais, sem dúvida, trataram de seguir seu exemplo. E o que todos esperamos. A música popular brasileira só tem a lucrar com tais iniciativas.

● *Graciliano Ramos*

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) é o detentor, desde o final de 1980, do arquivo do escritor Graciliano Ramos. O acervo contém cerca de noventa por cento da vida literária de Graciliano e foi cuidadosamente organizado e preservado por Dona Heloísa, sua viúva. No IEB, essa preciosa documentação vem recebendo tratamento técnico adequado enquanto aguarda algumas formalidades protocolares para oficializar a transferência. Entre outros documentos que integram o acervo podemos citar originais manuscritos e autografados de *Vidas secas*, *Memórias do cárcere*, *Infância*, *Insônia*, *Viagem* e *Histórias de Alexandre*, além de dois livros-caixa remanescentes da gestão do escritor frente à prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928-29; o original datilografado e autografado da primeira tradução alemã de *Angústia*, de autoria de Willy Keller; recortes de jornais nacionais e estrangeiros, que publicaram artigos de Graciliano, e até convites para jantares oferecidos em sua homenagem.

Os originais das primeiras obras do autor: *Caetés*, *Angústia* e *São Bernardo* não figuram no arquivo e provavelmente já não existam, segundo sua esposa, desaparecidos no pânico criado por sua prisão em março de 1936.

Entre a documentação doada encontra-se uma espécie de atestado de bons antecedentes, o qual dona Heloísa considera de importância especial, pois foi expedido no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 1938, logo após a saída de Graciliano da prisão, quando não possuía um único documento de identidade. Um curioso cardápio de jantar oferecido ao escritor, comemorativo de seu cinquentenário, em 27 de outubro de 1942, ostenta os seguintes pratos: Creme de aspargos a *Caetés*, Filé de robalo a *São Bernardo*, Peru a *Angústia* e Torta de maçã a *Vidas secas*.

O arquivo de Graciliano, enquanto esteve sob a custódia de sua esposa, foi sempre franqueado a estudantes e pesquisadores, inclusive estrangeiros.

A organização do arquivo, no IEB, está sob a responsabilidade da prof.^a Yedda Dias Lima, doutora em Literatura Brasileira e estudiosa da obra do romancista.

Outros documentos e objetos de uso pessoal encontram-se na Casa de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios. Criado por dona Heloísa Ramos, a antiga residência da família abriga hoje um centro de pesquisas.

● *Cândido Portinari*

Tendo à frente o filho do pintor, João Cândido Portinari, o Projeto Portinari teve início em agosto de 1978. João Cândido, motivado pelo Projeto Pixinguinha e com a "volta das coisas nossas", decidiu reunir todo o acervo produzido pelo pai (cerca de sete mil obras, entre desenhos, gravuras e pinturas). Em quase três anos o Projeto já localizou perto de 2.400 obras e vem contando, para isso, com o auxílio de toda a população brasileira que envia informações pela Caixa Postal 500.

O Projeto Portinari nasceu na PUC, onde João Cândido é professor. A princípio, sem ter onde instalar-se, acabou por conseguir o apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa, transferindo-se para suas dependências. A equipe liderada por João Cândido conta com mais sete auxiliares: Vera de Alencar, Georgina Hungria, Katia Braune, Cristina Gabaglia Penna, Lúcia Gouveia Vieira, Leonel Kaz e Maria Lúcia Faria Rodrigues.

Contando com um financiamento da Finep, o Projeto vai ser desenvolvido em três etapas: o levantamento, localização, documentação e catalogação de toda a obra, e de tudo que esteja relacionado com Portinari; a difusão da obra em todos os planos, ou seja, desde a rede escolar até a publicação de um catálogo completo e, por fim, a criação de um Centro Cultural Portinari, destinado a ser um elemento ativo e dinâmico dedicado às artes e às coisas brasileiras.

A idéia básica do Projeto é o levantamento fotográfico da vasta obra deixada pelo pintor, já que reunir os originais, cada vez mais valorizados e disputados, é tarefa absolutamente impossível.

A partir das fotos serão montadas exposições com textos explicativos visando levar ao grande público "a interpretação da alma brasileira através da fauna e da flora, dos tipos populares, dos personagens históricos, dos tipos religiosos, da gente e do povo", tão bem retratados pelo artista.

Congressos. Seminários. Conferências.

● Realizou-se de 17 a 22 de maio o 7.º Congresso Nacional de Museus, promovido pela Associação Brasileira de Museologia e sob o patrocínio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O evento congregou profissionais de vários Estados brasileiros que se reuniram para tratar de interesses comuns na sede do Serviço de Documentação Geral da Marinha.

A problemática museológica do país foi estudada e debatida sob os seguintes ângulos: Processamento Técnico de Bens Culturais; tombamento, catalogação, fichamento, inventário, microfilmagem e computação; Preservação de bens culturais: móveis e imóveis, conservação e restauração; Relação museu-clientela: pesquisadores, estudantes, turistas, clientela marginalizada e deficientes físicos.

● Organizada pela representação brasileira do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e contando com o apoio da Funarj, realizou-se, no período de 18 a 22 de maio a 1.ª Conferência Geral dos Museus Brasileiros. Entre os temas discutidos podemos destacar Ética Profissional e responsabilidade do profissional de museus; Ação cultural e educativa dos museus; Exposições e segurança nos museus; Documentação e pesquisa museológicas interdisciplinares; Museologia e interdisciplinaridade; e Museu como instrumento de preservação do meio-ambiente.

O encontro ofereceu oportunidade única para se fazer uma análise em profundidade dos problemas relativos à atividade museológica no Brasil. Assim é, que o engenheiro Erys Sholl, auditor de planejamento das obras de reconstrução do MAM, deu um enfoque técnico e prático à problemática da segurança em museus.

Entre os conferencistas convidados destacamos Fernanda Camargo Moro, presidente do Comitê Brasileiro do ICOM e diretora-superintendente de Museus da Funarj, Gustavo Lopes, representante da UNESCO no Brasil e Aloysio Magalhães, secretário de Cultura do MEC.

O dia 18, início da Conferência, foi marcado pela inauguração do Centro de Documentação do ICOM/Brasil, nas dependências do Museu do I Reinado, antigo Solar da Marquesa de Santos.

● O Centro Nacional de Eventos Culturais (Cenevent) programou para 1981 uma série de palestras sobre Gerência

da Informação, abordando a teoria e a prática do tratamento da informação.

Destinados aos profissionais que lidam com informações de todos os tipos e as gerenciam, bem como a estudantes e professores, a programação foi distribuída entre 18 a 22 de maio: Indexação: Teoria e Prática, a cargo da prof.ª Jandira Baptista Assunção; Administração de Relações Públicas em Bibliotecas e Centros de Informações; de 26 a 30 de maio, sob a responsabilidade do prof. Cândido Teobaldo de Souza Andrade; Sistemas de Informação e Sistemas de Significação; de 1 a 5 de junho, prof. Cidmar Teodoro Pais; de 8 a 12 de junho, Léxico e Informação, prof.ª Maria Aparecida Barbosa; Bancos de Dados: introdução e métodos de avaliação, de 24 a 27 de junho, prof.ª Rose Mary Longo e Teoria da Informação e Cibernética, de 29 de junho a 3 de julho, pelo prof. Osvaldo Sangiorgi.

Para o 2.º semestre o temário escolhido foi Informação para a Indústria; Administração de Centros de Informação; Informação: um Método para Análise e Projeção de Sistemas; Microformas na Biblioteca; Indexação Pós-Cordenada e Controle de Vocábulos; Arquivos: Teoria e prática; Serviços de Referência; Disseminação Seletiva da Informação.

● De 11 a 22 de janeiro de 1982 terá lugar em João Pessoa, Paraíba, o 11.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD). Tendo como tema central a Biblioteca e a Educação Permanente, os trabalhos serão desenvolvidos sob a forma de conferências, painéis e grupos de trabalho que abordarão A biblioteca na Educação Formal; A Biblioteca nos Programas de Alfabetização e Educação de Adultos; A Biblioteca no Processo de Desenvolvimento; A Biblioteca na Cultura Local e os Meios de Comunicação e o Hábito da Leitura.

O Congresso dará ênfase especial às bibliotecas públicas e populares, com enfoque naquelas situadas em regiões subdesenvolvidas, onde o usuário em potencial será a população carente e o analfabeto. Nesses casos específicos a biblioteca deve empenhar-se pela promoção humana daqueles usuários.

O papel da biblioteca como veículo de cultura e, principalmente, de educação será abordado em todos os níveis, desde as bibliotecas escolares de 1.º e 2.º graus e as universitárias até as bibliotecas de penitenciárias e aquelas destinadas a operários e camponeses.

Os interessados em participar deverão encaminhar seus pedidos de inscrição ou de informações à secretaria do XI

CBBD. Endereço: APBPB — UFPP/CCSA. Departamento de Biblioteconomia e Documentação — Campus Universitário — 58.000 — João Pessoa, Paraíba. Tel.: (083) 224-7200, ramal 2264.

● De 4 a 7 de setembro próximo estará se realizando em Oslo, Noruega, a 20.ª Conferência Internacional da Mesa-Redonda de Arquivos. O tema principal será A Informação e a Orientação do Pesquisador.

A programação está sendo elaborada com base nas respostas a um questionário enviado a diversos arquivos nacionais, centrais e regionais, incluindo-se aí os arquivos de instituições privadas.

A 20.ª Conferência da Mesa-Redonda de Arquivos seguir-se-á a Sessão Anual do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, cujos membros estarão reunidos em Haia, Holanda, a partir do dia 8 de setembro próximo.

● A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários promoveu, de 5 a 10 de julho, no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo, o 1.º Congresso Brasileiro de Publicações, com o objetivo de informar sobre a necessidade da uniformização da produção documental impressa, facilitar o intercâmbio de conhecimentos e experiências e considerar os meios concretos de cooperação a níveis nacional e regionais.

Aberto a pesquisadores, editores, jornalistas, bibliotecários, arquivistas e demais profissionais, o Encontro teve como abordagem central a Normalização da Informação Impressa, com os temas Direito Autoral; Editoração; Publicações em geral; Integração Autor/Editor/Jornalista e Bibliotecário; Bibliografia; Catalogação na Fonte; Citações no Texto; Composição Gráfica; Diagramação; Formato para Livros, Periódicos e Relatórios; Normas de Redação: Objetividade; Referências Bibliográficas e Resumos/Abstracts.

● A Usina Siderúrgica da Bahia, Usiba, promoveu, de 7 a 10 de abril, sua 2.ª Semana de Documentação da Usiba. Diversos stands foram montados sobre a História da Usiba; Materiais e Equipamentos de Arquivo; O Processo Reprográfico da Usiba; Informações Técnicas do Grupo Siderbrás; e exposição e venda de livros técnicos e obras de ficção. O programa apresentou como conferencistas Magda Maria Guimarães de Andrade com o tema Sistema de Informação sobre Habitação Popular para o Estado da Bahia; Hâmida Rodrigues Helluy, com Arquivo: Linha de Frente de Ação; Paulo Câmara: Função do Planejamento; Bernadete Argolo Cardoso: Sistema de Informação para o Planejamento no Estado da Bahia; Rail-

da Souza Galvão: Informação e Petroquímica; Luiz Eduardo Acosta-Hoyos: O Processo de Transferência Tecnológica, Enfoque para Transferência da Informação; Colégios Invisíveis e Reuniões Multidisciplinares.

Houve, ainda, um painel de debates do qual participaram os técnicos da Usiba João Baptista Magno de Carvalho, Berenice Fersiva e Eudis Furtado.

● A diretora do Arquivo Nacional esteve em Buenos Aires, de 5 a 9 de maio, para participar do 2.º Colóquio Latino-Americano sobre a Formação Profissional de Arquivistas, promovido pela ALA. Também representando o Brasil compareceu o prof. José Pedro Pinto Esposel, da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Ensino Profissionalizante

O Ensino de 2.º grau vem reclamando medidas urgentes das autoridades para a promoção de uma melhoria de qualidade sem a qual nossa juventude estará fadada a arcar com o ônus das falhas do sistema educacional. A este propósito o *Jornal do Brasil* publicou, em 16 de fevereiro, um editorial que, por oportuno, reproduzimos:

Volta às bases

O ministro da Educação declarou, esta semana, que a oferta de profissões de nível médio é um desafio do nosso desenvolvimento. Desafio tanto maior quanto só esta oferta seria capaz de desfazer o cerco angustiante e tantas vezes inútil às universidades. Neste panorama, tornaram-se de repente indizíveis as deficiências e erros do esquema de ensino profissionalizante, atualmente em vigor, que não profissionaliza e ajuda a abaixar — por sobrecarga de temas — o nível já não muito alto dos cursos de 2.º grau.

Duas opções para este impasse estão sendo propostas pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro — e foram aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. A primeira é a criação de uma 4.ª série optativa ao fim dos três anos do 2.º grau. Nesta série extra a profissionalização poderia receber o ritmo intensivo que não recebe no período normal e assumir, de fato, o caráter de terminalidade que até agora continua a ser uma ficção.

Tão ou mais importante, entretanto, é a idéia de que esse esforço deve assumir cada vez mais o sentido da regionalização. O sistema em vigor não pe-

cava apenas por ser abstrato e ineficaz: os cursos que oferecia, além de tudo, não procuravam manter qualquer relação com o mercado de trabalho, isto é, com o ambiente concreto onde estavam inseridos. Nesta situação, toda a estrutura profissionalizante não era senão a resposta formal a uma exigência legal. A proposta da Secretaria de Educação implica a inversão desta tendência: o curso profissionalizante deve nascer da realidade e das necessidades de uma comunidade. Nestas condições, não apenas terá um sentido, como candidata-se ao apoio desta mesma comunidade, que é e será sempre a maior interessada na formação de profissionais de bom nível.

Microfilmagem

O Departamento Nacional de Registro do Comércio está investindo cerca de 300 milhões de cruzeiros na modernização e reestruturação das juntas comerciais do país. Com o emprego da microfilmagem e da automação, o diretor do órgão acredita que, até 1983, os trabalhos de modernização dos serviços de registro comercial estejam concluídos. Para tanto, todas as juntas serão dotadas de equipamento de microfilmagem e de terminais de computação.

Museus

Museu Monteiro Lobato

O governador Paulo Maluf inaugurou, a 26 de abril, o Museu da Infância Monteiro Lobato, localizado na Chácara do Visconde, em Taubaté, SP, numa área de 7 mil metros quadrados e cenário das obras infantis do escritor.

Museu da Eletricidade

● O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi palco, em março, de uma exposição sobre a história da eletricidade, organizada pela Light. Por ocasião da inauguração o presidente da Eletrobrás, Luís Osvaldo Aranha, declarou que a mostra poderia ser o primeiro passo para promover junto ao público a idéia de se criar um Museu da Eletricidade.

O projeto que vem sendo desenvolvido nesse sentido prevê a instalação do museu em Pirai, onde está localizado o prédio da primeira usina elétrica do Brasil.

Museu do Telefone

● Foi inaugurado, no dia 3 de abril, no prédio que abrigou a Estação Thele-

phonica Beiramar, o Museu do Telefone. O projeto de instalação foi de iniciativa da Telerj, visando preservar a memória da telefonia brasileira.

O prédio, inteiramente restaurado, mantém suas características de início do século e está localizado à rua Buarque de Macedo, no Catete.

Entre as peças expostas encontram-se aparelhos telefônicos antigos, inclusive os que foram utilizados pelo Imperador Pedro II e pelo presidente Getúlio Vargas, estações repetidoras (as primeiras instaladas no interior do Estado) e outros equipamentos já em desuso.

● *Onde é que vão colocar nosso Museu Théo Brandão? Só pode ser num local onde exista condução E seja de fácil acesso A toda a população.*

Os versos, de autoria de Enéias Tavares dos Santos, funcionário da entidade, dão a medida exata dos objetivos básicos do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas.

Por ocasião da transferência do acervo para as acomodações definitivas, num antigo palacete datado do final do século XIX e situado à Avenida Duque de Caxias 1490 — Maceió —, o museu foi carinhosamente chamado pelo reitor da Universidade de *A Casa da Alma do meu Povo*.

O acervo é constituído por algumas das mais representativas peças da arte popular e do folclore da região.

Carmem Lúcia Dantas, sua diretora, vem promovendo um trabalho excepcional de integração museu-comunidade, utilizando-se, para tanto, da projeção de filmes documentários e da promoção de cursos e seminários.

Museu da Aviação

A Varig mantém, em Porto Alegre, seu Museu da Aviação, que conta não apenas a história da própria empresa, desde sua criação até os dias atuais, como também a da própria aviação comercial no país.

A entrada do Museu foi colocado um DC-3, aeronave que marcou época na aviação comercial de todo o mundo, e que é franqueado às crianças. Uma série fotográfica mostra todos os tipos de aviões usados na frota aérea da empresa ao longo de mais de 50 anos; maquetes com miniaturas detalhadas de todos eles estão expostas em vitrines.

Uma das maiores atrações são os ma-nequins que vestem os principais uni-

formes usados pelas tripulações, reproduzidos com o máximo de fidelidade aos originais.

Menus e cardápios dão uma idéia bastante aproximada dos serviços de bordo. O Gaivota, primeiro planador pertencente à extinta Escola de Pilotos da Varig, está preso ao teto.

O Museu possui ainda uma série de filmes que documentam o desenvolvimento da aviação comercial no país e no exterior. A ampliação das dependências é a próxima meta da Varig que planeja expandir suas atividades e aumentar o número de objetos em exposição.

Museu do Papa

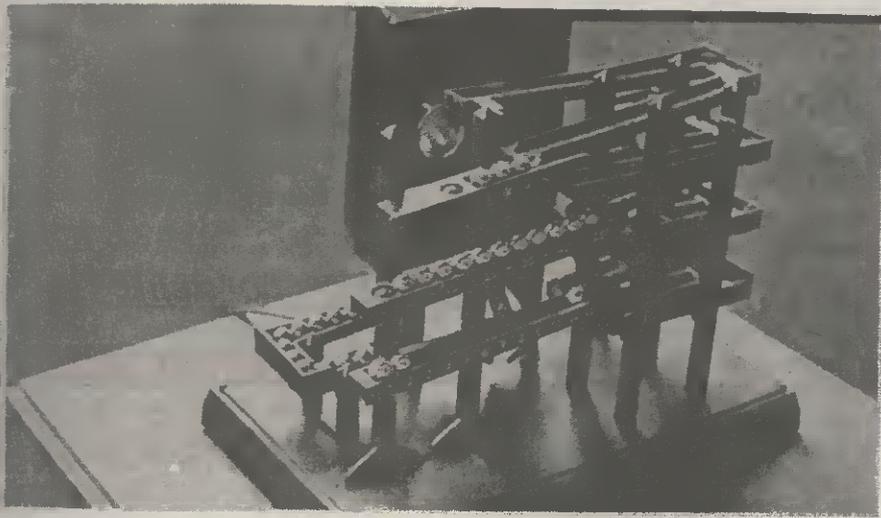
O Museu da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, na Avenida Chile, criou, em dezembro passado, uma seção espe-

cial onde serão reunidos e preservados os objetos utilizados pelo Papa João Paulo II, durante sua visita ao Brasil. Os brasileiros poderão, dessa forma, manter e conservar lembranças de tudo quanto diga respeito à estada papal entre nós.

Museu do Relógio

O colecionador Dimas de Melo Pimenta vem, desde 1950, vasculhando antiquários e mercados dos mais diversos países à procura de relógios para sua interessantíssima coleção, que integra, em São Paulo, o Museu do Relógio.

Do acervo fazem parte os mais curiosos e inusitados modelos vindos da França, Itália, Portugal, Holanda e Estados Unidos, totalizando cerca de 500 unidades, entregues aos cuidados do relojoeiro Antonio Jacob.



Relógio elétrico de bolinhas de aço.

A realização da Exposição Retrospectiva da História do Relógio foi a única maneira que o empresário-colecionador encontrou para despertar o interesse público para o rico e curioso acervo cuidadosamente tratado e conservado ao longo de três décadas.

A diferença entre essa retrospectiva, que ficou aberta ao público até o dia 28 de novembro, em horário comercial, e os dias normais de funcionamento do Museu, é que alguns dos relógios ficaram em funcionamento, fato que não se verifica no dia-a-dia para evitar o desgaste dos complicados e delicados mecanismos.

Entre as peças mais originais da mostra destacam-se o relógio *bebum*, que traz um bêbado encostado a um poste, cuja mão se move levando à boca uma garrafa; o relógio mais antigo, fabricado na Alemanha em 1535, trazendo gra-

vada em sua parte posterior as insígnias da Companhia de Jesus, pertenceu muito provavelmente a Santo Ignácio de Loyola e que, segundo o encarregado do Museu, teria passado pelas mãos do padre Manoel da Nóbrega, fundador de São Paulo; o relógio-falante, dotado de um minúsculo gramofone e de uma fita gravada como um disco, que diz as horas a cada 30 minutos; o relógio-flor é uma pequena margarida cuja corola é o mostrador. Seu mecanismo está dentro do vaso em que a flor está *plantada* e os ponteiros são movimentados por um fio que corre dentro do caule; o relógio-distintivo é um dos menores da coleção, e seu mostrador fica visível numa casa de lapela do paletó como um pequeno emblema.

Entre os relógios de sol destaca-se uma miniatura de canhão, cuja bucha, exposta ao sol, é aquecida através de

poderosa lente, detonando-o, de hora em hora.

Há ainda o *crazy-clock*, sem pêndulo, nem balanço, e que funciona de maneira tão complicada que, muitas vezes altera o ritmo, provocando variações na medida de tempo; e, finalmente, o relógio-coruja, entalhado em madeira e que tem como marcadores de horas e minutos os olhos da ave, que giram em suas órbitas.

Museu Imperial de Petrópolis

Em comemoração aos quarenta anos de sua criação, o Museu Imperial assinalou a data realizando, em Petrópolis, o II Encontro de Dirigentes de Museus, em colaboração com a Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, promotora do I Encontro.

Sob o patrocínio da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC, dirigentes de todos os museus brasileiros encontraram-se de 26 de novembro a 2 de dezembro, tendo oportunidade de fazer uma avaliação criteriosa do panorama museológico do país.

O Museu Imperial foi mandado construir pelo Imperador Pedro II, que comprou a fazenda do Córrego Seco, dando início às temporadas de veraneio em Petrópolis, no que foi imitado pelos membros da corte e pelas famílias de posse do Rio.

O prédio, de estilo neoclássico, foi o único no Brasil construído especificamente para residência de um chefe de Estado.

Atualmente abriga o museu, propriamente dito, um arquivo e uma biblioteca, que estão abertos à visitação pública, de terça a domingo, sendo que o museu das 12 às 17h30min. e o arquivo e a biblioteca das 9 às 18h.

O acervo documental deve sua preservação ao interesse dos descendentes do Imperador e ao governo português que, ao sair o Decreto de criação do museu, fez voltar ao Brasil todos os documentos levados para Portugal por D. Pedro II quando partiu para o exílio.

Esse material forma o acervo do arquivo do Museu Imperial, onde a Universidade Católica de Petrópolis leciona a disciplina de Técnica de Pesquisa.

O Museu é uma das instituições que participam do Projeto Museus, criado pela Fundação Mudes e pela Secretaria de Assuntos Culturais do MEC, proporcionando estágios aos estudantes de História, Museologia, Pedagogia e Turismo.

A 3 de fevereiro de 1939, a antiga residência de verão da família Orleans e Bragança foi adquirida por ordem do Interventor do Estado do Rio de Janeiro e passou, desde então, a constituir patrimônio da União.



O Palácio do Catete é hoje a bem cuidada sede do Museu da República.

Museu da República

Criado em 1960, ano da inauguração de Brasília, com a finalidade de preservar parte da história contemporânea brasileira, o Museu da República funciona no Palácio do Catete, RJ, que serviu de sede do Governo Federal por mais de meio século (1897-1960).

Recentemente tombado pelo Patrimônio Histórico, o prédio se reveste de características imponentes, com seu imenso jardim de grandes palmeiras, chafarizes, quiosques e uma gruta. Nota-se, logo à entrada, transposto o portão trabalhado, o luxo do saguão, com esculturas épicas e a escadaria de mármore, os salões com pinturas e painéis de artistas renomados, lustres de cristal, magníficos espelhos, móveis incrustados com marfim, paredes trabalhadas em relevo.

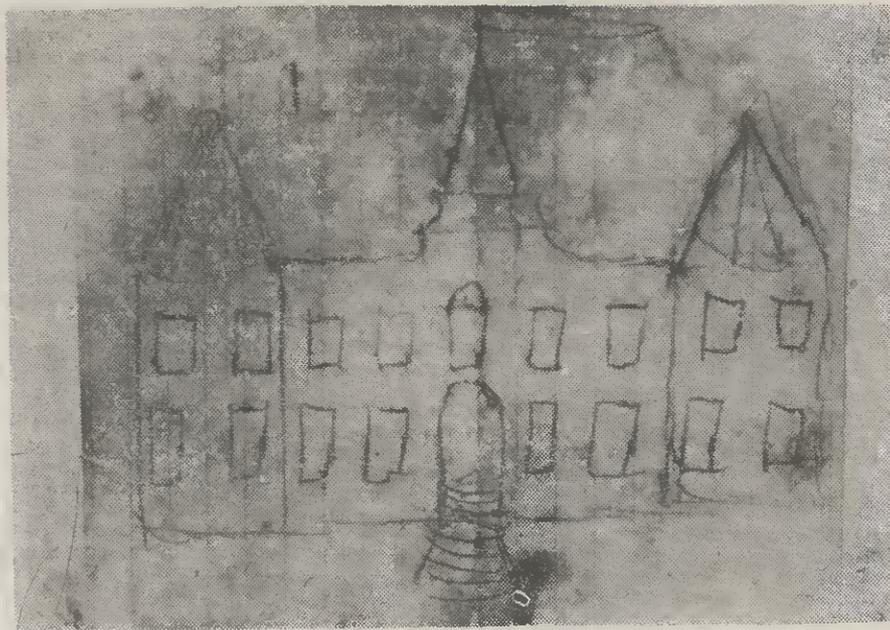
Seu acervo é constituído por peças de valor histórico e artístico, importante arquivo e biblioteca especializados, relacionados com os principais acontecimentos e personagens do período republicano.

Além das exposições permanentes, o Museu promove pesquisas nos campos da História da República, da Museologia e da Museografia, incluindo treinamento em estágio curricular.

Em sua Seção de Atividades Educativas são desenvolvidos programas di-

rigidos a crianças matriculadas no 1.º grau e realizadas visitas orientadas, recreação, palestras sobre ecologia, etc.

Há ainda uma biblioteca infantil para consultas e empréstimos, exposições temporárias feitas com trabalhos produzidos pelas próprias crianças, palestras



No desenho de Oswaldo Cruz, o ponto de partida do futuro instituto.

para pais e professores, cursos e atividades como o Museu-Escola e o Museu vai à Escola.

Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro

Instituto Oswaldo Cruz

O conjunto arquitetônico de características mouriscas que constitui o Instituto Oswaldo Cruz, teve seu tombamento aprovado, por unanimidade na 94.ª reunião ordinária do Conselho Consultivo da SPHAN.

O relator do processo, conselheiro Paulo Ferreira Santos justificou seu parecer favorável à transformação de Manguinhos em patrimônio da nação, dizendo: "o conjunto atesta a liberdade estilística a que conduziu, no Rio de Janeiro, o ecletismo, constituindo-se, desse ponto de vista, documento de valor didático inestimável para as novas gerações".

O presidente da Fundação Oswaldo Cruz, prof. Guilaro Martins Alves, foi o responsável pelo encaminhamento à SPHAN do pedido de tombamento do conjunto de Manguinhos, baseando sua petição em pareceres de um museólogo da Fiocruz e de técnicos da própria Secretaria.

O plano original da obra foi do próprio Oswaldo Cruz e está até hoje preservado nas folhas de um caderno. No início do século, o arquiteto português Luiz de Moraes Junior veio ao Rio para se encarregar da restauração da Igreja

da Penha e acabou sendo incumbido da construção do então Instituto Soroterápico Federal, cujas obras tiveram início em 1902.

O projeto arquitetônico foi integralmente desenvolvido no Brasil, enquanto todo o material empregado na obra foi importado.

O estilo árabe é marcante em todo o prédio mas é na biblioteca, semelhante ao Alhambra, que se caracteriza em toda a sua pujança. A biblioteca de Manginhos possui, hoje, o mais completo acervo de publicações da América do Sul na área biomédica, totalizando cerca de 40 mil livros e 200 mil periódicos.

Tombamentos

A 94.ª Reunião do Conselho Consultivo da SPHAN aprovou, ainda, o tombamento dos seguintes monumentos: a sede dos Correios e Telégrafos, em Porto Alegre; o Solar Amado Bahia, em Salvador; o acervo paisagístico de Santa Cruz da Cabrália; a fazenda Cachoeira do Taepé, em Surubim, Pernambuco; a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios em Fernando de Noronha e o Sítio Santo Antonio ou do Físico, em São Luiz do Maranhão, além da coleção de ex-votos do Santuário de Bom Jesus do Matosinho, em Congonhas do Campo, composta de 89 tábuas votivas ou *milagres*, que se achava em mãos de um particular e foi adquirida pelo Banco do Brasil para ser devolvida à população de Congonhas.

A importância do prédio dos Correios e Telégrafos gaúcho está no estilo neobarroco alemão, representando, segundo o diretor-regional da SPHAN em Porto Alegre, precioso documento da influência cultural alemã naquela cidade.

O Solar Amado Bahia é, por sua vez, um monumento vivo à predominância mundial exercida pela Inglaterra no final do Século XIX.

Inaugurado em 1901 o solar foi adquirido pelo negociante de carnes Francisco Amado da Silva Bahia. Atualmente pertence à Associação dos Empregados do Comércio da Bahia, que o utiliza como escola.

Santa Cruz de Cabrália, com o tombamento de seu acervo paisagístico, põe um ponto final nas depredações do local devidas às construções imobiliárias ali erguidas e que descaracterizaram inteiramente o sítio onde Frei Henrique de Coimbra celebrou a 1.ª Missa reza-da em solo brasileiro.

A casa grande da fazenda de Cachoeira do Taipé, constitui-se na opinião dos técnicos da SPHAN, em mais um marco histórico da penetração no Nordeste, no século XVIII, do que propriamente num monumento arquitetônico.

A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios é o único templo da Ilha de Fernando de Noronha. Sua construção data de 1768. Juntamente com o Forte dos Remédios, construído em 1738 por João Lobo Lacerda, a igreja forma o conjunto histórico da Ilha. Sua recuperação não vai exigir grandes despesas por parte da SPHAN uma vez que, por ser o único templo da localidade, foi bem preservado pela população.

Petrópolis — Cidade Imperial

O Decreto da Presidência da República outorgando a Petrópolis o título de Cidade Imperial e colocando-a sob proteção do governo federal veio apenas ratificar e oficializar um fato incontestável: Petrópolis representa a memória viva de um período de nossa história e, como tal, pertence a todos os brasileiros e por todos eles deve ser preservada.

O decreto presidencial resultou na elaboração de um Plano Urbanístico Básico para a cidade. Registramos, com alegria, mais um esforço do governo no sentido de salvar o patrimônio histórico do país. Esperamos que essas atitudes em defesa da memória nacional se estendam também àquela importante parte de nosso patrimônio depositada nos arquivos.



Estátua de D. Pedro II, no centro de Petrópolis; ao fundo o prédio da Caixa Econômica.

Patrimônio Histórico Mineiro

Embora a cidade de Serro do Frio tenha sido tombada pelo Patrimônio Histórico em 1938, cerca de 50 edificações coloniais datando dos séculos XVIII e XIX estão sob séria ameaça de desabandono por abandono.

Serro do Frio, centro de pregações abolicionistas e republicanas e berço de figuras exponenciais de nossa história, tais como João Pinheiro, Pedro Lessa e Teófilo Otoni, está hoje praticamente relegada ao esquecimento.

Mesmo assim, ao comemorar seus 266 anos de fundação a população pode manifestar sua alegria ao ser-lhe entre-

gue, inteiramente restaurada, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Os trabalhos de restauração foram realizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e pela Fundação Roberto Marinho, dentro do Programa das Cidades Históricas da Seplan/SPHAN.

Para José Carlos Barboza de Oliveira, coordenador de projetos culturais da Fundação Roberto Marinho, a restauração da Igreja do Rosário é das mais significativas, uma vez que foi construída há mais de dois séculos e conserva a simplicidade arquitetônica dos tempos em que ainda pertencia à Irmandade do Rosário dos Pretos da então Vila do Príncipe e é, sem dúvida alguma, um monumento de valor histórico inestimável.

Com a restauração da igreja as atenções voltam-se agora para a Chácara do Barão, a Casa dos Otoni, a Matriz do Serro e a Matriz do Distrito de Milho Verde, todas necessitando de medidas urgentes para sua recuperação.

Documentos da Guerra do Paraguai

Encontram-se em um dos salões do Arquivo Nacional do Paraguai, em Assun-

ção, desde o dia 19 de fevereiro último, os seis caixotes contendo cerca de 50 mil documentos históricos devolvidos pelo governo brasileiro.

A documentação, apreendida pelas tropas brasileiras em março de 1865, ao término da Guerra, até agora encontrava-se sob a custódia da Biblioteca Nacional, e sua devolução foi acertada no ano passado quando da visita do Presidente Figueiredo àquele país. Naquela ocasião o Presidente Stroessner recebeu das mãos do Presidente do Brasil o sabre, a lança e a espada que o marechal Francisco Solano Lopez usava na Batalha de Cerro Corá, quando morreu.

O Colégio do Caraça

Os padres lazaristas perderam as esperanças de receber recursos do governo para restaurar o Colégio do Caraça, mais um monumento arquitetônico de estilo colonial de Minas Gerais, fechado há cerca de 12 anos em virtude de um incêndio que destruiu, além do pavilhão dos alunos, uma biblioteca de 30 mil volumes.

Além da questão financeira, que a Congregação vem tentando solucionar mediante campanhas entre ex-alunos do colégio, existe um problema maior: a SPHAN não dá autorização para as obras de restauração do prédio.

Segundo o padre José Tobias Zico, diretor do Colégio, as consultas feitas ao Patrimônio Histórico sobre a recuperação do Caraça ficaram sem resposta até agora. Duas opções foram apresentadas: a primeira é uma proposta de conservação das ruínas e a segunda é a reconstrução do prédio incendiado.

Fundado como casa de peregrinação em 1774 pelo misterioso irmão Lourenço de Nossa Senhora, o Caraça foi colégio desde 1820, quando foi doado aos padres lazaristas, até maio de 1968, quando ocorreu o incêndio.

Durante 150 anos o colégio formou presidentes da República tais como Afonso Pena e Arthur Bernardes, políticos, diplomatas, escritores e aproximadamente 500 sacerdotes. Recebeu a visita dos dois imperadores brasileiros, que reconheceram nele o mais importante estabelecimento de ensino de Minas Gerais.

Na antiga sala de oração dos padres se organizou um pequeno museu, onde se encontram expostas as preciosidades do Caraça, com móveis seculares, imagens barrocas, a palmatória que lembra os rigores dos tempos antigos do colégio, o fogareiro que provocou o incêndio, a cama em que dormiu D. Pedro II e 95 livros quinhentistas salvos do fogo.

A biblioteca, de acesso restrito, conta ainda com 14 mil volumes, em sua maioria tratados de Teologia e obras religiosas.

Fato curioso é que se pode hospedar no Caraça, pagando-se diárias de 500 a 840 cruzeiros incluindo as refeições.

Restauração de Fazendas Fluminenses

Numa iniciativa independente da ação governamental, seis fazendas fluminenses, cujas sedes datam do século passado, estão sendo alvo de obras de restauração. São elas: Fazenda Veneza, em Conservatória, Sant'Ana, em Barra Mansa, Santarém, em Bem Posta, São

Fernando e Ubá em Vassouras e Retiro, também localizada em Bem Posta.

Coincidência ou não, o fato é que essas obras de recuperação têm lugar no mesmo momento em que surge um movimento liderado por Arthur Mário Vianna, visando a criação da Associação de Amigos de Antigas Fazendas de Café do Vale do Paraíba.

Entre seus objetivos, a nova associação terá como principal meta evitar a demolição ou o aviltamento arquitetônico dos solares rurais do apogeu cafeeiro no Estado do Rio de Janeiro.

Os Chafarizes do Rio

Cinco chafarizes tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional estão sendo restaurados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por intermédio do Departamento de Parques e Jardins, sob a orientação de arquitetos da 5.ª Delegacia Regional da Fundação Pró-Memória. Marcos arquitetônicos da cidade, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, os chafarizes serão devolvidos à cidade sem, entretanto, as finalidades primitivas. Seus tanques não mais conterão água; serão transformados em jardins para evitar que se tornem banheiros públicos de mendigos e desocupados.

A iniciativa de restaurá-los visa transformá-los em atrações turísticas a serem incluídas em roteiros das empresas que promovem excursões pela cidade.

O mais antigo desses chafarizes é o do Largo da Glória, datado de 1772, mandado construir pelo Marquês do Lavradio. Está situado no outrora cais e boqueirão da Glória, hoje Rua da Lapa. Seu interior está agora ocupado por uma estação de recalque da Cedae.

Os chafarizes de Paulo Fernandes e o do Lagarto, situados, ambos, na atual Rua Frei Caneca, abrigam em seu interior duas famílias que os herdaram — segundo explicam — e que não pretendem dali se deslocar.

O primeiro teve sua inauguração em 1818. O segundo traz a inscrição: *Ao povo que tem sede, o Senado ofereceu água no ano de 1786*. Sua principal característica era um lagarto fundido em bronze, colocado dentro de um nicho, de cuja boca jorrava a água — daí seu nome. O lagarto foi roubado há dois anos, embora o chafariz esteja localizado bem em frente ao quartel do Batalhão de Choque da Polícia Militar. A partir de fotografias, o escultor Emilio Gianelli moldou nova cópia que, tendo sido aprovada pela SPHAN, será fundida em ferro e substituirá o original.

A Bica da Rainha, cuja data de construção — 1845 — está gravada em sua fachada, localiza-se na Rua Cosme Velho, e faz parte das atrações turísticas da cidade pelo fato de ter sido o local

predileto de D. Maria I e depois de D. Carlota Joaquina quando saíam a passeio.

Do chafariz da Rua Riachuelo só resta a fachada. Inaugurado em 1817, traz uma placa com os dizeres: *O Rey por bem de seu povo M.F.E.O. pela Polícia*. As iniciais significam: mandou fazer esta obra.

Além desses cinco chafarizes, a cidade ainda possui outros quatro tombados pelo Patrimônio. São eles: o de Mestre Valentim, situado na Praça XV e datado do período do governo do Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcellos, 1779-1790; o Bebedouro Antigo, na Estrada Velha da Tijuca; o de Grandjean de Montigny, na Praça Afonso Viseu, Alto da Boa Vista; e o chafariz das Saracuras, na Praça General Osório, em Ipanema.

Os Casarões do Catete

Foi tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o último conjunto arquitetônico do Rio de Janeiro datado do século XIX. Trata-se de 35 casarões situados na Rua do Catete, vítimas dos estragos causados à área pelas obras de construção do metrô.

O conjunto tombado corresponde ao trecho da rua do Catete que se alarga, formando uma praça onde se acha o Palácio do Catete, atual Museu da República, compreendido os prédios de número 126 a 196 de um lado e 179 a 187 de outro.

Os casarões, cujos andares térreos, com raras exceções, estão ocupados por casas comerciais, sofreram total descaracterização pela afixação de cartazes ou letreiros luminosos, em total desprezo à Portaria publicada no D.O. de 31 de agosto de 1977, na qual o então diretor do IPHAN, Renato Soeiro, estabelecia normas para a utilização de cartazes publicitários naquele trecho da cidade.

Dos prédios que integram o conjunto apenas o Palácio do Catete, antiga residência do Barão de Nova Friburgo, encontra-se em relativo estado de conservação.

Com seus três pavimentos de estilo neoclássico o Palácio foi construído em quatro anos — de 1860 a 1864 — segundo projeto do arquiteto Gustavo Wescheldt.

Em 1896, foi desapropriado para servir de Sede ao Governo da República e, em 1960, com a transferência da Capital para Brasília, foi transformado em Museu da República como unidade integrante do Museu Histórico Nacional.

Os demais casarões sofrem os efeitos do abandono a que foram relegados, uma vez que seus ocupantes, geralmen-

te locatários, não dispõem de recursos para obras de conservação e que seus proprietários raramente podem ser localizados para as providências que se fazem necessárias.

O Palácio das Laranjeiras

O Palácio das Laranjeiras está parcialmente tombado pelo Patrimônio Histórico, obrigando-se, por isso, a preservar apenas as características externas do prédio. Todo o interior podia e pode ser modificado. Suas paredes pintadas em relevo foram cobertas por lambris, banheiras de porcelana foram substituídas por peças modernas e lajotas da época camufladas com pintura.

Agora, em trabalho lento e cuidadoso, D. Zoé Chagas Freitas vem tratando de recuperar as características originais internas da residência oficial do Governo Estadual que, no mês de dezembro, completou 70 anos de existência. Terminado o trabalho, D. Zoé pretende pedir formalmente seu tombamento integral.

Memória Ferroviária Brasileira

Um novo projeto de preservação do patrimônio nacional está em andamento, desta vez no âmbito do Ministério dos Transportes e, mais precisamente, no que se refere às ferrovias do país.

Assim nasce o Preserve — Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério dos Transportes, entregue à coordenação da museóloga Maria Elisa Carrazoni.

De início, a idéia era reunir todo o material referente à área de transporte para a formação de um museu a ser localizado em Brasília. A idéia teve de ser abandonada, não apenas pelo fato de alguns desses tipos de transporte ainda estarem em pleno funcionamento, como também por estar tal patrimônio profundamente arraigado a certas regiões. Optou-se, então, pela criação de núcleos regionais e o primeiro deles deverá ter sua inauguração no mês de agosto em São João del Rey.

Além da restauração de prédios, como a Rotunda de Ribeirão Vermelho, gares e estações ferroviárias, o programa prevê ainda a microfilmagem de projetos de engenharia ferroviária para evitar o manuseio de originais antigos, consultados sempre que aparece algum problema nas pontes, trilhos e dormentes dos *caminhos de ferro*.

O museu que São João del Rey vai ganhar a partir de agosto pretende ser, simultaneamente, estático e dinâmico.

O dinamismo ficará por conta da locomotiva Baldwin, de fabricação americana e famosa em todo o mundo, que

continuará a percorrer a mesma linha que até hoje trilha, agora atendendo exclusivamente ao interesse turístico; também os aparelhos telegráficos e telefônicos, tão distantes dos que nos fornece a moderna tecnologia, continuarão em funcionamento para atender de agora em diante ao grande público.

Os trabalhos de restauração, por enquanto, estão restritos ao antigo armazém de carga e à gare, bem como à construção de uma praça para fazer conjunto com essas duas edificações. Todo o antigo sistema de iluminação será respeitado e mantido como quando de sua instalação. No armazém de carga foi deixado um grande vão livre onde serão guardados a locomotiva e o carro de passageiros do Imperador, também totalmente restaurado.

Memória Musical Brasileira

Dando cumprimento às diretrizes traçadas desde sua instituição em 1979, o Projeto Memória Musical Brasileira (Pró-Memus) vem de lançar as 10 primeiras partituras referentes à programação editorial. Outras partituras estão ainda em fase de produção e serão lançadas periodicamente em grupos de cinco.

Cinco das partituras ora lançadas se referem a peças destinadas a coros infantis. As restantes são para coros mistos. O lançamento dessas obras, que desde o dia 19 de março estão à disposição de qualquer conjunto coral, vem trazer um novo alento à música brasileira.

As edições do Pró-Memus são admiravelmente bem cuidadas, com textos claros e enriquecidos por fichas catalográficas preparadas pelo Centro de Documentação da Funarte.

Na programação estão ainda incluídas:

— A Coleção José Maurício, constituída por sete volumes de partituras (Missas Pastoril e de Santa Cecília; Ofício de Defuntos; Laudate Dominum e Laudate Pueri; dois Graduais e Aberturas em Ré e Zemira) e ainda um volume de estudos contendo pequena biografia do compositor, relação de obras, artigos especialmente escritos por Andrade Muricy, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, Cleofe Person de Mattos e outros, além da reprodução de artigos históricos escritos em épocas passadas.

— A Coleção Música Sacra Mineira está em fase de revisão e apresenta um conjunto de 200 partituras de obras de compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX.

Quanto à produção fonográfica do Projeto, sob a direção de Edino Krieger e iniciada em 1980 com a edição de 15

gravações reprocessadas, continua em franca atividade e tem editados três novos discos: *Obras de Furio Franceschini* por Eudoxia de Barros; as *Matinas de Finados*, do Padre José Maurício, pela Associação de Canto Coral e *Uma Canção de Natal*, compacto duplo contendo as obras premiadas no concurso promovido pelo Instituto Nacional de Música, no ano passado.

Ouro Preto — Patrimônio Universal

Esteve no Brasil, em abril, o diretor-geral da Unesco, Amadou M'Bow, para participar da cerimônia oficial da inclusão de Ouro Preto na lista do *Patrimônio da Humanidade*. A cerimônia teve lugar a 21 de abril e dela participaram, além de Amadou M'Bow, o ministro da Educação, Rubem Ludwig e o secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloysio Magalhães.

O diretor-geral da Unesco visitou também Olinda, outra importante cidade histórica brasileira, que, segundo Aloísio Magalhães, poderá vir a ser a segunda cidade brasileira a obter o título de Patrimônio Mundial.

DGC Pesquisa Árvores Notáveis para Catálogo

Se você conhece alguma árvore que tenha significado afetivo para a comunidade, ou que tenha presenciado algum fato importante da vida política, literária, festiva e amorosa do Rio de Janeiro, poderá colaborar com a elaboração do catálogo *Roteiro das Árvores Notáveis*.

Forneça informações para o Departamento Geral de Cultura — DGC. No catálogo constarão ainda dados bibliográficos e a localização de árvores que, por algum fato marcante, tenham-se incorporado à vida da cidade.

O *Roteiro* será editado pelo DGC ainda este ano, e as informações devem ser remetidas para Avenida Marechal Câmara, 350, 7.º andar, Rio de Janeiro. Tel. 240-1571.

Patrimônio Histórico Gaúcho

Estão em pleno andamento os trabalhos de restauração das ruínas de São Miguel das Missões, a maior das sete reduções jesuítas criadas no Brasil entre 1735 e 1750. Os trabalhos estão sendo feitos sob a orientação de um perito da Unesco. O estado de deterioração dos monumentos era de tal ordem que foram suspensos por três meses, pelo menos, os espetáculos de som e luz ali promovidos pela Secretaria de Turismo gaúcha.



A BUROCRACIA E O OMBUDSMAN*

J. C. de Macedo Soares Guimarães

Está o governo sob o comando do competente Ministro Hélio Beltrão, fazendo os maiores esforços para combater os excessos da nossa burocracia, que dificultam e trazem tanta ineficiência aos nossos serviços públicos. De fato, a pressão da burocracia sobre os cidadãos, em nosso país, está atingindo as raias do insuportável, afetando os próprios direitos humanos. Há diversas formas de se exercer a ditadura. Entre elas, das mais odiosas com certeza é a violência quase diária do funcionário público contra o contribuinte, violência esta que se demonstra no protelamento das decisões, na demora do encaminhamento dos papéis, no mau atendimento das partes e, muitas vezes, até no desaparecimento dos processos. Fazemos nossas as palavras do Dr. João de Oliveira Filho: "Não há país em que os funcionários de todas as categorias não sejam de certa forma absolutos em seus setores. Os cidadãos não encontram meios fáceis e prontos para a apuração das responsabilidades de cada um desses servidores públicos. Os meios existem. São complicados. Os cidadãos não têm tempo para os levar para frente. As despesas a serem feitas não compensam os aborrecimentos que sofreram".

No Brasil esta irresponsabilidade é muito mais comum e ocorre diariamente. Isto porque não se ensina nos currículos escolares brasileiros que em uma repartição pública o poder mais alto é do contribuinte. Que os funcionários públicos de todas as categorias, desde o Presidente da República ao mais modesto servidor, são todos empregados do povo que é quem lhes paga o salário. Estão ali para, dentro da lei e dos regulamentos aprovados pelo próprio povo, através de seus representantes eleitos, prestar serviço ao povo. Mas esta compreensão que é a essência da democracia, é fruto da educação, de instrução, que são infelizmente as coisas que mais estão faltando no Brasil de hoje, em todos os escalões. Há, pois, que opor um dique a estas arbitrariedades, enfim, proteger os cidadãos contra a burocracia.

Não adianta apenas agilizar o processo burocrático. Isto é, sem dúvida, necessário. Mas não será possível, ape-

nas pela supressão dos papéis e trâmites burocráticos, tornar permanente a boa conduta dos funcionários públicos. As recaídas serão constantes. As tentações de "criar dificuldades para gerar facilidades" estarão sempre presentes. É preciso, pois, criar um mecanismo de defesa rápido, eficiente, grátis, para o qual o cidadão possa apelar no dia-a-dia dos seus entevos com a burocracia.

Os países escandinavos, a Suécia em primeiro lugar, sentiram necessidade de criar este órgão, que, por intermédio de representante qualificado, trava batalha contínua contra a lentidão e a tirania burocráticas. Este representante do povo é o *ombudsman*, que quer dizer delegado ou agente. Como funciona o *ombudsman*? Georges Kent, em trabalho publicado em *The Rotarian*, fez interessante estudo a respeito. Vamos resumir-lo. Na Suécia, na Dinamarca, na Finlândia e na Noruega o *ombudsman* é nomeado pelo Parlamento, perante o qual é responsável, cabendo-lhe a função de vigiar os burocratas para que não dominem com muita rudeza os contribuintes. O seu escritório é uma espécie de departamento de queixas.

Durante sete horas por dia, cinco ou seis dias por semana, o *ombudsman* recebe as queixas das pessoas em dificuldades ou zangadas. Quando chega à conclusão de que há motivo para agir, sua ação é pronta. Não precisa também agir somente em decorrência de queixas. Se sentir que um assunto necessita investigações pode iniciá-las de *motu proprio*. O poder de que dispõe é enorme. Pode apreender todos os arquivos e processos do Governo e intimar qualquer pessoa do país a dar explicações — na Dinamarca, até o Primeiro-Ministro — e abrir inquérito para conseguir punição de qualquer autoridade. Na Finlândia, quatro Ministros já foram punidos pelo *ombudsman*. Embora não lhe caiba reformar sentenças judiciais, o *ombudsman*, na Suécia e na Finlândia, pode considerar faltoso um juiz e acioná-lo. Nestes últimos 12 anos foram acionados pelo *ombudsman* sueco 18 juizes. Na Suécia, há também um *ombudsman* militar, a quem qualquer soldado ou oficial pode queixar-se de seus superiores. A época, cita o autor, houve 759 casos militares naquele país, alguns relativos a oficiais que utilizaram automóveis do Exército em serviço

particular e outros que praticaram abusos injustificáveis.

Como dissemos, este cargo foi criado na Suécia pela Constituição de 1809. Tem, pois, 171 anos de existência. Foi criado para defender o homem comum do arbítrio do Trono. A idéia foi copiada pela Finlândia (1920), Dinamarca (1955), Noruega e Nova Zelândia (1962). A Alemanha Ocidental criou o *ombudsman* para assuntos militares.

Mas como é escolhido e quem controla este homem com tantos poderes, o *ombudsman*? Tomemos as disposições da Constituição Sueca. O *ombudsman* é um homem de alta responsabilidade, advogado, professor ou juiz aposentado que não tenha qualquer interesse político ou financeiro. Recebe vencimentos bastante elevados, como é natural. O *ombudsman* é eleito pelo Parlamento para um período de 4 anos. É, por conseguinte, um órgão do Parlamento sueco para controle do Judiciário e do Executivo. O Parlamento tem uma comissão especial que controla a maneira pela qual o *ombudsman* cumpre sua função. Se ele perder a confiança do Parlamento, será destituído de suas funções, sem esperar o término de seu mandato. O nome técnico é Procurador da Justiça. O *ombudsman* é obrigado a prestar contas ao Parlamento, enviando relatório de suas atividades, assinalando os defeitos da legislação e propondo melhorias.

Em última análise, o poder do *ombudsman* repousa no público que sabe diariamente o que ele está fazendo. Se censura um funcionário por tratar com rudeza um cidadão, os jornais publicam a censura e os leitores se rejubilam. "O povo sente que o *ombudsman* é dele".

Trouxemos este assunto à baila para mostrar aos leitores como os cidadãos são protegidos em países civilizados. Como a corrupção do poder, os abusos de autoridades, encontram pela frente a vigilância constante do povo.

E no Brasil? Será que nesta terra do "sabe com quem está falando?" já não é hora de se criar o *ombudsman*? Será que os nossos potentados governamentais e os nossos políticos aceitariam tal idéia? Por que não incluí-la nos famosos programas partidários agora em lançamentos diários? Talvez seja pedir muito. Mas não custa tentar. Com a palavra o Dr. Beltrão...

* Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1980.

DESCONCENTRAR, DESCENTRALIZAR E DESBUROCRATIZAR:

a abertura segundo Hélio Beltrão*

Quanto mais burocracia, menos democracia. Com essa idéia, o advogado Hélio Beltrão aceitou assumir, no segundo semestre de 1979, o cargo de Ministro Extraordinário para a Desburocratização do País. Hoje, pouco mais de um ano após sua decisão, ele está convicto de que seu programa "é parte integrante do projeto de abertura do Governo Figueiredo".

— A ligação do meu programa com a abertura, com a liberdade, com os direitos humanos, é fundamental, estreita, total e inseparável — diz Beltrão. — Da mesma forma que a liberdade é um pré-requisito da abertura política, estou liberando o cidadão, em seu cotidiano, dos excessos burocráticos, da opressão burocrática, estou restabelecendo o respeito à sua dignidade, como cidadão e como usuário do serviço público.

Varejo

Com seu Programa Nacional de Desburocratização, o ministro preocupa-se, como explicou, "com o varejo da liberdade e dos Direitos Humanos, um a varejo que o cidadão sente mais".

— O cidadão encara e julga o Governo numa fila, num balcão, nos guichês. Para ele, governo é aquilo e, naturalmente, não pode ter uma boa imagem de um Governo que o trata desse jeito, que o joga de uma fila para outra, apenas para ele provar que não está mentindo, para obter um papel desnecessário — disse Beltrão.

O ministro montou um programa baseado "na velha e simples declaração de que o serviço público significa 'servir ao público', pois uma administração só se legitima na medida que serve ao usuário que, afinal, é quem paga a conta".

Os Pequenos

Ao caracterizar seu programa como parte do projeto de abertura, o ministro Beltrão especifica: "O que caracteriza minha abertura política é que ela é feita para o pequeno, para o cidadão, para o pequeno empresário, para o município, os pequenos municípios".

Esses pequenos, segundo Beltrão, são menos resistentes ao peso da burocracia

de que os grandes, pois "os grandes sempre podem conviver com a intermediação ou com a propina, podem contratar ou subornar". Se os grandes podem, o mesmo não acontece com os pequenos que, "por não terem condições, precisam se submeter, se sujeitar à tortura das filas, da demora, da frieza dos balcões, desmoralizando-se perante si próprios e deixando de exercer as prerrogativas da cidadania".

Assim, junto ao cidadão comum, o Programa Nacional de Desburocratização objetiva "provocar um processo de conscientização e, até certo ponto, de inconformismo, contra a frieza burocrática". Só assim, destaca Beltrão, "o cidadão pode sentir-se mais seguro, reconhecido, e aspirar ao processo".

No plano econômico, o ministro preocupa-se com o pequeno empresário que está ameaçado, pois, igualmente, é o que menos pode em seu setor. No Brasil, no entender de Beltrão, "Só nascem grandes as empresas estatais e as estrangeiras. Por isso, como a empresa nacional nasce pequena, e como todos são iguais perante a burocracia, pesa sobre todas as empresas, de qualquer tamanho, um volume de cerca de 500 exigências burocráticas por ano. O pequeno não agüenta isso, cai na ilegalidade ou morre".



Essa pressão burocrática desmedida, segundo o ministro, é que ameaça a sobrevivência da pequena empresa brasileira. Ele alerta: "Corremos um risco sério, o de vir a asfixiar, com tanta burocracia, a livre empresa brasileira em sua matriz, que é pequeno empresário".

Municípios

Em termos federativos, o Ministério da Desburocratização acha que o fato de a União ter chamado para si um número excessivo de tarefas e competências tornou o município brasileiro uma entidade carente de recursos e de autoridade para resolver seus próprios problemas. Nesse quadro, o pequeno município é o que mais sofre.

Segundo dados do ministro Hélio Beltrão, "dos quatro mil municípios brasileiros, 70 por cento têm menos de 20 mil habitantes, o que os deixa, atualmente, em situação de não ter dinheiro nem mesmo para pagar um contador". Então, a principal tarefa do ministro tem sido a de "procurar diminuir as exigências burocráticas que pesam nas transferências de recursos entre a União e os municípios brasileiros".

Idéias Básicas

O Programa Nacional de Desburocratização, segundo Beltrão, "não é um programa técnico, é político; não tem como objetivo principal a administração, mas o usuário". O programa não pretende racionalizar a administração, "pois essa é uma tarefa do Dasp e dos Ministérios, que estão bem servidos de órgãos para isso", diz Beltrão. Ele explica ser essa a razão básica da escolha da palavra desburocratização, "uma palavra que não é fácil de pronunciar, mas difere bem de racionalização ou reorganização administrativa".

Desburocratizar o País, portanto, "é proposição de natureza política, diretamente relacionada com o exercício do poder", diz Hélio Beltrão.

— Desburocratizar significa convencer e, em certos casos, compelir os detentores do poder decisório a abrir mão desse poder, descentrando as decisões, para abreviar a solução dos assuntos de interesse público — destaca o ministro.

* Extraído de O Globo, Rio de Janeiro, 22 fev. 1981.

Beltrão está disposto a não questionar somente a administração, "mas decretos, leis e tudo o que rege essa administração, uma legislação administrativa que se inspira em nosso passado colonial e faz com que o cidadão seja tratado como súdito e, muitas vezes, o que é pior, se comporte como um súdito".

Nesse passado surgiram, e se aperfeiçoaram ao longo do tempo, as três causas básicas, segundo Beltrão, da burocracia existente no País hoje, a origem da opressão administrativa do Estado sobre o cidadão: o centralismo, a desconfiança e a mania do documento.

Centralismo

O principal adversário do Programa Nacional de Desburocratização, segundo seu criador, "é o centralismo buro-

crático, no qual estão englobados todos os tipos de centralismos, é um grande mal". Hélio Beltrão diz que o centralismo tem um subproduto tão ruim quanto ele: a padronização das soluções, o tratamento igual dispensado a situações totalmente desiguais.

O ministro está certo de que "o centralismo, qualquer que seja ele, é ruim, porque poucos detêm o poder de decisão. No caso da administração pública, da federação, a centralização traz competência e recursos excessivos para um lugar só, produzindo o grande mal da padronização". A descentralização burocrática é tarefa prioritária para o ministro Hélio Beltrão.

— Gostaria de alertar nossas lideranças políticas para o fato de que a intensificação da descentralização administrativa constitui talvez a primeira etapa

para a implantação de uma verdadeira Federação — disse ele.

Desburocratizar, enfim, significa restituir o País à sua realidade, desigual, não uniforme, diz Beltrão e garante que, nesse trabalho, sempre contou com o apoio do presidente da República.

— A abertura política precedeu meu programa, propiciou sua existência, meu alento é a determinação do presidente Figueiredo em continuar seu projeto — disse Beltrão.

Para ele, descentralização administrativa é um aspecto da desconcentração de poder, que se dá igualmente em todos os planos. "Meu programa é paralelo à abertura, mas a desconcentração é um fenômeno só. A fase atual é boa para desconcentrar o poder, no plano político, burocrático e federativo. A centralização burocrática agrava os males da centralização política", destacou.

OS CAMINHOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

● Anunciado pelo ministro Hélio Beltrão, entrou em funcionamento, em janeiro último, o *Projeto Cidadão*, que visa facilitar a pronta liberação de todos os documentos obrigatórios a começar pela certidão de nascimento até o atestado de óbito.

O *Projeto Cidadão* é uma continuação do *Projeto João da Silva*, iniciado por Beltrão quando ministro do Planejamento do governo Costa e Silva.

O ministro põe o maior empenho nesse projeto por ser ele um instrumento que se propõe a "facilitar a vida do homem comum que perde dias de salário para retirar os documentos obrigatórios". Tais documentos são em número superior a 30.

● Vai cair outra cidadela da burocracia brasileira. Desta vez Hélio Beltrão investe contra o registro dos diplomas e certificados de conclusão de cursos superiores.

O ministro esteve reunido com os membros da Comissão de Educação e Cultura da Câmara para debater e obter um denominador comum para a aprovação do projeto de lei que dispensa o registro obrigatório daqueles documentos.

O projeto foi encaminhado ao Congresso pelos ministros da Educação e da Desburocratização. Após ser votado pela Comissão de Educação, irá para as Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça, sendo então apreciado em plenário.

Em seu texto ficou estabelecido que as universidades farão publicar no *Diá-*

rio Oficial da União a relação dos concluintes de cada curso, com o número e órgão expedidor do documento de identidade, dentro do prazo máximo de 60 dias após a conclusão do curso. O procedimento substituirá o registro que anteriormente era feito pelo MEC, em processo extremamente moroso, e servirá não apenas como prova de conclusão do curso como para efeito de capacitação profissional com validade em todo o território nacional.

Para os que concluíram seus cursos a partir de 1977 as universidades deverão mandar publicar, até 60 dias após a vigência da lei, a relação dos formados que ainda não tenham registrado seus diplomas.

Os que se formaram antes de 1977 deverão solicitar às universidades a inclusão de seus nomes nessas relações especiais.

Beltrão considera o registro do diploma uma mera formalidade que, em nada, melhorará a qualidade do ensino. Rebateu as críticas dos que afirmam que a abolição do registro aumentará o número de falsificações, acentuando que as fraudes nesses casos, raramente atingem um por cento, podendo ser descobertas independentemente do registro.

A publicação no *Diário Oficial* será, inclusive, um fator para descoberta de falsificações ou compra de diplomas, pois quem não tiver seu nome publicado estará automaticamente incorrendo em fraude ao tentar apresentar diploma ou certificado.

● Com relação às eleições de 1982, o ministro da Desburocratização informa que está estudando com o Tribunal Superior Eleitoral — TSE — dois projetos. O primeiro deles pretende eliminar o uso do título de eleitor para a votação no pleito de 82. Para tanto, bastará que os nomes dos eleitores façam parte de uma relação previamente preparada por um computador.

O segundo projeto visa a adoção de um sistema de votação que permita a divulgação dos resultados das eleições no próprio dia em que ocorrerem. Máquinas de votar de pequenas dimensões, semelhantes às utilizadas pela Loteria Esportiva, seriam instaladas nas grandes cidades, garantindo os resultados desejados.

O TSE está de posse dos dois projetos e será sua a palavra final sobre as medidas pleiteadas.

● A valorização das chefias locais em cada município brasileiro foi intensificada em 1981, para solucionar mais rapidamente os problemas do país, criados pela centralização excessiva do poder.

O ministro da Desburocratização pretende com essa medida fortalecer os funcionários de escalão intermediário, que, atualmente, desprovidos de autoridade, "não são, por isso mesmo, respeitados".

Assim, "será atribuída competência para a decisão de casos individuais, a unidades de natureza local ou a servidores integrantes do nível de execução, excetuando-se os casos expressamente reservados à decisão central". (Dec.

● Novecentos e vinte e cinco bilhões de cruzeiros foi o ônus pago pelo país em 1980 devido à burocracia estatal. A cifra impressionante é o resultado dos cálculos feitos pelo ministro Beltrão com base em estudos idênticos encomendados pelo governo dos Estados Unidos.

Em 1955 uma comissão do Senado Americano foi designada para investigar o peso da burocracia no orçamento do país, chegando a conclusões incríveis. Por exemplo: a produção, classificação e arquivamento de 18 milhões de formulários, questionários e declarações custavam ao erário público, anualmente, o que hoje equivaleria a 400 bilhões de cruzeiros. No trabalho de classificar e arquivar tal papelório eram empregados 59 mil funcionários. O volume dessa documentação "administrativa" chegava a ter 24 milhões de pés cúbicos, ou seja, sete vezes a área do Pentágono e, ainda, o espaço ocupado pelas diferentes repartições era seis vezes maior que o Empire State Building. Caso se juntasse, folha a folha, toda a papelada emitida a cada ano obter-se-ia 13 vezes a distância da Terra à Lua.

Levando-se em consideração todos esses assustadores dados numéricos só se pode concluir que, embora com atraso, Hélio Beltrão talvez ainda tenha chegado a tempo de nos salvar: afinal o nosso *know-how* em matéria de burocracia tem demonstrado ser capaz de suplantar com vantagens as cifras americanas.

O ministro assinalou que o excesso burocrático é fator preponderante para o crescimento da inflação e traz em seu bojo graves conotações políticas, uma vez que o governo é *jugado* diariamente pelos cidadãos que enfrentam filas intermináveis e atravancamentos de tráfego para tentar o atendimento de seus direitos individuais elementares. Assim — diz o ministro — a missão de seu Ministério é a de restabelecer as *pequenas liberdades* e os *pequenos direitos humanos* esmagados pela burocracia implacável.

A essência do espírito que move o trabalho da pequena equipe que o cerca é curiosa: "Toda sociedade tem 2% de pilantras. Não há controle documental capaz de impedir a fraude. Ou seja: os 2% de pilantras continuarão agindo, quaisquer que sejam as exigências documentais, mesmo porque, como pilantras, são especialistas na fraude. Apenas perturbam a vida dos outros 98%".

● Uma das próximas medidas anunciadas por Beltrão, diz respeito aos ter-

renos situados em áreas do Patrimônio da União e que a ela devem foro ou laudêmio. Estudos estão sendo realizados com vistas a facilitar as transações com imóveis situados em tais locais. O que se pretende é revisar a legislação vigente procurando a simplificação das operações de ocupação e alienação daqueles imóveis. Os maiores beneficiados serão os proprietários de *terrenos de marinha*, ou seja, aqueles que estão localizados numa faixa de 30 metros da preamar de 1810.

● Em reação ao questionário distribuído pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a mais de duas mil empresas, o ministro da Desburocratização anunciou que propôs ao presidente Figueiredo um decreto proibindo as repartições públicas de submeterem os contribuintes ao preenchimento de formulários complicados, cujas informações possam ser obtidas em outros órgãos da administração federal. O questionário do CADE, contendo cerca de 600 itens, alguns dos quais inteiramente fora dos limites de atuação daquele órgão, foi classificado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, como "inconveniente, oneroso e burocratizante".

Tendo em vista os vigorosos protestos suscitados pelo questionário na área empresarial e industrial, o ministro da Justiça, após encontro com Hélio Beltrão, mandou sustar sua distribuição e dispensar seu preenchimento.

● Outra preocupação do ministro da Desburocratização está ligada às empresas privadas, mais particularmente às comerciais.

Foi cuidadosamente estudada uma série de medidas visando a simplificação do registro daquelas empresas nas juntas comerciais. O ministério da Indústria e do Comércio enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que, se aprovado, permitirá a obtenção do registro nas juntas comerciais em menos de 72 horas. Além dessa medida, todas as empresas comerciais deverão ficar isentas do fornecimento de informações, que já constem do *Registro de Comércio*, a órgãos da administração federal, estadual e municipal. Para a obtenção de tais informações, esses órgãos deverão consultar os arquivos das juntas comerciais.

As maiores beneficiárias serão as empresas de pequeno e médio porte, as quais se constituem na quase totalidade do comércio do país. Elas são, hoje, em torno de 850 mil. Até a presente data a obtenção do registro exigia uma espera de cerca de um mês, dificultando, em muito, a entrada em operação.

Agora a obtenção das pretensões de registro ficará na dependência apenas de uma rápida análise da documentação apresentada por parte de uma pessoa habilitada do órgão, e não mais da reunião de um colegiado para julgar a petição.

A medida desburocratizante valerá também para o arquivamento de documentos relativos à empresa.

● Em reunião com os acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências da Administração o ministro Beltrão apresentou a sugestão para que seja criada uma espécie de Museu da Imagem e do Som referente à administração brasileira. A idéia básica seria a da formação de um banco de dados que reunisse os depoimentos dos mais importantes administradores brasileiros, "cuja experiência — enfatizou o ministro — representa um patrimônio inestimável".

Na opinião do ministro é necessário fornecer ao estudante e ao pesquisador de administração uma bibliografia brasileira e não apenas os livros estrangeiros que, se teoricamente informam de maneira eficaz, na prática não resistem a um confronto com nossas realidades empresariais, econômicas, políticas e culturais. "Estamos formando especialistas que sabem cada vez mais a respeito do que não nos diz exatamente respeito."

A ginástica que os universitários devem fazer para adaptar os conhecimentos adquiridos à fragilidade de nossa estrutura empresarial acaba por levá-los a um sentimento de frustração diante da impraticabilidade do *transplante* a ser tentado.

Em contrapartida, homens com real experiência em administração pública e privada do país, adquirida graças a uma participação efetiva, não têm tempo, ou não se sentem encorajados a pôr no papel essa mesma experiência, pelas mais diversas razões, inclusive por considerarem que lhes falta a formação teórica, convencionalmente exigida dos que publicam tais obras sobre administração.

Para o ministro da Desburocratização, a Academia poderia prestar um serviço relevante ao país criando o que poderíamos chamar de a história oral da Administração Brasileira e impedindo que autores de alto quilate desapareçam no ineditismo.

● Após intensa campanha movida pelo público e pela imprensa o presidente Figueiredo determinou ao ministro Hélio Beltrão a remessa, ao Congresso, de um projeto de lei que elimina, de uma vez por todas, a obrigatoriedade da mudança anual das plaquetas dos auto-

móveis. A abolição das plaquetas e do Darj de Cr\$ 519,00 que as acompanha representará uma considerável melhoria na vida dos cidadãos já tão cheios de encargos e preocupações diários. Caso o projeto presidencial seja aprovado pelo Congresso, o governo determinará ao Contran, órgão que lhe é subordinado, a imediata execução da medida que prevê a supressão de três parágrafos do artigo 60 do Código Nacional de Trânsito. Entretanto, ao que parece, mesmo com a homologação da medida pelo Congresso, só a partir de 1982 será possível colocar em vigor a determinação, uma vez que, segundo os Detrans, cerca de 200 mil proprietários já realizaram a troca de plaquetas este ano, e a devolução da taxa já paga seria totalmente inviável. Assim, todos os proprietários de veículos deverão, no correr de 1981, quitar normalmente seus Darjs e realizar o licenciamento, aguardando melhores dias.

O Contran está estudando a adoção de medidas que implementem a decisão governamental de eliminação das plaquetas. Uma dessas medidas seria a da introdução de uma vistoria periódica (de dois em dois anos) a ser feita em oficinas dos Detrans ou por eles credenciadas, nos carros com mais de três anos.

● A desburocratização da Justiça é uma das próximas metas do programa traçado pelo ministro da Desburocratização.

Para tanto, fez-se assessorar por um grupo de juristas que já apresentaram ao ministro Abi-Ackel seus estudos e sugestões para agilizar a Justiça, trazendo-a para perto do povo e renovando-lhe a credibilidade.

Um julgamento sumário das pequenas causas, feito por juízes distritais ou figuras que se lhes assemelhem é o que Hélio Beltrão pretende implantar na área do Judiciário para acabar com esse afastamento entre o povo e a Justiça.

A maior preocupação, diz o ministro, não é com a desburocratização no setor dos tribunais superiores, mas sim com a primeira instância, pois, dentro da filosofia do programa desburocratizante, é preciso resolver o problema na sua origem e não tentar eliminar os resultados.

A preocupação com o problema é de tal monta que nos dias 2 a 4 de junho realizou-se, numa promoção da Universidade de Brasília, um seminário cujo tema central foi a *Desburocratização do Judiciário*. O seminário, inaugurado pelo ministro da Desburocratização e encerrado por Abi-Ackel, teve a participação de altas autoridades e obedeceu

à seguinte programação: *A arbitragem comercial e a desburocratização*, prof. José Florêncio Junior e José Francisco Resek; *Alternativa aos ritos do procedimento escrito*, prof. José Florêncio Junior; *O acesso à Justiça Pública: uma experiência de juizado de pequenas causas*, prof. João Geraldo Piquet Carneiro; *A experiência de desburocratização no TFR*, ministro José Neri da Silveira; *Conseqüências do descrédito popular da solução judiciária*, prof. Tércio Ferraz Sampaio; *O juízo arbitral no Brasil*, prof. Romildo Bueno de Souza; *Alterações do CPC para o processo desburocratizado*, desembargador Severo da Costa; *Legitimidade processual de grupos ou classes sociais — a defesa das comunidades e do consumidor*, Sérgio Bermudez; e *Inovações do anteprojeto de legislação penal*, pelo ministro Ibrahim Abi-Ackel.

● Atendendo às diretrizes do Programa Nacional de Desburocratização, o ministro da Educação, Rubem Ludwig, assinou portaria que reduz o número de exigências documentais para efetivação de matrícula em cursos superiores. Pela portaria o candidato classificado no concurso vestibular prestado para ingresso em instituição de ensino superior deverá apresentar, por ocasião da matrícula: título de eleitor (se maior de 18 anos); prova de que está em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino); certificado de conclusão do curso de 2.º grau ou equivalente.

A portaria estabelece ainda que deverão ser aplicadas a esses documentos as normas federais e estaduais vigentes que dispensam o reconhecimento de firmas. Em caso de transferência o aluno apresentará, apenas, a guia de transferência do estabelecimento de origem.

Anteriormente às presentes determinações, as exigências para matrícula eram feitas individualmente, a critério de cada instituição de ensino que as faziam publicar nos editais de convocação dos classificados nos exames vestibulares.

● Em medida desburocratizante o prefeito Julio Coutinho assinou decreto no dia 11 de fevereiro último dispensando da apresentação de declaração anual de bens os servidores municipais no exercício de cargos em comissão e de funções gratificadas, lotados em órgãos ou serviços incumbidos de aquisição, venda ou baixa de material. Foi, desta forma, revogado o Decreto n.º 1.654 de 3 de maio de 1963, que obrigava esses servidores à apresentação, até 31 de março de cada ano, de suas declarações de bens.

Justificando a medida o prefeito disse que tal declaração não é exigida nem

pela Constituição do Estado nem pelo Estatuto dos Servidores e que a informação já é anualmente prestada ao Imposto de Renda. Além disso, acrescentou, "o princípio da moralidade pública é resguardado pela Lei n. 3.502, de 31 de dezembro de 1958, que trata do enriquecimento ilícito".

● Os casos de homonímia não são raros e costumam trazer sérias complicações aos que neles se acham envolvidos. Os portadores de nomes iguais vivem num permanente inferno burocrático, tentando provar quem é quem, numa luta desigual com a máquina administrativa que os encara, a todos, de maneira igual.

Beltrão lembrou-se agora dessas pobres vítimas da coincidência e, através de decreto presidencial, substituiu toda a parafernália legal até então vigente por uma simples declaração dos envolvidos na confusão onomástica.

O velho pesadelo vivido pelos João da Silva, Manoel dos Santos e José de Souza foi afastado de vez. O decreto, que tem por finalidade precípua evitar os transtornos causados pela homonímia tem o seguinte teor:

"Art. 1.º — A prova de homonímia, perante os órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, bem como as fundações criadas ou mantidas pela União, obedecerá ao disposto neste decreto.

Art. 2.º — Qualquer pessoa física poderá comprovar a ocorrência de homonímia, com relação a fatos e informações constantes de registros ou assentamentos feitos ou mantidos por pessoas de direito privado ou público, inclusive órgãos e serviços do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário — federal, estadual ou municipal — mediante declaração firmada perante o órgão ou entidade da administração federal em que deva produzir efeitos.

Parágrafo 1.º — Da declaração constarão, obrigatoriamente, a nacionalidade, a filiação, o estado civil, a naturalidade e a profissão, o endereço completo e o documento oficial de identificação, com indicação do respectivo número do órgão expedidor, bem como a descrição sucinta do fato ou informação com relação ao qual se pretende comprovar a ocorrência de homonímia, conforme modelo anexo.

Parágrafo 2.º — Havendo fundadas razões de dúvida quanto à identidade do declarante ou à veracidade da declaração, serão desde logo solicitadas ao interessado providências, a fim de que a dúvida seja dirimida.

Parágrafo 3.º — Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a autoridade zelará para que as providências solicita-

das não resultem desnecessariamente onerosas para o interessado.

Art. 3.º — A declaração, feita nos termos do artigo anterior, será suficiente para comprovar a ocorrência de homonímia perante o órgão ou entidade em que foi prestada, reputando-se verdadeira até prova em contrário.

Parágrafo 1.º — A falsa declaração sujeitará o declarante às sanções previstas no Código Penal e demais cominações legais aplicáveis.

Parágrafo 2.º — Verificada, a qualquer tempo, a existência de fraude ou falsidade na declaração, deverá o órgão ou entidade dar conhecimento do fato à autoridade competente, dentro de 5 (cinco) dias, para instauração de processo criminal.

Art. 4.º — O Banco Central do Brasil, o Banco Nacional da Habitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais entidades oficiais de crédito do Governo Federal instruirão seus agentes e instituições financeiras públicas e privadas, sujeitas à sua

orientação e fiscalização, no sentido de que adotem, em suas operações, o procedimento de comprovação de ocorrência de homonímia estabelecido neste decreto, com as adaptações cabíveis.

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplicar-se-á, também, às entidades privadas de previdência complementar, cabendo aos órgãos federais competentes expedir as instruções que se fizerem necessárias.

Art. 5.º — Compete ao ministro extraordinário para a Desburocratização dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação deste decreto.

Art. 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

● O Projeto Rondon foi engajado no Programa Nacional de Desburocratização, com vistas a sua divulgação em cerca de 500 municípios brasileiros e à fiscalização do atendimento ao público no Rio de Janeiro, em João Pessoa, Pa-

raíba, e em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

● Foi instituída, no âmbito do Ministério da Justiça, uma comissão especial incumbida de promover a edição de compilações atualizadas da legislação em vigor, bem como de seu subsequente aprimoramento e consolidação.

● A maioria dos Estados brasileiros já implantou seus próprios programas de desburocratização. Ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Goiás e Distrito Federal estão na luta contra o papelório que emperra a máquina administrativa. Entre os grandes municípios, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Natal e João Pessoa também aderiram. Os Estados do Amazonas, Pará, Piauí, Sergipe e Alagoas deverão estar lançando, dentro de pouco tempo, seus próprios programas desburocratizantes.

VÁRIAS

COISA DE GENTE IGNORANTE?*

Agora, um banco de dados mostra como o povo cura as doenças

Sobre um corte, raso ou profundo, deve-se colocar um pouco da trama de um chapéu de feltro. Ou uma salmoura forte. O machucado pára de sangrar na hora. Quando uma criança se ferir com prego ou arame enferrujado, a receita para evitar infecção é simples: basta fazer uma infusão com fumo de corda, cânfora e urina, de outra criança. Com uma exigência: que seja do sexo oposto ao da pessoa ferida. Pronta a infusão, molhar um pano no líquido e aplicar, junto com o fumo, sobre a lesão. Uma raiz de jurubeba, meia folha de boldo, meia folha de chapéu-de-couro, um pouco de douradina-do-campo, um broto de gerbão, três brotos de erva-cidreira, um pouco de cabelo de milho e camomila. Deixar curtir em aguardente ou vinho. Isso é uma garrafada: fortificante infalível para homens e mulheres de qualquer idade.

Tais fórmulas estão ainda na memória de velhos habitantes de cidades interioranas. Ou podem ser obtidas junto a “guias” de centros de umbanda, benzedeiras, curandeiros ou simplesmente em consultórios dos “doutores raizeiros” — pessoas que aprenderam a diag-

nosticar doenças, preparar mezinhas com base em ervas e indicá-las como solução para os diferentes males. Funcionam? Muita gente duvida. Principalmente porque em muitos remédios aparecem ingredientes estranhos. Tantos que foram suficientes para Mário de Andrade fazer um ensaio sobre a presença dos excrementos na medicina popular. Mas há gente que não pensa assim. “A medicina popular, que hoje faz parte do folclore brasileiro, é geralmente considerada recurso de gente ignorante. Mas é preciso entender que sempre existe uma razão e um porquê na utilização de seus remédios”, diz Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo, professora do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da USP.

Questão de Resistência

Desde os primórdios da colonização do Brasil, quando os jesuítas pesquisavam os remédios indígenas, as fórmulas milagrosas, baseadas em produtos naturais, foram se enraizando na cultura popular. A contribuição dos jesuítas para a farmacopéia mundial, aliás, não é pequena — o que significa, na realidade,

a contribuição do índio brasileiro. Depois, novos acréscimos aconteceram com a chegada dos negros, que traziam o fetichismo, a mística e novas utilizações de ervas, características da medicina africana. A partir de 1920, quando Hoehne enumerou, classificou e demonstrou a distribuição geográfica dos vegetais mais utilizados nos receituários terapêuticos da época, o valor curativo de muitas ervas não é mais discutido — ainda que a propaganda e a informação científica posterior acabassem colocando seu trabalho no ostracismo, enquanto valorizavam os produtos químicos que dominam o mercado. Só os homeopatas, hostilizados, continuaram medicando com ervas.

“Boa parte da população, hoje, já percebeu que muito remédio moderno, os antibióticos, por exemplo, pode curar um mal e provocar outro”, diz Bráulio Nascimento, diretor do Museu do Folclore Edson Carneiro, do Rio. “Essa constatação está provocando o retorno a antigos costumes, como a utilização dos remédios caseiros”. Nascimento admite até que isso se deva à moda, mas não só. “Os macrobióticos, vegetarianos, naturalistas podem até estar contribuindo, mas não são o fator principal”. Luiz Carlos Severi, proprie-

* Extraído de *Visão*, São Paulo, 26 maio 1980 p. 58-9

tário, desde 1970, da Drogaervas, na Praça da Sé, em São Paulo, nota que pessoas de classe média e alta vêm frequentando mais o seu balcão. Encaminhadas por centros de umbanda ou até pelo INPS, já vêm com o pedido dirigido para um determinado produto. São raros os que descrevem sintomas ao balconista, esperando indicação de chá, tintura ou pomada. Eles já vêm sabendo, o que demonstra a força da cultura popular, responsável pela preservação desse conhecimento notável. São mais de quinhentos produtos, incluindo a utilização de folhas, flores, cascas e raízes — e conforme a parte utilizada obtêm-se diferentes princípios ativos, com capacidades farmacológicas diferentes. Daí a afirmação categórica de Severi: "As ervas nunca saíram da moda".

Agora, a Memória

A exuberância da flora medicina brasileira dispensa o cultivo das plantas — a maioria nativa, ainda abundante, principalmente no Nordeste, de onde os catadores trazem para o Sul caminhões repletos de estranha carga: abóbora-d'anta, catuaba, agoniada, sabugueirinho, jambolão, curatombo. E, entre tantas, a famosa ipecacuanha, cuja utilização os jesuítas aprenderam com os índios, fazendo furor nas cortes européias. Se jamais saíram da moda, as ervas e receitas da medicina popular conhecem agora uma súbita idade de ouro. Principal-

mente, segundo Maria Thereza, por causa da divulgação dos perigos dos novos medicamentos. Por isso mesmo ela, há dez anos, pesquisa ervas, raízes, gorduras animais e produtos minerais tradicionalmente empregados na medicina popular. "É preciso definir as capacidades terapêuticas desses produtos, bem maiores do que se imagina", ela observou ao repórter Cesário Marques.

Após reunir exemplares de plantas medicinais de diferentes regiões do país, Maria Thereza encaminha o material para exames no Instituto de Biociências da USP. Classificação, definição de propriedades químicas e das aplicações terapêuticas são, então, passadas para um fichário, que inclui o nome científico da planta, produto animal ou mineral examinado; nome vulgar nas diferentes regiões; aplicações e efeitos; literatura existente, no país ou no exterior. Desse fichário está nascendo o primeiro Banco de Dados de Medicina Popular do país, instalado desde março passado na antiga garagem do Palácio do Catete, no Rio, onde funcionam o Instituto Nacional do Folclore e o Museu do Folclore Edson Carneiro.

Segundo o diretor do INF e do museu, Bráulio Nascimento, a idéia do banco de dados surgiu da consciência de que um museu não deve ser só uma vitrina de peças, mas um depósito vivo de informações, com atividades dinâmicas, em função do que estiver exposto. Mais de cem peças estão catalogadas, expostas ou em herbário, acondiciona-

das em plástico, acompanhadas de fichas informativas e da literatura disponível na biblioteca do museu. Pomada de peixe-boi do Amazonas (para a pele), garrafadas, raízes, um chifre e uma pata de veado (para dar sorte) formam o acervo inicial, colocado numa ala do Museu do Folclore, que abriga ainda seções dedicadas a folguedos populares, literatura de cordel, artesanato, cantos e rodas infantis, religiosidade popular.

A verdade é que esse banco de dados é necessário. São raros, hoje, os médicos que conhecem fórmulas — apesar da crescente procura de cursos de especialização em homeopatia por parte dos médicos jovens. E corre-se o risco de deixar morrer — caso não haja registros cuidadosos — o fabuloso conhecimento transmitido oralmente pelos mais velhos nas cidades interioranas. Médico há 42 anos e com trinta de experiência em flora medicinal, o carioca Hernane Genu observa: "Na Europa e no Oriente, os chás e tinturas são muito usados. Se o brasileiro, que é tão imitador, soubesse disso, procuraria muito mais remédios naturais". Na realidade, pelos caminhos de Paris, Londres e Nova Iorque, essas informações acabam chegando do Oriente para o Brasil e os chazinhos das avós estão invadindo os Jardins e a Zona Sul, via restaurantes e lojas de produtos naturais. Esse périplo seria dispensável se, menos imitadores e colonizados, os brasileiros de formação superior fossem mais interessados na cultura de seu próprio país.

CATALOGADA E ABANDONADA MEMÓRIA DE UMA CIDADE*

Prédios e monumentos do Rio, tombados ou não pelo Patrimônio, acumulam as cicatrizes do descaso

José Emilio Rondeau

A casa de banho de D. João VI é hoje um patético e bravo esqueleto de pedras seculares sem telhas e assombrado pela Ponte Rio-Niterói no que já foi a Praia do Caju. O antigo Paço Imperial, ocupado desde a República pelos Correios e Telégrafos e onde a Princesa Isabel assinou a Lei Aurea, entre muitos outros episódios vitais à história brasileira, foi transformado em bisonho muro de avisos que conclama a população a um "encontro com Prestes" e exige uma Constituinte. Alguns de seus enferrujados portões de ferro podem ser retirados por quem quer que se

aventure; poucos vidros resistem nas janelas, a maior parte das paredes está rachada, o belo vitral de seu telhado foi reduzido à metade, e nas grandes portas que encaram o ronco da Praça 15 há generosos buracos de rato. O piso da antiga catedral Metropolitana, também na Rua Primeiro de Março e onde D. Pedro I foi sagrado e coroado Imperador em 1822, está afundando e o forro do teto está podre.

Esses são alguns sintomas de que a memória do Rio está doente, vítima da burocracia, da falta de recursos e dos impedimentos políticos que cercam o trabalho do SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — órgão governamental teoricamente

responsável pela guarda dos bens tombados no país, mas cuja ação é limitada por poucas verbas. No ano passado foram Cr\$ 392 milhões para todo o Brasil. No Rio, por exemplo, a 5.ª Divisão Regional que cobre o Estado do Rio e o Espírito Santo opera com uma equipe inferior a 10 pessoas, das quais metade ocupa cargos administrativos. E com a atual modificação estrutural no organismo, que deu ao SPHAN um significado meramente normativo e criou a Organização Pró-Memória, impediram-se novas nomeações até meados de 1981.

Teodoro Joels, diretor-substituto da 5.ª DR, não acha que o problema termine aí. "É preciso mostrar às pessoas que elas têm de conservar esses bens,

* Extraito da Revista de Domingo, Rio de Janeiro, 8 fev. 1981, p. 16-24.

que elas têm uma co-responsabilidade nessa manutenção. Nós não temos pessoal suficiente no Brasil para fiscalizar todos os bens tombados e a população é de grande ajuda nessa hora. A nossa intenção é preservar o que existe da nossa História para gerações futuras, mas os recursos são poucos."

A coisa consegue ser mais complicada. Os bens tombados subdividem-se entre os de propriedade governamental, da igreja ou de particulares; e cada uma das partes tem seus interesses específicos em relação a esses bens. Por desagradável tradição e por preguiça, o Brasil se acostumou a cruzar os braços e a apelar ao Governo quando está em dificuldades econômicas, esquecendo-se da iniciativa privada ou simplesmente não tendo acesso a ela. Assim, ficou bem mais interessante deixar que os bens tombados tombem (ou quase) para que a União se apiede e faça o papel de herói salvador ou para que seja autorizada a construção de um rendoso edifício de escritórios sobre aquelas ruínas. Os Artigos 165 e 166 do Capítulo IV do Código Penal Brasileiro, que estabelecem as sanções por destruição, inutilização, alteração ou deterioração de coisa tombada não conseguem, contudo, cumprir sua função punitiva e preventiva. Como a instância federal manda que esses casos sejam decididos pelo Supremo Tribunal, são poucas as chances de que episódios dessa natureza tenham fim justo ou sequer um final, por serem considerados casos menores, sem prioridade. Criado em 1937 por decreto-lei de Getúlio Vargas, o IPHAN (agora SPHAN) não viu ser exigida até hoje punição alguma por danos à memória nacional.

"E não é só o cumprimento da legislação que vai melhorar a situação", prossegue com bom senso Teodoro; "é preciso que haja uma isenção fiscal, um incentivo, uma contrapartida, algo em troca da conservação desses bens", mais ou menos o que se faz nos Estados Unidos sob o nome de *tax shelter* (*abrigo fiscal*, traduzindo livremente), uma doação, uma obra beneficente, que garante gordos descontos no Imposto de Renda. "Será que ninguém vê que um prédio histórico, de estilo de época, totalmente conservado em suas características e mantido novo pode ser transformado em restaurante ou casa de chá e ser atraente ao público justamente por isso?", raciocina o arquiteto José de Anchieta Leal, também da equipe do SPHAN. "Além do mais, a pessoa que ocupa aquele imóvel tem responsabilidade civil sobre ele. Há uma diferença entre patrimônio da União e patrimônio histórico: a perda da propriedade. Com o bem tombado a res-

ponsabilidade de conservação é de quem ocupa e essa pessoa responde por tudo. Mas não temos capacidade de fiscalização."

Um dos exemplos recentes desse tipo de procedimento foi a restauração que a empresa Souza Cruz empreendeu na castigada Floresta da Tijuca, que abriga paisagens guardadas pelo IBDF com fervor religioso, e tem à sua entrada o chafariz de Grandjean de Montigny. E o próprio SPHAN abriu há pouco seu Programa de Cidades Históricas, no qual entra com 80% do total necessário a obras de restauração de bens tombados. Os 20% restantes cabem a fundações, particulares e Governos estaduais. No caso do Rio de Janeiro, a situação é um pouco pior, do que no resto do país. De todos os Estados da federação, apenas um deixou de comparecer com seus 20%: o do Rio de Janeiro.

Some-se a isso a senilidade da legislação referente aos danos infligidos ao patrimônio tombado e seu campo de ação reduzido diante do quadro de emergência. As penas, que variam de um mês de detenção e multa de Cr\$ 1 mil a dois anos e multa de Cr\$ 20 mil, não parecem intimidar quem quer que seja. Como se não bastasse, ainda há uma série de recursos técnicos que tornam qualquer tombamento uma medida de pouca eficácia, por vezes quase inútil. Tombada a fachada do imóvel à Rua da Quitanda, 61, no Centro, os arrendatários (já que o prédio pertence à Santa Casa de Misericórdia) não tiveram problemas para pôr na entrada duas portas de vidro Blindex, porque a obra foi feita — tecnicamente — na parte interior do edifício. E os letreiros em destoante neon que anunciam a churrascaria lá instalada, afirma o gerente Moraes, "estavam postos antes do tombamento". "Dos males o menor", acrescenta Teodoro, "porque o Blindex não choca tanto, não é sólido". Mas ninguém sabe explicar se parte das telhas inglesas de cerâmica pintada foram substituídas por material de fibra ou se apenas escureceram com o tempo e o descuido.

O caso do antigo Convento do Carmo, onde hoje está instalada a Faculdade Cândido Mendes, foi marcado por imprecisões e atrasos — muitos devidos à urbanização lenha das ruas adjacentes, que impediram a restauração das paredes de algumas partes do conjunto, ainda sem reboco. O professor Cândido Mendes de Almeida esclarece que o conjunto arquitetônico do antigo Convento do Carmo "abrange construções de três períodos — séculos XVI, XVII e XVIII, este último constituindo o anexo do antigo convento". Para ele, é de todo o interesse que o patrimônio

"proteja o conjunto na sua unidade, e não só as construções mais antigas, como, aliás, já fez com toda a sensibilidade".

O que é verdadeiramente tombado, no entanto, corre grave perigo e está, na maioria das vezes, abandonado. A igreja de Santa Cruz dos Militares, sagrada em 1811, deixa à mostra tijolos e pedras das paredes externas de seu salão de festas: parte do reboco foi comida por obras no sistema elétrico, os vidros das janelas estão quebrados e a tinta, estalada. Por dentro o estado não é menos alarmante. Os adornos de madeira — gordos rodapés — estão apodrecendo, a pia de água benta, seca, está quebrada. Atualmente chega a ser absurdo recordar as feições iniciais da igreja, como foram descritas no livro *O Rio nos seus Quatrocentos Anos*. "É de efeito surpreendente, ao gosto português da época, a combinação do granito dos elementos estruturais, com os mármore, de lioz, dos capitéis, embaamentos, molduras, balaústres e esculturas, aplicados todos sobre o fundo de alvenaria caiada". Toda a área descrita no livro é coberta hoje por fuligem, sendo difícil distinguir no marrom uniforme que cobre o prédio o que é granito e o que é alvenaria.

Poucos metros adiante, ao lado da igreja, o prédio ocupado pelo Supremo Tribunal Eleitoral não fica atrás. Em processo de tombamento pelo SPHAN — portanto já efetivamente tombado — o prédio apresenta inusitadas estalactites de mofo e calcário logo à sua entrada. A fachada toda segue o mesmo caminho, coberta de limo e fuligem, com fartas lascas da parede caindo. O chafariz do Mestre Valentim, na Praça 15, construído em 1789 quando D. Luís de Vasconcelos mandou demolir um outro chafariz no mesmo local, este feito com pedras vindas de Portugal em 1741, transforma-se à noite em pousada de mendigos. Outro trabalho do Mestre Valentim, um chafariz no Passeio Público ornamentado com uma figura de menino que enche de água uma barrica, tem o dístico *sou útil inda brincando* completamente ilegível, coberto de limo e ferrugem.

Esses são casos simples, talvez facilmente solúveis com uma breve mas resoluta penada. O prédio da antiga catedral Metropolitana, contudo, parece não ter a mesma sorte, como explica Teodoro Joels. "Houve um acidente que causou recalque na estrutura da igreja", explica Teodoro a respeito das grandes rachaduras que adornam as paredes da hoje igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, "mas ainda não foi definida a responsabilidade. O mesmo se aplica ao Convento de Santo

Antônio (no fundo do Largo da Carioca), cujo arco de entrada tem rachaduras de até três dedos de largura e que vão de um extremo ao outro. Após as obras de consolidação, que serão pagas pelo DNER e pelo metrô, até 1982 nós faremos a restauração. Mas o caso que considero mais grave é o do imóvel da antiga Alfândega, onde fica o 2.º Tribunal do Júri. Aquele está no que chamamos de situação de emergência, com escoras e tudo mais”.

De bom senso e boa vontade o SPHAN parece estar pleno, mas o estado atual de coisas — o esquecimento a que se relega o que resta de palpável do pouco passado do Rio — não ajuda muito. Se uma única igreja seiscentista de pé na cidade mantém-se quase íntegra na Pedra de Guaratiba, atrás dela um morro de barro estéril é a muda testemunha que restou de um convento ali erguido à mesma época da igreja. Não

se sabe por que razão o convento foi simplesmente destruído, apagado. Se é feita a restauração do Chafariz do Lagarto (já coberto de infiltrações e não mais vertendo água potável do antigo aqueduto do Catumbi), é preciso que uma família de oito pessoas vele há cinco anos pela antiga casa de banhos de D. João VI para que telhas, vigas, portais e ferros não sejam roubados ou para se ter a certeza de que a construção não afundará de vez no descaso geral e será confundida com mais um terreno baldio.

“Uma coisa vai mudar”, garante Teodoro no prédio da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, por sua vez também tombado por causa da arquitetura e dos traços em azulejo feitos por Portinari. “Como nas construções, vamos colocar placas grandes com a data da restauração, quem a fez, quem é o responsável

pela manutenção e até quando vale aquela obra, como trabalho de conservação. Aí o povo vai precisar colaborar conosco, apontando, denunciando cada vez que uma dessas datas vencer, cada vez que for vista uma irregularidade”.

Sozinho ou com reforços, o SPHAN tem pela frente um osso duro de roer: manter vivo um moribundo ou ressuscitar um morto. E a pena pelo não cumprimento dessa tarefa é um tanto acre, embora o fato de existir o Patrimônio Histórico não signifique que os outros bens não tombados não tenham a mesma importância ou valor. Esses bens são peças — as poucas ainda palpáveis — do complexo quebra-cabeças que é a História do Brasil. Montar esse *puzzle* sem elas só agravaria a pobre informação da História nativa, já tão castigada por anos de tradição imperfeita e inexata nos livros didáticos.

NAS MOEDAS, A HISTÓRIA DO HOMEM*

Dulce Ludolf**

Completo em 1980 um século de existência a mais importante coleção de moedas do Brasil, pertencente ao Museu Histórico Nacional, que reúne cerca de 70 mil peças. Iniciada em 1880 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com doação de particulares, ao se inaugurar no final daquele ano, contava 2.508 moedas nacionais e estrangeiras e 144 medalhas brasileiras, destacando-se uma barrinha de ouro de Sabará, datada de 1814.

Compreende esse conjunto notável, peças das mais variadas procedências e épocas, como as séries gregas e romanas da antiguidade clássica, moedas do império bizantino, dos povos bárbaros, do domínio muçulmano na península ibérica, dos países europeus, africanos e asiáticos e do continente americano. Merecem destaque a coleção portuguesa continental e colonial e a coleção de moedas do Brasil desde os tempos coloniais até a atualidade, com suas variantes de cunho de grande raridade.

Embora seu aparecimento fosse um fato decorrente de exigências estritamente comerciais, a moeda, além de atender a esse aspecto, registrou através do tempo os acontecimentos mais im-

portantes da vida da comunidade mundial. A *estória* com seus aspectos fantásticos, épicos ou heróicos, ligados à mitologia grega, em torno da qual se desenvolveu todo o espírito daquela civilização, ou a *história* periódica com a sua sucessão de fatos de caráter político, social, econômico, artístico e religioso estão presentes nos espécimes monetários.

Desde que os lídios, no VII século a.C. cunharam as primeiras moedas, os tipos estampados evocam os episódios desse período. Em um pequeno pedaço de eletro (liga natural de ouro e prata) um leão abocanha um touro. Esta é uma das mais antigas gravuras monetárias que se conhece. Na Ilha Egina, a tartaruga marítima ou terrestre, gravada na moeda de prata dos eginéticos, fala da presença dessa espécie como elemento de troca naquela ilha, antes da moeda metálica.

Os Mitos Reproduzidos nas Moedas

Assim, nesse período arcaico, o primeiro dos quatro períodos em que se divide a série monetária grega, muitas cidades adotam em suas moedas o peixe, o boi, o javali e outros animais, figuras representativas de sua prosperidade. A coruja, símbolo da sabedoria, opõe-se à cabeça da deusa Palas Atenéa nas moe-

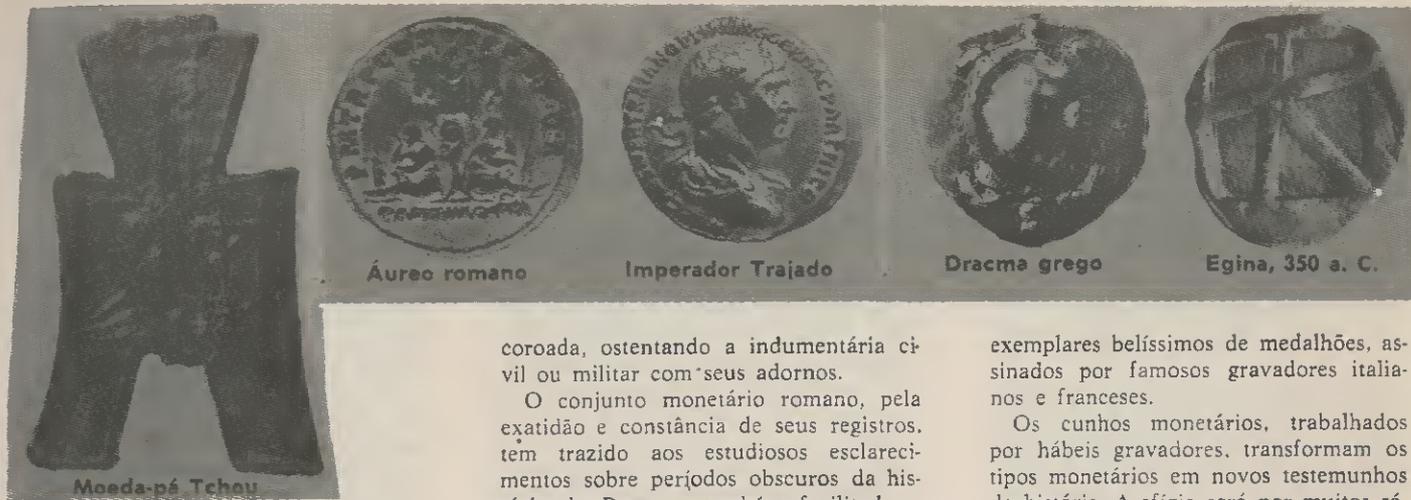
das de Atenás. As *Corujinhas*, designação dada a essas moedas atenienses, eram muito bem aceitas nas transações por serem moedas de prata de excelente título e peso exato.

Nas moedas de Siracusa, o belo perfil da ninfa Aretusa, cercada de golfinhos, apresenta-se com requinte de tratamento — os cabelos mechados ostentam uma coroa de trigo, pingente e colar de pérolas completam o retrato, obra-prima de Eucleidas, famoso gravador grego. Também de Siracusa são as moedas que retratam Hércules lutando com o leão de Neméia.

Outros mitos estão ligados às cidades e colônias gregas: na Sicília a cabeça laureada de Apolo; em Naxos e Tebas a cabeça de Dionísios, coroada de hera; em Megalópolis a cabeça de Júpiter, o rei dos deuses do Olimpo.

Na Macedônia, depois da morte de Alexandre, o Grande, os generais romanos fizeram colocar nas moedas a efígie do poderoso conquistador, personificado na cabeça de Hércules, coberta com uma pele de leão. Nessa época, os reinos do Oriente que se encontravam sob o domínio da civilização grega adotaram como tipo monetário a cabeça do rei ou imperador. No Egito, Ptolomeu I (305-384 a.C.) manda gravar sua efígie sobre suas moedas, no que foi seguido pelos reis da Macedônia, da Síria, da Trácia, da Pártia, da Numídia, de Pérgamo e de outros.

* Extraído de *O Estado de São Paulo* São Paulo 10 ago 1980
Suplemento Feminino, p. 14-5
** Da Escola de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro.



A riqueza de figuração transmite o sentimento de religiosidade, o culto e a fidelidade aos deuses que permanecem, através de séculos, no disco monetário, conservados como protetores das cidades, da fortuna e da felicidade. A evolução artística da gravura, que no período do máximo esplendor atinge extrema perfeição, transforma as moedas em legado de arte para a humanidade. Até mesmo nos menores valores em que o diâmetro pouco ultrapassa cinco milímetros admira-se o traço do buril de exímios gravadores. A decadência, que tem início com Alexandre o Grande, caracteriza-se pela substituição, na moeda, da cabeça de divindades pelo retrato dos reis. Na coleção numismática do Museu Histórico Nacional existem belos exemplares representativos da civilização grega, desde o VI século a.C. quando se deu a expansão da moeda por todo o mundo grego até o seu declínio e o advento da civilização romana.

Testemunho da História e Vida Romanas

A moeda romana revela a própria história de Roma. Documentos metálicos fabulosos são os áureos, denários, sestércios, dupôndios e asses onde foram gravados os retratos dos imperadores com legendas alusivas a seus títulos, suas conquistas, atos públicos como a distribuição de viveres à plebe, construção de portos e outros monumentos arquitetônicos como os arcos do triunfo, os templos, o coliseu, etc. Em muitas moedas aparece a figura da imperatriz, em outras os bustos conjugados ou fronteiros do casal, acompanhado ou não de seus familiares. Entretanto, o tipo predominante é a cabeça imperial

coroada, ostentando a indumentária civil ou militar com seus adornos.

O conjunto monetário romano, pela exatidão e constância de seus registros, tem trazido aos estudiosos esclarecimentos sobre períodos obscuros da história de Roma e também facilitado a identificação de monumentos e esculturas, como é o caso da famosa estátua da Vitória de Samotrácia, hoje no Museu do Louvre em Paris, cuja identificação, como figura de proa de um barco de guerra, se fez através de moeda de Demetrius Poliorcetes da Macedônia.

Nos medalheiros da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional estão dispostos cronologicamente os césares romanos: Júlio César, Otávio Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano e aqueles que os sucederam. Cada moeda é um testemunho eloquente da história, da sociedade, da vida romana em seus múltiplos aspectos. Essa coleção, que resistiu séculos, de maneira admirável, continuará contando, pelos séculos afora, a história de um período importante da humanidade.

A grandeza dessas duas séries, que constituíram a numismática da antiguidade clássica, sucede um período de declínio em que surge a pequena, leve e caricatural moeda dos povos bárbaros, sinal de decadência das instituições, de fragmentação e conseqüente descentralização do poder. Altera-se o sistema de cunhagem e os *moedeiros ambulantes* deslocam-se para os castelos, mosteiros e abadias para o exercício de sua profissão. Os tipos são variados, próprios de um regime político-social bárbaro, desordenado, que regride até mesmo ao sistema de trocas de produtos, metais brutos ou manufaturados. Um exame do conjunto monetário medieval nos revela como são finos os discos, folha de metal de baixa liga (bilhão) e relevo fraco.

No Renascimento ressurgiu a arte da gravura artisticamente elaborada, não só na moeda mas sobretudo na medalha, que é criada nessa época para comemorar os acontecimentos importantes da história política e social dos povos. Do Renascimento figuram, nos medalheiros do Museu Histórico Nacional,

exemplares belíssimos de medalhões, assinados por famosos gravadores italianos e franceses.

Os cunhos monetários, trabalhados por hábeis gravadores, transformam os tipos monetários em novos testemunhos da história. A efígie será por muitos séculos o padrão tradicional no Ocidente e a ela se opõem, no reverso, o escudo de armas, os símbolos heráldicos, os elementos representativos de uma determinada cidade ou região.

Com a substituição dos metais nobres por ligas metálicas inferiores, é sensível a transformação da moeda e de seus elementos representativos. As mudanças políticas, a independência de colônias em vários pontos do mundo, são fatores que determinam o aparecimento de novos tipos que tendem para a simplificação da gravura em plena concordância com o espírito artístico vigente. Aos poucos as efígies e os brasões vão cedendo lugar aos algarismos que expressam os valores, à figuração de elementos nacionalistas e a outros que constituem a base da economia e da prosperidade e colocam um país em evidência no mercado mundial.

Nas lâminas repletas de moedas que enchem as gavetas dos medalheiros no Museu Histórico Nacional podemos constatar, no desenvolver das séries numismáticas, o que acabamos de expor.

Com a descoberta da América ampliou-se o mundo da moeda. O el-dourado, o sonho de atingir uma terra de riquezas incalculáveis, atrai os navegantes da península ibérica. O povoamento, a descoberta dos metais e o aparecimento das casas de moeda são fatos de extrema significação. A prata amoedada pelas colônias espanholas na América atinge não só as regiões circunvizinhas, mas penetra na circulação das mais longínquas terras, chegando até a China.

Duas grandes coleções merecem destaque dentro do conjunto monetário que constitui a Seção de Numismática do MHN: moedas de Portugal e moedas do Brasil. A excelente coleção portuguesa, que compreende moedas continentais e coloniais, procede em quase sua totalidade de doação feita à Biblioteca Nacional pelo grande colecionador comendador Antônio Pedro de Andra-

de. Seu tombamento e registro foram feitos no MHN. Esse admirável conjunto, que Antônio Pedro de Andrade soube reunir com extrema sensibilidade e paciência, é constituído de peças de valor inestimável, começando com os morabitanos de ouro, os dinheiros e medallas de prata do início da monarquia portuguesa. Não menos valiosas são as moedas coloniais cunhadas na Índia, Goa, Damão, Diu, Baçaim...

Moedas Brasileiras em Ouro e Prata

O ponto alto dessa coleção são as moedas "lusobrasileiras", produto das casas de moeda do Rio de Janeiro, da Bahia e de Minas Gerais, no período áureo da mineração. Essas moedas, do sistema forte português, eram feitas para a circulação na Metrópole. Os belíssimos dobrões e escudos de ouro demonstram o grau de perfeição que haviam atingido, naquela época, os trabalhos nas nossas casas de moeda.

A coleção brasileira atinge no MHN mais de 10.500 espécimes monetários com variantes de cunho de extrema raridade. Destacam-se como doadores o dr. Guilherme Guinle e o comendador Antônio Pedro de Andrade. Entre as aquisições importantes figuram a coleção de moedas do dr. Pedro Massena, as coleções de moeda e de papel-moeda do sr. Augusto de Souza Lobo. Ainda na Biblioteca Nacional, foi incorporada ao acervo numismático a coleção de moedas do Museu Nacional que pertencera à Família Imperial. Posteriormente, já no MHN foram também incorporadas as coleções do Arquivo Nacional, do Museu Naval e de outros importantes órgãos.

Esse acervo respeitável por sua grandeza numérica e como conjunto dos mais completos do País, constitui a mais importante coleção do MHN. Aos florins de ouro e soldos de prata cunhados pelos holandeses em Pernambuco somam-se as moedas portuguesas e es-

panholas que constituíram aqui o numerário em circulação até a fundação, na Bahia, em 1694, da primeira casa da moeda do Brasil.

Iniciando a cunhagem da série provincial brasileira em 1695, essa casa, por circunstâncias especiais, deslocou-se, em 1698, para o Rio de Janeiro e, em 1700, para Pernambuco, com a mesma finalidade de transformar os espécimes antigos em circulação em moedas do novo sistema.

As primeiras moedas brasileiras, em ouro e prata, tiveram seus cunhos preparados por gravadores pouco experientes, exigindo um estudo minucioso para verificação das variantes e do grau de raridade. A descoberta do ouro em regiões próximas ao Rio de Janeiro muda o eixo de interesse da política colonial e, em 1703, a Casa da Moeda retorna ao Rio em caráter definitivo para transformar o ouro das "Gerais" em moedas da metrópole. Em troca o Brasil recebia moedas de cobre cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa com a curiosa legenda "O cobre para o uso é superior ao ouro".

O Ouro do Brasil Fortalece Portugal

O ouro do Brasil pesou na balança internacional, deu projeção a Portugal, que com ele estabeleceu negociações no mercado europeu, e obteve honrarias do Vaticano. A série provincial compreende toda moeda emitida até 1822, seja no Brasil ou em Portugal, para a circulação exclusiva da colônia. A "peça da coroação", primeiro cunho do Brasil Independente, é considerada a moeda mais valiosa da numismática brasileira. Contudo seu tipo e legenda não agradaram a D. Pedro I, sendo amoedados poucos exemplares distribuídos na solenidade da coroação e sagração do nosso primeiro imperador.

Com D. Pedro II, ainda no período regencial, dá-se em 1853 a criação do sistema monetário brasileiro. Deste lon-

go reinado destacam-se as moedas de ouro que registram a evolução do retrato do nosso segundo imperador. O buril do gravador Azevedo delineou sua cabeça infantil, que, ao atingir a maioridade, é substituída pelo busto fardado de almirante. Já na maturidade as moedas apresentam a figura do imperador ostentando o manto de papo-de-tucano e, posteriormente, apenas seu perfil em idade mais avançada.

No período republicano alteram-se os símbolos e legendas da moeda, dando lugar à cabeça da Liberdade com o barrete frígio e as armas da República.

São cunhadas a partir de 1900 algumas séries comemorativas:

- 4.º centenário do Descobrimento do Brasil
- 1.º centenário da Independência
- 4.º centenário da Fundação de São Vicente
- E outras que lembram brasileiros ilustres.

Em 1942, o governo brasileiro instituiu nova unidade monetária — o cruzeiro — em substituição ao antigo mil réis. A excelente coleção do MHN tem sido objeto de consulta, despertando interesse nacional e internacional, principalmente em relação a peças consideradas de alta raridade. Os técnicos que a ela se dedicam desenvolvem pesquisa permanente visando a elaboração de catálogos e monografias.

Uma biblioteca de obras especializadas, oriunda da Biblioteca Nacional, está localizada na Seção de Numismática. Nela figuram títulos raros, editados em latim e edições em francês, inglês, italiano, holandês, alemão, espanhol, japonês, etc.

Os numismatas estudam, pesquisam, classificam as moedas, o dinheiro, por que todos lutam, mas que na verdade para a sociedade de consumo nada mais significa do que simples peça de metal com poder aquisitivo. Poucos sabem que a moeda é um documento de alta significação, o "mundo de perplexidade" de que nos fala Jean Babelon.

O CIA E O ARQUIVISTA*

José Manuel Mata Castillón**

Introdução

O Conselho Internacional de Arquivos é um organismo de características bastante especiais.

A coexistência de uma estrutura centralizada com órgãos regionais, que co-

brem toda a área geográfica do que se convencionou chamar de Terceiro Mundo, é uma dessas peculiaridades, a qual trouxe grande dinamismo ao Conselho na última década.

Outra característica importante é a existência de comitês especializados, que vêm proporcionando às diversas áreas de especialização da Arquivologia

padrões para estudos, intercâmbio de conhecimentos e iniciativas profissionais de importância transcendental.

Entretanto, arrisco-me a afirmar que sua peculiaridade mais notória, e que se encontra firmemente estabelecida em seus estatutos, não alcançou ainda pleno desenvolvimento. Refiro-me ao papel a ser desempenhado pelos membros

* Trabalho apresentado à Assembléia Geral do CIA Londres 16, 19 set 1980.

** Subdiretor-geral dos Arquivos da Espanha

da categoria D, os arquivistas, no âmbito do CIA, bem como à ajuda que a própria organização pode prestar a esses profissionais. É precisamente nesse campo, suponho, que o futuro poderá proporcionar maiores progressos à nossa organização.

O Arquivista nos Estatutos do CIA

O artigo 2.º dos Estatutos, onde são estabelecidos os objetivos, diz em sua alínea b: "estabelecer, manter e fortalecer as relações entre arquivistas de todos os países..." e, na alínea d, "favorecer, em todos os países, a formação profissional de arquivistas". Está, pois, claramente consignada a determinação do CIA de não circunscrever sua área de atuação exclusivamente aos órgãos administrativos, às associações de arquivistas ou aos membros institucionais.

É sua meta abrir perspectivas de colaboração, trabalho, relacionamento e promoção a qualquer profissional de arquivo, seja qual for a sua nacionalidade.

Os mesmos Estatutos refletem claramente essa determinação ao regulamentar tal categoria, nos termos do artigo 3.º, d: "qualquer profissional de arquivo, atual ou futuro, de uma instituição ou de um serviço de arquivos, qualquer que seja sua especialização, pode tornar-se membro do CIA, conforme procedimento estabelecido no artigo 5.º. Os membros individuais têm direito de exercer funções dentro do CIA, bem como de assistir às Assembléias Gerais. Em sua qualidade de membros individuais não têm, todavia, direito de voto, nem de deliberação.

Contudo, podem usar da palavra a convite do presidente em exercício e submeter à Assembléia Geral, por intermédio do secretário executivo, suas proposições ou comunicações apresentadas por escrito".

O texto não deixa dúvidas quanto ao direito de qualquer profissional de arquivo tornar-se membro, mas sua participação nas atividades e reuniões do Conselho é sumamente limitada.

Outra forma de integração dos arquivistas é, por via indireta, por meio de sua atuação na Seção de Associações Profissionais filiadas ao Conselho. O arquivista pode, por intermédio de sua associação profissional, influir nas decisões daquelas que têm direito a voto como membros da categoria B, ou ainda participar de projetos e atividades desenvolvidas pela Seção de Associações Profissionais.

Nos últimos anos esta Seção recebeu forte impulso e; entre outras iniciativas, apresentou aos órgãos de cúpula o importante projeto das Semanas Internacionais de Arquivos, que tanta repercussão obtiveram. Por esse motivo, o arquivista deve ter o maior interesse na promoção de sua associação profissional.

Apesar dos atrativos oferecidos pelos Estatutos, o fato é que, salvo em raras ocasiões, a falta de oportunidades para uma atuação direta e imediata, acaba por levar ao desânimo aqueles que pensaram obter êxito e realizações concretas por meio de sua filiação.

A Resposta dos Profissionais

Esta relativa falta de entusiasmo pode ser facilmente verificada pelo número de filiações na categoria D. Em 1953, contava com 104 membros e, em 1979, a cifra atingiu a casa dos 162, enquanto que, nas demais categorias, o número de associados multiplicou-se, em igual período de tempo.

Devemos ainda levar em conta que, mais da metade dos membros individuais, 85 deles, estão radicados no Canadá e nos Estados Unidos.

Assim sendo, creio que se pode afirmar, com base nas estatísticas, que o grande potencial previsto nos Estatutos, com a possível incorporação de arquivistas, não vem, sendo utilizado.

Seria, pois, importante fazer algumas considerações sobre as causas desse evidente desinteresse, bem como estudar soluções para modificar a situação.

É sabido que o Conselho Internacional de Arquivos mantém contato direto com arquivistas de vários países, que constituem estrutura humana de apoio para diversas atividades e que colaboram, na qualidade de especialistas, muitas vezes financiados por seus países de origem.

Esta participação individual, extremamente valiosa, está, entretanto, muito aquém da posição em que os Estatutos definem o arquivista como membro da categoria D.

Estes colaboradores, especialistas habituais, em geral são colocados à disposição do CIA pelos arquivos de seus respectivos países e não como membros individuais.

É provável que o maior entrave à filiação individual seja a dificuldade de se obter respostas para duas questões: Qual pode ser a real contribuição do CIA para solucionar os problemas concretos de cada arquivista? E quais são as possibilidades de uma autêntica ação internacional a nível individual?

Algumas Dúvidas dos Membros da Categoria D

Em princípio, qualquer arquivista deveria se sentir atraído pela possibilidade de filiar-se, pessoalmente, a um organismo profissional de âmbito internacional. As dúvidas se apresentam quando se passa à análise concreta das vantagens oferecidas.

Ao arquivista interessado em aprofundar seus conhecimentos em algum aspecto de sua profissão deveria parecer atraente a oportunidade de testar sua experiência a nível internacional.

Ocorre, porém, que, para isto, existem os comitês especializados, induzindo-os a tentarem participar por intermédio dos arquivos de seus próprios países.

Em muitos casos o arquivista iria buscar no CIA os meios para, através de uma ação comum, favorecer o profissional e valorizar a profissão em seu país. Nesse sentido, entretanto, se organizam comissões, seminários ou reuniões especiais, às quais podem comparecer por indicação da correspondente administração de arquivos.

Eles buscariam junto ao CIA apoio para a defesa de sua situação profissional, para o reconhecimento de sua especialização ou ainda para o seu próprio aperfeiçoamento mediante participação em cursos.

A filiação direta, entretanto, não se faz necessária para atingir tais objetivos. Estes podem ser alcançados por intermédio da Seção de Associações Profissionais, de sua participação em escolas de arquivistas ou em seminários de caráter internacional.

Poder-se-ia também acreditar que os simples contatos informais entre profissionais de diferentes países, fora das seções e comitês, seriam de suma utilidade.

O problema, entretanto, está em como estabelecer esse tipo de contato e, sobretudo, como financiá-lo. A resposta a essas indagações, logicamente, deve partir do próprio Conselho.

Não se pode negar o notável progresso obtido pelo CIA no que diz respeito a sua organização institucional nos últimos anos. Mas, paralelamente, somos obrigados a reconhecer que, quanto aos membros da categoria D, tais progressos deixam muito a desejar.

Possíveis Aperfeiçoamentos

Este trabalho não tem a pretensão de chegar a conclusões concretas, que, em última análise, devem partir do próprio Conselho e, neste caso, da Assembléia

Geral. Não obstante, sempre será de alguma utilidade examinar questões das quais se possa obter algumas soluções para o difícil problema.

Em primeiro lugar, seria bom não reduzir a participação dos membros individuais às Assembléias Gerais. É óbvio que, aos problemas institucionais viriam juntar-se os financeiros, caso se pretendesse uma participação maciça dos sócios individuais em todas as reuniões realizadas pelos diversos órgãos.

Seria da maior importância, porém, que o próprio arquivista pudesse obter, diretamente, informações mais detalhadas sobre a atuação e os projetos desses órgãos, e não apenas por intermédio do *Boletim* e de outras publicações.

Também seria oportuno que os membros da categoria D fossem regularmente convidados a participar, com plenos direitos, ainda que sem voz ou voto, das reuniões dos diversos órgãos, pelo menos quando essas reuniões se realizarem em seus próprios países (salvo do Comitê Executivo e o de Desenvolvimento), e que possam, pelo menos, fazer-se representar.

Um dos maiores benefícios que o CIA pode proporcionar aos seus membros

consiste em facilitar-lhes o acesso aos serviços de informação, os quais, felizmente, já se encontram em estágio bastante avançado. Seria conveniente que aos da categoria D fosse dispensado tratamento especial quanto à utilização desses serviços.

Outra maneira de beneficiar essa categoria seria solicitar regularmente sua opinião sobre programas e projetos pertinentes à sua área de especialização.

Entretanto, para levar a bom termo tal esforço seria necessário reforçar a Secretaria do CIA, criando-se um órgão especial de ligação para esses membros.

A primeira tarefa desse órgão seria tentar captar um maior número de sócios, oferecendo, para isso, plano concreto para aumentar sua participação.

Também não se deve esquecer, embora seja uma maneira indireta de proporcionar maior participação, a importância de se reforçar o papel da Seção de Associações Profissionais.

Conclusões

Até o momento, o desenvolvimento institucional atingiu níveis bastante ele-

vados. Foram alcançadas quase todas as metas estatutárias. Resta agora perguntar se as referências contidas nos Estatutos sobre a participação dos arquivistas servirão de base para impulsionar essa categoria que, até o momento, não obteve um grau mínimo necessário de desenvolvimento. Se assim for, a iniciativa, logicamente, deve partir do próprio Conselho, que formulará uma clara proposta de participação e de apoio para que possam obter independência profissional.

É necessário definir, de maneira precisa, qual a melhor área em que pode ser desenvolvida a atividade dos arquivistas dentro do Conselho, e apresentá-la com o objetivo de obter maior adesão de novos membros e uma melhor organização dos filiados a essa categoria.

A importância do desempenho institucional do Conselho, nesse campo, cresce na medida em que os governos de muitos países não possuem condições de proporcionar aos arquivistas o apoio necessário, uma vez que o próprio desenvolvimento da Arquivologia nesses países não atingiu ainda os níveis desejados.

RELIGIÃO, ARTE E HISTÓRIA NA CIDADE-MONUMENTO*

Ouro Preto guarda até hoje, quase intacto, o seu aspecto colonial. A cidade ficou, para sempre, marcada pelos acontecimentos que nela se desenrolaram. Algo de indefinido paira no ar, como se cada casa, cada beco, cada muro com sua vegetação de musgo e avencas falasse do sangue derramado de Tiradentes e do desgraçado amor de Marília de Dirceu. À noite, quando tudo é silêncio e a neblina envolve Ouro Preto numa atmosfera de irrealidade e sonho, tem-se a impressão de que os espectros da Inconfidência andam pelos seus becos.

Cidade Monumento Mundial, maior conjunto homogêneo da arquitetura barroca no Brasil, Ouro Preto foi capital de Minas de 1721 a 1897. No século XVIII, o ouro, a religião e a arte criaram uma das culturas mais sofisticadas da época, patrocinada pelas irmandades. Mas, um dia, a produção de ouro entrou em decadência e Vila Rica foi, ironicamente, chamada de vila pobre. E um decreto mudou-lhe o nome para Ouro Preto, em 1823.

A cidade, no entanto, mantém vivo um estilo, ponto de referência do Ciclo do Ouro e sua mais perfeita expressão. Cenário da Inconfidência Mineira e do heroísmo de Tiradentes, a cidade é hoje alegre e viva, com suas festas populares, pintores, seresteiros, seu folclore e artesanato, seus grandes encontros de artistas de todo o Brasil.

Localização

Ouro Preto fica na Serra do Espinhaço, na zona metalúrgica ou no chamado "Quadrilátero ferrífero", uma das mais importantes áreas de exploração do minério de ferro do mundo.

O clima é de montanha, pois a cidade está a uma altitude de 1.071 metros. O ponto mais alto é o famoso Pico do Itacolomi, com 1.752 metros.

No topo de uma montanha eleva-se uma pedra enorme e, logo abaixo, outra menor. É o Itacolomi, que serviu como ponto de referência para o reencontro do sítio onde Duarte Lopes descobriu o ouro que foi levado ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, tendo-se verificado que se tratava de ouro finíssimo, ouro preto.

Ouro Preto está a 98 quilômetros de Belo Horizonte, seguindo-se a BR-040. Aproximadamente no Km 35, pega-se o desvio da BR-356 (Rodovia dos Inconfidentes). Rodando mais 65 quilômetros por estrada asfaltada, chega-se logo a Ouro Preto. Partindo do Rio de Janeiro, são 485 quilômetros, sete horas de viagem, aproximadamente.

O turista vai passar por Juiz de Fora, Barbacena, e na BR-040 segue em frente na direção de Belo Horizonte. Na altura do Km 420, há um trevo à direita com placa indicativa da Rodovia dos Inconfidentes; mais 65 quilômetros e chega-se à cidade.

A poucos quilômetros de Ouro Preto, já se pode avistar o seu casario colonial, suas montanhas e a Igreja de São Francisco de Paula, a igreja mais nova da cidade, e que teve a construção mais demorada. Começou a ser construída em 1804 e foi concluída em 1904. A imagem principal, São Francisco de Paula, toda em madeira jacarandá, é do Aleijadinho. Dos altares laterais, o mais interessante é o terceiro da esquerda (de quem está de frente para o altar-mor), que foi inaugurado por Dom Pedro II.

* Extraído de *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 set. 1980

Monumentos

Apesar do abandono da Igreja de São Francisco de Paula, vale a pena uma visita, principalmente porque dela se vê melhor a cidade, podendo-se apreciar a paróquia principal de Ouro Preto, a Paróquia do Pilar. Pode-se observar, ainda, a Casa dos Contos, a Casa dos Inconfidentes e o Museu da Inconfidência, que está atrás da Igreja do Carmo. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Misericórdia, fica do lado direito, logo na entrada.

A Igreja de São José está logo abaixo da Igreja de São Francisco de Paula, e a de Bom Jesus do Matozinhos fica ao lado direito, na parte alta. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos — Igreja dos Escravos — também está do lado direito, na parte baixa. Do lado esquerdo, se avista o Museu da Inconfidência, e o prédio do antigo Palácio dos Governadores, hoje Faculdade de Engenharia ou a famosa Escola de Minas.

Olhando novamente em frente, pode-se ver o Morro da Força, onde os condenados eram executados; ainda em frente, bem no alto da serra principal, está o Pico do Itacolomi e o conjunto arquitetônico colonial.

A Praça Tiradentes é o principal ponto de referência da cidade, fica no centro, no antigo Morro de Santa Quitéria, marco divisor dos primitivos arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias. No meio desta praça, esteve exposta, fincada num poste, a cabeça de Tiradentes. No local, o povo ergueu em 1867 a Coluna dos Inconfidentes, substituída em 1894 pela estátua do alferes.

Alguns dos mais importantes prédios coloniais de Vila Rica estão nesta praça, entre os quais o antigo Palácio dos Governadores e a velha Casa de Câmara e cadeia, hoje Museu da Inconfidência. O ideal, é visitar Ouro Preto a pé, a fim de melhor conhecer os seus mistérios e suas histórias.

Obra-Prima

Saindo da Praça Tiradentes, descendo pela Rua do Ouvidor, está a casa n.º 9, onde viveu o inconfidente Tomás Antônio Gonzaga; e na casa do lado, a de n.º 11, morava uma tia de Maria Dorotéia ou Marília, pela qual o poeta se apaixonou. Em frente, no Largo de São Francisco, está a Igreja de São Francisco de Assis, obra máxima do Aleijadinho, com duas torres cilíndricas, iniciada em 1766 pela Irmandade da Ordem Terceira dos franciscanos. É considerada pelos historiadores a mais importante criação da arquitetura brasilei-

ra da época colonial. O traçado externo e interno é do próprio escultor (que riscou e executou o altar-mor), como também as esculturas da portada, dos púlpitos e do chafariz da sacristia, em pedra sabão.

A beleza incomparável dessa igreja é atribuída ao fato de ser a única obra escultória inteiramente feita pelo próprio Aleijadinho, sem nenhuma colaboração de seus alunos. O teto da nave foi pintado por Manuel da Costa Ataíde: Nossa Senhora da Porciúncula, com visíveis traços de mulata, está gloriosa, rodeada de anjos. Ataíde fez ainda o douramento e a pintura da talha da capela-mor, as pinturas que representam a cerimônia do lava pés, a ceia e cenas da vida de Abraão.

Ouro Preto tem 13 igrejas e conta ainda com sete capelas espalhadas nos altos dos morros.

O Museu

Toda a história de Ouro Preto está documentada no Museu da Inconfidência, belo e monumental palácio, outrora Casa de Câmara e cadeia. Iniciado em 1784, tendo como mestre de obras Manuel Francisco de Araújo, o prédio só foi terminado em 1854. No centro da torre da fachada, está o relógio ao qual se refere Cláudio Manoel da Costa, em seu poema "Vila Rica": "Quase aos céus provoca / soberba torre em que demarca o dia / volúvel ponto, e o sol ao centro gira".

O Museu da Inconfidência guarda os despojos dos inconfidentes, peças da força de Tiradentes, objetos que lhe pertenceram e cópia da carta de D. Maria I, condenando-o à morte; belos exemplares do mobiliário colonial e imperial, e uma sala dedicada ao Aleijadinho.

Já o Museu de Mineralogia, no antigo Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas), é um dos maiores do mundo e reúne pedras preciosas, amstras do ouro preto e cristais maravilhosos. O Museu da Moeda fica na Casa dos Contos. Nas senzalas do térreo ficaram presos os inconfidentes. No vão da escada, o cubículo onde morreu enforcado Cláudio Manoel da Costa.

A cidade tem um dos mais ricos artesanatos de Minas. A maioria das lojas fica no centro da cidade, ao redor da Praça Tiradentes, apresentando grande variedade de objetos em pedra sabão, taquara, sisal, prata, ouro, cobre, pedras preciosas, madeira e couro.

Ouro Preto tem 13 hotéis e uma completa infra-estrutura de restaurantes e serviços básicos. Nos restaurantes, a comida é variada, indo do feijão tropeiro ao frango ao molho pardo e ao tutu à mineira, além de pratos da cozinha internacional. Para quem preferir maior desconcentração, há duas opções: o camping de Ouro Preto, que fica a apenas dois quilômetros, do centro da cidade, à margem da Rodovia dos Inconfidentes; e 23 repúblicas de estudantes, que hospedam em troca apenas de uma gratificação para manutenção.



Teto da nave da Igreja de São Francisco de Assis. A pintura, a última grande obra do rococó, é de autoria de Ataíde.

PATRIMÔNIO ÓRFÃO*

O patrimônio cultural do Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere aos seus monumentos históricos, dá sinais alarmantes de abandono e decadência: afunda o piso da antiga Sé, fendas riscam de alto a baixo a outrora robusta estrutura do convento de Santo Antônio; o antigo Paço da Praça 15 sofre uma ação de desgaste que seria, por si só, testemunha do descaso com que está sendo tratado o nosso acervo cultural.

A ação que corrigiria esta ameaçadora decadência parece, muitas vezes, prejudicada pela dispersão de responsabilidades. Coexistem, no Rio, realidades novas ou remanescentes do tempo em que aqui funcionava a Capital da República. A tardia fusão entre dois Estados veio confundir ainda mais a rotina administrativa, que mudou subitamente de escala. E a cidade que por longos anos desempenhou função de centro cultural do país vê-se às vezes perdida entre novas siglas, novas competências. O Paço da Praça 15 é uma das últimas dessa indefinição. A moderna política conservacionista — e a única viável em país que não esbanje riqueza — é preservar um patrimônio desta natureza através de uma utilização correta e inteligente. Tudo aconselharia, então, que o prédio deixasse de ser uma repartição dos Correios — pois nessa condição está indo à ruína. O Prefeito anterior ao atual pretendeu transformá-lo em sede da sua administração. A idéia não foi adiante. E enquanto assim se vai e vem, mais algumas cicatrizes são impostas a um momento inestimável.

A responsabilidade torna-se ainda mais difusa quando se trata de patrimônios que não pertencem à órbita oficial — como o convento de Santo Antônio, ou o antigo convento do Carmo. Como fazer para que o metrô assuma em tempo útil a responsabilidade dos danos que causou à venerável estrutura do Largo da Carioca?

O Município dispõe de um jovem organismo voltado para o bem cultural — a Fundação Rio — que tem, sobre suas congêneres, a vantagem de não ter sido atingida ainda que de leve pelo gigantismo burocrático. Dos três círculos administrativos que se sobrepõem no Rio de Janeiro, entretanto, o municipal equivale certamente à parte mais fraca: sabe-se que, no processo da fusão, o Município do Rio recebeu responsabilidades muito superiores ao normal.

O nível estadual alega falta de recursos — e já começa a ser sacudido pela maré eleitoral. Na área específica da cultura, deve ainda terminar de amortecer os efeitos do terremoto que foi a passagem do Sr. Guilherme Figueiredo pela atual Funarj — fusão das antigas Funterj e Femurj, a que o seu ex-administrador quis atribuir proporções napoleônicas.

Resta o nível federal, representado pelo SPHAN — antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — cujo órgão executivo é agora o Pró-Memória. Ao Patrimônio estão afetos todos os bens tombados — política que, se mal-executada, terminaria resultando num **tombamento** real, e não figurado. A tradicional alegação de que o Patrimônio não tem dinheiro corresponde a obrigação de exercer ao máximo a seletividade: não se tomba sem se assumir uma determinada responsabilidade; e, portanto, não se pode tomba indiscriminadamente.

Ao mesmo tempo, se se quer evitar o melancólico aspecto dos bens tombados (que muitas vezes os proprietários ajudam a **tombá-los**, para se verem livres de um fardo), é urgente abandonar de vez o **conservacionismo burocrático**. A primeira condição para isso é pensar-se na boa utilização do bem tombado — que só assim se mantém vivo. A segunda é estimular novas fontes de recursos para um setor reconhecidamente carente. Municípios e Estados têm sido mal-aquinhoados na repartição do bolo tributário; mas nem uma União toda-poderosa pode sustentar sem limites bens que não remuneram materialmente — e que implicam, em vez disso, gastos contínuos. Cumpre, assim e quanto antes, trazer à luz uma política de incentivos como a que existe em terras mais esclarecidas, e em que se usa benefícios fiscais em favor da cultura. O Ministro da Educação, que assumiu com tão bons propósitos, poderia abrir as janelas do seu Ministério também para esse aspecto do nosso universo cultural. Surgindo recursos novos, alguém há de assumir, no Rio de Janeiro, a liderança do processo destinado a salvar um patrimônio comprimido entre a insolvência e a burocracia.

* Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1981.



*Rua Primeiro de Março, vendo-se
bondes com tração animal.
Foto Marc Ferrez, s.d.*

Religião da Humanidade.

O Amor por Principio e a Ordem por Base; O Progresso por Fim.

(Cópia)

Foiz 12 de Moizés de 102 (12 de Janeiro de 1890) em presença de diversas famílias reunidas em casa do primeiro abaixo assinado, à rua da Gloria, n.º 71, foi conferido o sacramento da Apresentação a Miguel - Anjelo Sipião, filho do mesmo primeiro abaixo assinado e de sua mulher D. Maria Izabel Gomide Furtado, os cujos o avião pedido ao Sr. Miguel Lemos, Diretor do Positivismo no Brazil, sendo padrinhos o mesmo Sr. Miguel Lemos e sua mulher a Es.^{ma} Sr.^a D. Albertina de Carvalho Lemos, digo, Albertina Carvalho de Lemos, conforme declaração por escrito adiante registrada. / Considerando que não devia ser adiado por mais tempo este Sacramento, e na impossibilidade de vir a S. Paulo não só os padrinhos como a pessoa competente nomeada pelo Diretor do Positivismo para conferilo, o mesmo Sr. Diretor resolveu atenuar a irregularidade da Ceremonia do seguinte modo: em uma reunião presidida pelo 1.º abaixo assinado, depois de declarar a impossibilidade de vir a S. Paulo das pessoas acima referidas, e de não aver quem os pudesse substituir convenientemente nesta capital, explicaria em que consiste o sacramento da Apresentação, faria a leitura da declaração dos padrinhos em virtude da qual tomão todos os compromissos que o dito Sacramento impõe, lavando-se de tudo um auto, digo uma ata para ser assinada pelo presidente da reunião domestica e mais pessoas que o quizessem. Em virtude do que se considera valido o ato. Assin se fez. S. Paulo, 12 de Moizés de 102 (12 de Janeiro de 1890) (assinado): Godofredo José Furtado. Maria Izabel Furtado. Eliza Louconi Azevedo. Izabel de Azevedo. Liberato Augusto de Azevedo. Jeronimo Azevedo. Alfredo de Azevedo. A. C. R. de Andrada Machado Silva. João Camargo.

Declaração dos Padrinhos (cópia)

O abaixo assinado não podendo ir à cidade de S. Paulo, afim de aí figurar como padrinho na Apresentação do terceiro filho do Sr. Godofredo José Furtado, Miguel Anjelo Sipião, nem avendo na dita cidade nenhuma pessoa que o possa convenientemente representar, serve-se deste meio para declarar que aceita todas as obrigações relativas ao caso, de acordo com as prescrições da Religião da Humanidade. Rio de Janeiro, 2 de Gutenberg de 101 (14 de Agosto de 1889) (assinado): Miguel Lemos.

Sob a mesma angustia invocação, e pelos mesmos motivos, declaro também aceitar todas as obrigações inerentes à função de Madrinha, de acordo com as prescrições da Religião da Humanidade. Rio de Janeiro, 2 de Gutenberg de 101 (14 de Agosto de 1889) (assinado): Albertina Carvalho de Lemos.

9 9 9 9 9